**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO**

**Mestrado em Educação**

**LILIAN FLORENCIO DE GODOY**

# O MERCADO PÚBLICO DE BRAGANÇA:

## PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO DOS SENTIDOS E DAS SENSIBILIDADES (1870-1910)

**Itatiba**

**2018**

**LILIAN FLORENCIO DE GODOY – RA: 002201701059**

# O MERCADO PÚBLICO DE BRAGANÇA:

## PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO DOS SENTIDOS E DAS SENSIBILIDADES (1870-1910)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Processos Formativos.

Orientadora: Profª Dra. Maria de Fátima Guimarães.

**Itatiba**

**2018**

719(091) Godoy, Lilian Florencio de
G533m O Mercado Público de Bragança: patrimônio cultural, educação dos sentidos e das sensibilidades (1870-1910) / Lilian Florencio de Godoy. - Itatiba, 2018.
137 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.
Orientação de: Maria de Fátima Guimarães.

1. Mercado Público de Bragança. 2. Patrimônio cultural. 3. Educação dos sentidos e das sensibilidades. I. Guimarães, Maria de Fátima. II. Título.

Sistema de Bibliotecas da Universidade São Francisco - USF
Ficha catalográfica elaborada por: Luiz Felipe Galeffi / CRB 080/2018

**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU**
**EM EDUCAÇÃO**

Lilian Florêncio de Godoy defendeu a dissertação **"O MERCADO PÚBLICO DE BRAGANÇA: PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO DOS SENTIDOS E DAS SENSIBILIDADES (1870-1910)"** aprovada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco em 10 de dezembro de 2018 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

**Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães**
**Orientadora e Presidente**

**Profa. Dra. Luzia Batista de Oliveira Silva**
**Examinadora**

**Prof. Dr. Arnaldo Pinto Junior**
**Examinador**

**Prof. Dr. Roberto Pastana Teixeira Lima**
**Examinador**

Dedico esta pesquisa a todos os trabalhadores do Mercado Público de Bragança, em especial a Josino Garcia.

Em memória de Toninho Florêncio, meu amado pai.

# AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por toda fé e esperança e por todas as experiências maravilhosas da minha vida.

Ao meu filho João Pedro, agradeço pela sua existência, pelo seu sorriso diário que me dá forças, mas principalmente pela experiência do amor. À minha mãe Tereza e ao meu irmão Marcos pelos ensinamentos mais valiosos para a minha vida.

Ao meu amor e companheiro, Luiz Guilherme, pelo carinho e paciência e a sua família, Celia, Mathilde e Davis, por todo apoio ao longo dessa caminhada.

Agradeço imensamente a oportunidade de ter estado ao longo deste mestrado junto de uma das mulheres que mais aprendi a admirar, minha orientadora nesta pesquisa, Profª Dra. Maria de Fátima Guimarães. Todo seu amor foi fundamental!

Aos amigos queridos do Programa de Pós-Graduação: Renato, Emerson, Ana Sílvia, Wesley, Luiz Afonso, Larissa, Elna, Isaac, Rodrigo, Adriel Cabral, Sandra, Dante, Marcos, Ricardo Cintra, e Laura. E também aos Professores: Profª Dra. Luzia B. O. Silva, Profª Dra. Milena Moretto, Prof. Dr. Frei Nilo Agostini, Profª Dra. Luzia Bueno, Profª Dra. Márcia Ap. Amador Mascia e Profª Dra. Renata Bernardo. Ainda agradeço aos funcionários da Universidade São Francisco dos campi de Bragança Paulista e Itatiba.

A todos os funcionários dos acervos pesquisados na cidade de Bragança Paulista, em especial à Sandra, ao Nicolino e Isidoro, do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação da Universidade São Francisco (CDAPH/USF); à Maria de Fátima e ao Giovani, do CDIC/BP de Bragança Paulista; à Alzira, do Museu Municipal Oswaldo Russomano, de Bragança Paulista; e também ao memorialista Luís Antônio Pallombelo e ao Dr. Bragança.

Aos amigos que a vida me deu: Camilinha, Cabra, Mara, Laiza, Tamy, Tiago (Pi), Paulinha Silva, Henriette Effeneberg, profª Marina Machado, prof. José Fernando e prof. Arrovani. Em especial aos amigos Luciano Mendes Lemes pela ajuda na elaboração do croqui e à Valéria Tartare pelo auxílio na revisão final do texto. Aos professores da Comunidade Sorriso: Ivan, Vitinho, Patrícia, Adalberto, e a todos os alunos maravilhosos, que nesse espaço, me ensinaram o amor pela Educação. Aos meus amigos da Frente de Esquerda Bragança: Renan Oliveira, Tales, Sophia, Rodrigo Mendes, Amanda, Ana Luiza e Matheus, por dividirem momentos de esperança. Luta que segue!

*Acho que o quintal que a gente brincou é maior do que a cidade. A gente só descobre isso depois de grande. A gente descobre que o tamanho das coisas há de ser medido pela intimidade que temos com as coisas [...].*

***Manoel de Barros***

Godoy, Lilian Florencio de. **O Mercado Público de Bragança: Patrimônio Cultural, educação dos sentidos e das sensibilidades.** (Mestrado em Educação). 2018. 137 p. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco. Itatiba/SP.

# RESUMO

Esta pesquisa de mestrado aborda o processo de construção e funcionamento do Mercado Público de Bragança iniciado na década de 1870. Localizado desde sua origem na área central da cidade, o edifício fez parte dos projetos de modernização ocorridos no município entre fins do século XIX e início do XX. Contemporâneo ao projeto republicano de construção dos grupos escolares – projeto que alcançou Bragança com a construção do grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá –, nas cidades brasileiras, foram construídos mercados públicos para abrigar as atividades de comércio de gêneros alimentícios ocorridas até então pelas ruas da cidade. Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar tensões, disputas e possíveis conflitos relativos ao processo de edificação e funcionamento do Mercado Público de Bragança, em franco imbricamento ao projeto educacional republicano no Brasil. Desse objetivo, decorreram mais três específicos. O primeiro foi identificar representações postas dialogicamente em confronto nas diferentes fontes documentais referentes ao Mercado; o segundo foi analisar se tais representações teriam propiciado a emergência de novas sensibilidades urbanas; e por fim o terceiro buscou identificar se houve simultaneamente o engendramento de novos sentidos e novas sensibilidades acerca da relação entre o espaço urbano e o rural e, por conseguinte, de suas respectivas populações. Nesta pesquisa privilegiaram-se fontes documentais como atas de registro da Câmara Municipal de Bragança, documentos regulamentadores do Mercado Público, códigos de posturas, periódicos, fotografias, publicações de memorialistas locais e publicações acadêmicas sobre a história local. Para tanto, pesquisamos os acervos documentais do Museu Municipal Oswaldo Russomano, o Centro de Informação da Câmara Municipal de Bragança Paulista (CDI/BP), o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH-USF), o acervo digitalizado da Biblioteca Nacional, do Arquivo do Estado de São Paulo, o acervo do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (CONDEPHAC/BP) e alguns acervos pessoais. No trabalho com as fontes, nos guiamos pelas contribuições teóricas de Benjamin, Bresciani, Pesavento, Braguini, Munakata, Taborda de Oliveira, Thompson e Pintaudi. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

**Palavras chave**: Mercado Público de Bragança. Patrimônio Cultural. Educação dos sentidos e das sensibilidades.

# ABSTRACT

This masters research deals with the process of construction and operation of the Public Market of Bragança started in the 1870s. Located since its origin in the central area of the city, this building was one of the modernization projects that took place in the municipality between the end of the 19th century and the beginning of 20th century. Contemporary to the republican project of construction of school groups, - a project which reached Bragança with the construction of the school group Dr. Jorge Tibiriçá, - in Brazilian cities, public markets were built to host the activities of commerce of foods which happened until then on the streets of the city.Thus, the general objective of this research was to identify tensions, disputes and possible conflicts related to the process of building and functioning of the Public Market of Bragança in clear overlap with the republican educational project in Brazil.Three more specific objectives were taken from this objective.The first one was to identify representations put forward dialogically in confrontation in the different documentary sources referring to the Market.The second one was to analyze if such representations would have allowed the emergence of new urban sensitivities. And finally, the third is to identify whether there was simultaneously the generation of new sensitivities about the relationship between urban and rural space, and hence of their respective populations. This research focused on documentary sources with registration records of the Municipality of Bragança, regulatory documents of the Public Market, municipal/city codes, periodicals, photographs, publications of local and academic memorialists on local history. In order to do this, we researched the documentary collections of the Oswaldo Russomano Municipal Museum, the Information Center of the Municipality of Bragança Paulista (CDI / BP), the Documentation and Support Center for Research on the History of Education (CDAPH-USF), the Archive of the State of São Paulo, Council for Heritage, Historic, Artistic and Cultural Defense (CONDEPHAC / BP) and some personal collections. While working with the sources we were guided by the theoretical contributions of Benjamin, Bresciani, Pesavento, Braguini, Munakata, Taborda de Oliveira, Thompson and Pintaudi. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance code 001.

**Keywords:** Public Market of Bragança, Cultural Heritage, Education of the senses and sensitivities.

# LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Fragmento do Livro de Decretos e Leis da Municipalidade, 1899-1925. ..... 50
FIGURA 2 - Grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá, 1970. ..... 53
FIGURA 3 - Vista de Bragança Paulista (meados do século XIX) ..... 58
FIGURA 4 - Planta Parcial de Bragança, 1905. ..... 62
FIGURA 5 - Fragmento da coluna social do jornal *A Notícia*, de 09/05/1905. ..... 64
FIGURA 6 - Livro de Imóveis da Municipalidade - Praça de Mercado, 1899. ..... 75
FIGURA 7 - Editorial do jornal *O Guaripocaba*, de 07/10/1877. ..... 77
FIGURA 8 - Rua Coronel Teófilo Leme (antiga Rua do Mercado) com a Travessa Ypiranga (atual Rua Dr. Antonio da Cruz), 1920. ..... 80
FIGURA 9 - Balança, pesos e medidas do Mercado Público de Bragança. ..... 85
FIGURA 10 - Cartão Postal da cidade de Bragança (1890-1910). ..... 94
FIGURA 11 - Reforma do Mercado Público de Bragança, 1964 - 1969 ..... 96
FIGURA 12 - Artigo 15 do Regulamento da Praça de Mercado de Bragança, 1887 ..... 99
FIGURA 13 - Fundos do Mercado Municipal por volta da década de 1990. ..... 101
FIGURA 14 - Capítulo V do Código de Postura, jornal *O Guaripocaba*, 18/11/1877 ..... 103
FIGURA 15 - Regulamento da Praça de Mercado de Bragança, 1887 ..... 109
FIGURA 16 - Fragmento do jornal *O Guaripocaba*, de 26/06/1879. ..... 110
FIGURA 17 - Coluna Lembrando e Notando do jornal *A Notícia*, de 28/10/1905, ..... 112
FIGURA 18 - Lei n. 32, de 15/09/1894 - Polícia Sanitária ..... 115
FIGURA 19 - Fotografia do pátio interno do Mercado Público de Bragança em 1900. ..... 118
FIGURA 20 - Oferta de emprego publicada no jornal *A Notícia*, de 24/06/1907. ..... 121
FIGURA 21 - Artigo 20 do Regulamento da Praça do Mercado de Bragança, 1887 ..... 125
FIGURA 22 - Nota policial publicada no jornal *A Notícia*, de 22/06/1907 ..... 126
FIGURA 23 - Nota policial publicada no jornal *A Notícia*, de 14/11/1906 ..... 128
FIGURA 24 - Nota policial publicada no jornal *A Notícia*, em 24/06/1906 ..... 130
FIGURA 25 - Estabelecimento localizado na Rua do Mercado, 1890-1910. ..... 132
FIGURA 26 - Ladeira do *Payssandú*, atual Rua Nicolino Nacaratti (1930). ..... 136
FIGURA 27 - Cartão postal de Bragança, *Rua do Mercado*, início século XX. ..... 139

# LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

ASES-BP – Associação de Escritores de Bragança Paulista

BN – Biblioteca Nacional

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEASA - SP – Centrais Estaduais de Abastecimento/Sociedade Anônima - São Paulo

CDAPH/USF – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação da Universidade São Francisco

CDI/BP – Centro de Documentação e Informação da Câmara Municipal de Bragança Paulista

CMU – Centro de Memória da Unicamp

CONDEPHAC/BP – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Bragança Paulista

DEM – Democratas

IPEM - SP – Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo

E.F.B. – Estrada de Ferro Bragantina

FESB – Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista

PFL – Partido Frente Liberal

PPG*SS* – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SMD – Sistema Métrico Decimal

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

USF – Universidade São Francisco

# SUMÁRIO

**PRA COMEÇO DE CONVERSA… UM MEMORIAL ..... 14**
**INTRODUÇÃO ..... 22**
**1. DA ROÇA PRA CIDADE: LEMBRANÇA DO BOM CAIPIRA ..... 35**
1.1 Educação dos Sentidos e das Sensibilidades ..... 35
1.2 O método intuitivo e o grupo escolar. ..... 49
**2. BRAGANÇA: SEU MOÇO, ESQUECERAM-SE DO "MIO, FECHÃO E ARROIS" ..... 57**
2.1 Bragança e o comércio de gêneros alimentícios ..... 58
2.2 O comércio de gêneros e as visões modernas de cidade ..... 70
2.3 Instrução através do comércio e a escolarização em Bragança ..... 82
**3. O MERCADO PÚBLICO É DO POVO ..... 88**
3.1 Mercados Públicos no Brasil ..... 89
3.2 O Mercado Público de Bragança ..... 94
3.3 O Lugar do Mercado Público de Bragança ..... 118
3.4 De rua da Igualdade à rua do Mercado ..... 132
**CONSIDERAÇÕES PARCIAIS ..... 142**
**REFERÊNCIAS ..... 146**
**FONTES ..... 151**

# PRA COMEÇO DE CONVERSA… UM MEMORIAL

> *A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.*
>
> *Paulo Freire, 1967, p. 16*

Iniciar esse memorial, dentre tantas que foram as experiências realizadas para compor essa dissertação, foi a mais difícil de todas elas. Não porque as outras tenham sido fáceis, e tão pouco que tais dificuldades tenham sido ruins ou insuportáveis durante o período de idealização deste projeto. Pelo contrário! De antemão, já afirmo que tais experiências foram uma significativa realização pessoal, como busquei expressar, através das palavras de Paulo Freire, apresentadas na epígrafe que abre este memorial. Uma satisfação na realização desta instigante pesquisa histórica sobre a cidade em que nasci, cresci e vivo até os dias atuais, e pela qual sempre tive profundo carinho, Bragança Paulista.

A dificuldade à qual me reporto aqui pairava em torno das mobilizações feitas para a realização deste memorial. Isso porque jamais, ou pelo menos não me recordo de, em algum momento, ter feito o exercício de escrever, relatar minhas memórias na intenção de que elas fossem lidas por alguém. Esse processo me tomou de surpresa quando o realizei pela primeira vez, como uma provocação do Programa de Pós-Graduação na disciplina História e Historiografia da Educação Brasileira, ministrada pela professora Dra. Maria de Fátima Guimarães.

No momento em que me coloquei a realizar o exercício de rememorar minha trajetória de vida, foi impossível conter um profundo sentimento de tristeza que recobria parte dessa minha caminhada até aqui. Doía o fato de retomar lembranças que pairavam sobre os motivos que me levaram a retomar meus estudos, quando iniciei a Graduação em Licenciatura em História na Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista (FESB). Porém, ao mesmo tempo, essa trajetória com a História era um desejo que, em minhas lembranças, perpassava meus quereres desde menina, pois sempre quis ser historiadora, detetive ou algo desse tipo. Na infância, adorava aqueles jogos de tabuleiro em que tínhamos que desvendar os mistérios e crimes, com peças, cartas que representavam personagens e lugares da cidade onde ocorria o enredo da história.

O motivo pelo qual decidi retomar meus estudos foi o fim (que, por pouco, não foi trágico) de um relacionamento abusivo que me apresentava uma opção de vida: realizar sonhos! Esse relacionamento abusivo que, em nenhum momento, foi físico, mas foi psicológico e moral, foi transtornador e também transformador. Foi a partir dele que busquei forças para fazer coisas por prazer, por vontade e não por aprovação de ninguém. E foi só a partir disso que me encorajei para as lutas políticas com o feminismo e também na política local junto a grupos que discutem a situação da classe trabalhadora da cidade. A Educação também se tornou uma luta política, principalmente depois da participação na disciplina Educação como Prática da Liberdade e a Formação Crítica, ministrada pelos professores Dr. Nilo Agostini e Dra. Luzia Batista de Oliveira Silva ao longo do Mestrado.

Incomodava-me, no processo de elaboração deste memorial, o fato de ter que relatar essa parte da minha trajetória, pois não queria vitimizar a minha história, mas percebi que se obscurecesse essa parte, possivelmente poucos entenderiam (ou possivelmente poucos ainda entendam) as minhas lutas de mulher, de mãe solo, de estudante, de professora e mesmo de historiadora. Sem essa parte da minha memória, não faria sentido algum, principalmente para mim, os motivos das minhas lutas. Sem rememorá-la e escrevê-la, a minha chegada ao campo da História jamais faria sentido. A minha chegada até a realização dessa dissertação de mestrado não seria parte dessa luta e ela é!

Na cidade de Bragança Paulista, atualmente, desenvolvo projetos na área de Educação como professora do Cursinho Popular Comunidade Sorriso[1], no qual ministro aulas de História Geral e do Brasil para jovens e adultos que desejam ingressar na graduação e que não possuem renda para pagar um curso pré-vestibular. Esse projeto, criado por um grupo de amigos formados em diversas áreas do conhecimento, tem como mote a preparação dos alunos para o Enem[2], porém, o projeto se estende para inúmeras ações culturais, visando à utilização do espaço pelos moradores das proximidades do prédio onde ele acontece e por grupos sociais diversos. Nesse espaço, como professora, busco atuar, através das teorias de Paulo Freire, no encontro da Educação Libertária, propondo sempre aos alunos, debates críticos com relação à História. Longe de ser um trabalho de caridade, ele é um trabalho de compromisso com a educação e que me move como a educadora que venho construindo.

[1] A Comunidade Sorriso, criada em 25 de novembro de 1978, foi uma fundação da sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, que acolhia crianças recém-nascidas, filhos de trabalhadores, bem como se ocupava na orientação e recuperação de menores marginalizados (LEME, 2003). Suas atividades foram encerradas no ano de 2010, na gestão do então prefeito João Afonso Solis (PSDB), devido a reformas no ensino infantil, retirando os subsídios financeiros e realocando as crianças para outras escolas da cidade.

[2] Exame Nacional do Ensino Médio.

Minha primeira formação foi no ano de 2003, em Bacharel em Turismo pela Universidade São Francisco (USF), curso que realizei devido a certa pressão social que sofria, por ter a maioria de amigos na faculdade, por ver colegas da escola pensando no futuro e eu ainda sem saber bem o que fazer. Ao longo dessa graduação, tive contato com a disciplina de História do Brasil e de Patrimônio Histórico, com professora Dra. Maria de Fátima Guimarães, que hoje é minha orientadora na Pós-Graduação. Era uma sala com quase 70 alunos, o que dificultava muito assimilar todo o conteúdo, porém ali, eu já havia decidido que, ao término daquele curso, eu seguiria para a História. Prestei vestibular na Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista (FESB) em 2004, porém engravidei e, sem qualquer estímulo ou tão pouco apoio para continuar os estudos, protelei o sonho de estudar História e me dediquei à maternidade e ao trabalho junto à minha família.

A maternidade é sem dúvidas a minha maior experiência enquanto mulher. Não por ser essa uma situação biológica da mulher, mas porque foi através dela e das experiências de vida com o João, meu filho, que resolvi me rebelar contra os assédios vividos em diversas situações da vida. Sempre precisei provar, fosse para uma entrevista de emprego, fosse para familiares, amigos, professores, que eu seria capaz de realizar diferentes atividades como estudar e trabalhar, mesmo sendo mãe. Ele, sempre muito compreensivo, de alguma forma entendia e atualmente entende tranquilamente a vida que vivemos. Acredito que aprendi a administrar o tempo da mãe, da pesquisadora, da professora, da amiga, da mulher, para que todas essas facetas da minha condição feminina dessem conta dos sonhos.

Mas 10 anos depois daquela tentativa frustrada, em 2013, iniciei o curso de Licenciatura em História. Após um momento delicado de depressão, fui acolhida por novos amigos, novas ideias, novos olhares, por hábitos e rotinas já esquecidos que demandavam um curso superior. Como única rota de fuga, debrucei-me sobre disciplinas e professores, sobre textos e livros. Dei conta do meu conhecimento raso sobre os assuntos tratados (mesma sensação que tive quando ingressei na Pós-Graduação) e decidi buscar, na medida do possível, conciliar trabalho, maternidade e estudo, tarefa muito difícil, porém recebia de professores e amigos, todo apoio necessário para continuar.

Meu interesse inicial para a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) voltava-se à exclusão da disciplina de História dos currículos escolares no ano de 1964, quando foi retirada e substituída pela disciplina de Estudos Sociais, uma fusão entre os conteúdos de História e Geografia. Entreguei meu projeto de pesquisa voltado a esse tema e logo comecei a lapidar o material que usaria ao longo da graduação.

Nos últimos dias daquele ano de 2014, recebi um e-mail da minha amiga Henriette Effenberger, membro da Associação de Escritores de Bragança Paulista (ASES-BP) [3], com quem já havia realizado alguns projetos. Nele, ela pedia para que eu entrasse em contato com o Domênico, dono de um restaurante localizado dentro do "Mercadão", pois ele a havia procurado, a fim de escrever um livro sobre a história do Mercado Público de Bragança e ela havia me indicado, na ideia de que eu pudesse realizar tal trabalho. Fiquei muito empolgada com o convite, porém tinha total consciência de que teria duas tarefas bem delicadas, desafiadoras e completamente desconhecidas: a realização de um TCC e a possibilidade de escrever um livro.

Na ocasião, pedi conselhos ao professor Dr. José Fernando Teles da Rocha que, tempos depois, seria definitivamente meu orientador na elaboração do TCC na FESB. Ele sugeriu que eu então realizasse o TCC sobre o Mercado Público de Bragança e que este possivelmente serviria de subsídio para a escrita de um possível livro. Achei a ideia bastante instigante, pois me despertava dois interesses pessoais: conhecer melhor a história daquela que hoje, confortavelmente, chamo de *minha cidade* e poder me aprofundar nos estudos relacionados à História Local que, dentre todas as disciplinas ofertadas ao longo da Graduação, era a que mais me aguçava, pois me permitia realizar o exercício da ruptura com a história cronológica, de existência de um tempo único e linear, bem como o distanciamento das histórias voltadas aos grandes feitos e de participação apenas das elites locais.

Ressalto aqui que essa disciplina se encontra, não somente nesse curso que realizei, mas em muitos outros nos quais busquei pesquisar, à margem das disciplinas oferecidas pelos cursos de História. No caso da minha experiência, esta foi ofertada semanalmente, como pré-aula, e eram raros os alunos que conseguiam participar, o que não colaborava, a meu ver, para a compreensão de sua amplitude e importância.

Assim, busquei somar ao novo desafio de repensar um projeto para realização do TCC, a disciplina de História Regional, o que foi muito gratificante, porque nela pude expandir outros estudos sobre fontes encontradas em arquivos locais, como o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação da Universidade São Francisco

[3]Criada em 1992, a Associação de Escritores de Bragança Paulista "é uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo revelar e divulgar novos valores literários, resgatar a memórias de bragantinos ligados à literatura e colocar-se a serviço da comunidade no setor educacional e cultural". Disponível em: http://www.asesbp.com.br/historico/index.htm. Acesso em 25 de mar. de 2018.

(CDAPH/USF)[4], o Centro de Informação da Câmara Municipal de Bragança Paulista (CDI/BP), o Museu Municipal de Bragança Paulista *Oswaldo Russomano*, bem como em acervos pessoais e em estudos já realizados sobre a história da cidade de Bragança Paulista. Ao longo dessa disciplina, busquei mobilizar variadas fontes históricas sobre a cidade, como jornais de época e fotografias, para realização dos trabalhos solicitados. Isso me serviu de laboratório para a pesquisa de TCC e também me trouxe uma satisfação muito grande, pois aqueles documentos eram "achados históricos" para mim mesma e para meus colegas, quando compartilhados em forma de seminários.

Paralelamente, também realizei a oficina *O uso de fontes de Arquivos em sala de aula*[5], oferecida pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), no ano de 2015. Nesse curso, aprofundei ainda mais o conhecimento com acervos e também pude ampliar a visão sobre o uso de documentos de arquivos para a construção de uma sequência didática[6] a partir da qual realizei trabalho final para certificação do mesmo. Atualmente, utilizo-me dos dados levantados nessa pesquisa para apresentar palestras[7] aos alunos da graduação em história da FESB e debater a importância dos arquivos para a construção da História Regional. Essa experiência colaborou muito para a produção do TCC, pois pude entender a amplitude e as várias possibilidades dos documentos na escrita da História.

Mas o que eu pesquisaria sobre esse Mercado de Bragança Paulista? Primeiramente fui conhecer o Domênico[8] que, na época, era dono de um dos restaurantes existentes no Mercado. Fui me inteirar de suas dúvidas e curiosidades sobre aquele espaço. Apresentei-me e disse do que se tratava. Ele, muito simpático, já logo me abriu o sorriso e sentamos para falar sobre quais eram suas ideias sobre o possível livro que trataria da História do Mercado. Em seu relato, Domenico deixava clara a insatisfação sobre o pouco que se sabia sobre a história do *Mercadão*. As palavras dele expressavam a grande dificuldade que ele sentia em promover

---

[4] O Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH), vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da USF, está localizado no Campus Bragança Paulista e constitui um espaço de referência na pesquisa em história e historiografia da educação brasileira.

[5] Projeto realizado de março a maio de 2015, promovido pelo Núcleo de Ação Educativa da APESP.

[6] "Sequência didática corresponde a um conjunto de atividades articuladas que são planejadas com a intenção de atingir determinado objetivo didático. É organizada em torno de um gênero textual (oral ou escrito) ou de um conteúdo específico, podendo envolver diferentes componentes curriculares". Disponível em: http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/sequencia-didatica. Acesso em 01 ago. 2018. Neste caso, a partir de um tema abordado pelo Plano Curricular Nacional de História, foi desenvolvida uma sequência de atividades que utilizavam documentos de arquivo para sua elaboração.

[7] Palestra realizada em maio de 2017, na XX Semana Interna de História da FESB.

[8] Restaurante localizado no interior do atual *Mercado Municipal Waldemar de Toledo Funk*, que iniciou suas atividades em 2010, sob a administração de Josino Garcia. Em julho de 2017, foi vendido, mas ainda continua a funcionar com o mesmo nome.

aquele espaço para que fosse mais frequentado por moradores e turistas, e acreditava que a história pudesse fazer essa diferença. Dizia das dificuldades em encontrar fontes que apontassem coisas básicas sobre essa "história perdida", tal como a data de fundação do Mercado. Dizia ele com o ar um pouco alterado:

−*Nada se sabe sobre esse espaço, e isso me incomoda muito!*

Logo o incômodo dele me atravessou e tornou-se também o meu incômodo, pois seus relatos davam a entender que mesmo com todo o trabalho de tentar reunir documentos, histórias e memórias sobre o Mercado, os resultados não lhe diziam absolutamente nada. Esse incômodo dava a impressão de que aquele espaço era desinteressante perante outros espaços ou outros edifícios que marcavam o mesmo período de expansão urbana da cidade de Bragança.

Parti então para um delicado levantamento do estado da arte. O que já se escrevera sobre o Mercado Público de Bragança? Nada! Exceto um texto elaborado pelo memorialista e advogado José Roberto Vasconcellos e uma publicação no *Jornal em Dia* [9], nada sobre aquele edifício havia sido escrito. Esses textos encontrados também não traziam maiores informações sobre o processo de fundação do Mercado, apenas o ano e alguns apontamentos sobre sua arquitetura e ano de fundação e informações atuais sobre suas condições. Assim, passamos a compilar em variadas fontes históricas: textuais, iconográficas e audiovisuais, que traziam aspectos e informações sobre aquele espaço, e passei a utilizá-las para apontar a existência dele na história da cidade.

De fato não nos aprofundamos nas possíveis diversidades culturais que o Mercado apresentava. Naquele momento, preocupamo-nos em trazê-lo ao seu momento histórico e discuti-lo brevemente em seu contexto de edificação. Recortamos o período de fundação da Estrada de Ferro Bragantina (1884) até o seu ano de fundação (1887) e, nesse contexto, buscamos dialogar com referências à perspectiva da história republicana brasileira (COSTA, 2010); utilizando-nos de textos memorialísticos (MARTINS; LAURITO, 1943) e acadêmicos (BUENO, 2007; ISHIZU, 2008), bem como trabalhos e textos que abordavam estudos relacionados à construção de mercados públicos no Brasil e no mundo (MURILHA, 2011; PINTAUDI, 2006).

Assim, neste momento da construção dessa dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, esse

[9] Matéria publicada em 19 de outubro de 2003. Não contém autor.

TCC que está sob o título *De toucinho a café: o Mercado Antigo de Bragança (1884-1887),* que nos serve de compêndio, pois nele se encontram diversas fontes jamais antes agrupadas sobre a história do Mercado Público de Bragança, as quais utilizamos largamente ao longo dessa pesquisa.

Consoante à realização da pesquisa de TCC, no segundo semestre de 2015, também participei, como estagiária em História, do *Projeto de Levantamento Arquitetônico de Bragança Paulista*[10], realizado pela Prefeitura Municipal de Bragança Paulista[11] e coordenado pelo Prof. Dr. José Roberto Pestana Lima, professor de História do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Francisco (USF). Neste projeto, que já apresentava demarcados os limites que circundavam o centro histórico da cidade pelo Conselho de Preservação Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Bragança Paulista (CONDEPHAC), trabalhamos no levantamento detalhado, de caráter arquitetônico e histórico, de prédios públicos e particulares já tombados e/ou cujos tombamentos ainda seriam discutidos pelo órgão responsável.

Mais uma vez me debrucei em documentos de época existentes nos mais variados arquivos da cidade, para a elaboração de um caderno com informações sobre os edifícios localizados na região central. Essa área, que parte das Praças Raul Leme e Coronel Osório (BAPTISTA, 2017) e abrange ruas e travessas adjacentes, é considerada importante, pois remonta ao período de expansão urbana e econômica vinculada com a economia cafeeira local (GUIMARÃES, 2013; ISHIZU, 2008; LEITE, 1974). O atualmente chamado *Mercado Municipal Waldemar de Toledo Funk* de Bragança Paulista está localizado na área demarcada pelo CONDEPHAC, porém, seu edifício e tão pouco suas memórias são tombados pelo órgão.

Recentemente fui convidada por órgãos da imprensa local[12] para relatar minhas pesquisas sobre o Mercado Público de Bragança. Em novembro de 2017 também fui

[10] Realizado por meio de Licitação, o projeto teve como objetivo realizar levantamento do patrimônio arquitetônico e histórico do município de Bragança Paulista que, após a conclusão, passou a ser um documento/inventário do patrimônio material da cidade, a fim de auxiliar na atuação do CONDEPACH local.
[11] Projeto realizado na gestão (2013-2016) do Prefeito Fernão Dias da Silva Leme (PT).
[12] Destaque para matéria realizada pela jornalista Shel Almeida, no *Jornal do Meio*: https://issuu.com/jornaldomeio/docs/922_-_issuu; além das matérias *do Jornal em Dia* publicadas em 19 de nov. 2017: http://www.jornalemdia.com.br/gerant.php?id=15548 e do *Bragança Jornal Diário* (BJD), publicado em 17 de nov. 2017: http://bjd.com.br/site/noticia.php?id_editoria=8&id_noticia=27247. Acesso em 25 de nov.2017.

convidada pela Câmara Municipal para compor a Tribuna Livre[13] e apresentar minha pesquisa, o que remeteu ao espaço, a realização da *Semana Cultural do Mercado Público*[14].

Aquilo que nessa pesquisa de Mestrado abordo como um gritante silenciamento histórico sobre o Mercado Público de Bragança, também atravessa os dias atuais e mobiliza não apenas a mim como pesquisadora, mas também muitos outros, como o Domênico, na busca pela compreensão dessa parte ainda pouco ou quase nada explorada sobre a história de Bragança Paulista. Esse silenciamento que nos aguça refutar, a todo instante, sobre a história sacralizada da cidade (GUIMARÃES, 2013) foi o mote para a elaboração deste, inicialmente, projeto de pesquisa, para ingresso na Pós-Graduação e, posteriormente, dessa dissertação de mestrado para a sua conclusão. Na oportunidade de desenvolver esse trabalho junto à Prefeitura e ao Prof. Lima, pude compreender a amplitude e a evidência de um silêncio que aponta para indícios de uma tensão sobre os espaços e os sujeitos que o compõem, suas práticas e saberes que desvelam uma história de Bragança ainda pouco conhecida ou pouco valorizada pela memória local ou, quando valorizada, pende para o encontro de tradições forjadas sobre o caráter do homem rural, suas culturas e seu modo de vida.

Assim, convido o leitor deste trabalho a compartilhar um olhar de ruptura com a história linear, voltada aos ciclos econômicos, onde a cafeicultura e as elites que dela emergiam desde as décadas de 1870 seguem até os dias atuais, silenciando diferentes culturas calcadas em práticas e saberes do mundo rural. Na perspectiva da História Cultural (PESAVENTO, 2007a; 2007b), o Mercado Público de Bragança será observado a fim de que emerjam possíveis tensões, disputas e conflitos da tessitura das ações da política republicana.

[13] Espaço destinado à participação de munícipes na apresentação de temas de interesse coletivo a serem levados ao conhecimento da edilidade vigente.
[14] Lei Municipal. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/sp/b/braganca-paulista/lei-ordinaria/2018/460/4606/lei-ordinaria-n-4606-2018-institui-a-semana-Municipal-de-valorizacao-cultural-do-mercado-Municipal.

# INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado insere-se na área da História da Educação, atendo-se às questões do Patrimônio Cultural. Está inscrita na linha de pesquisa *Educação, Sociedade e Processos Formativos* do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* (PPG*SS*) em Educação da Universidade São Francisco (USF) e articula-se ao Grupo de Pesquisas Rastros[15]: História, Memória e Educação.

Sua origem está no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Licenciatura Plena em História, realizado na Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista (FESB) no ano de 2015, sob orientação do Prof. Dr. José Fernando Teles da Rocha[16]. Nessa oportunidade, fui estimulada a buscar informações sobre o Mercado Público de Bragança em fontes primárias, como jornais de Bragança e do Estado de São Paulo, atas de registro da Câmara Municipal, documentos oficiais, fotografias, enfim, todo o material que trouxesse informações sobre o edifício onde está instalado o Mercado. Estávamos mobilizados pela ideia de que pouco havia escrito sobre esse local. Após levantamento bibliográfico realizado em obras de memorialistas locais e trabalhos acadêmicos, tal situação ficou ainda mais evidente.

Na realização da pesquisa para conclusão da licenciatura, adentrei ao mundo de possibilidades proposto pela pesquisa nos acervos da cidade. Passei a conhecer o CDAPH/USF, o CDI/BP e os acervos do Museu Municipal de Bragança Paulista *Oswaldo Russomano* que, mesmo eu sabendo da existência, jamais havia tocado em um documento de outras épocas, muito menos, com o propósito de fazer uma pesquisa acadêmica. Logo, a experiência com os documentos e acervos foi apaixonante e, na defesa do TCC, foi sugerido com ênfase pela banca avaliadora que a pesquisa tivesse continuidade, o que contribuiu para a elaboração de um projeto em nível de mestrado.

Então, a partir das orientações feitas ao longo do último ano na faculdade, o Prof. José Fernando comentou que o Mercado tinha relações com a educação, fato que se transformou na pergunta que deu origem ao projeto de ingresso no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, no primeiro semestre de 2017.

---

[15] O Grupo de Pesquisas Rastros tem como líderes a Profª Dra. Maria de Fátima Guimarães, da Universidade São Francisco (USF) e o Prof. Dr. Elison Antonio Paim, da Universidade Federal De Santa Catarina (UFSC).

[16] Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor titular do Curso de Licenciatura Plena em História e do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista. Atua principalmente nos seguintes temas: educação, infância, infância institucionalizada, prática pedagógica e história do Brasil e Geral (Contemporânea).

A temática de pesquisa acerca do Mercado Público e as questões iniciais apresentadas, naquele momento, foram mobilizadas e redimensionadas à luz da realização das seguintes disciplinas oferecidas pelo programa: Teoria do Discurso e da Enunciação, ministrada pelas professoras Dra. Márcia A. Amador Mascia e Dra. Milena Moretto; História e Historiografia da Educação Brasileira, ministrada pela Profª Dra. Maria de Fátima Guimarães; Educação como Prática da Liberdade e Formação Crítica, ministrada pelos professores Dr. Nilo Agostini e Dra. Luzia Silva; Letramento e gêneros textuais, ministrada pela Profª Dra. Luzia Bueno; Urbano e Lugares de Memória e Memória, História e Educação, ministradas pela Profª Dra. Maria de Fátima Guimarães. Além disso, também recebemos importantes contribuições decorrentes da participação em diferentes eventos acadêmicos[17].

Como proposta para a pesquisa do mestrado ampliei o recorte temporal para os anos de 1870 a 1910. A opção pelo ano inicial foi devido a ser a data em que ocorreram as primeiras discussões sobre a edificação de um mercado na cidade e os primeiros projetos de urbanização e modernização local. Para o recorte final, considerei a inauguração do primeiro grupo escolar da cidade, o Grupo Escolar Doutor Jorge Tibiriçá, edifício que representa um ícone na história da educação pública em Bragança (MEDEIROS, 2013).

O Mercado Público e esse grupo escolar estão localizados na área que hoje se configura como área central da cidade, atualmente tomada como centro histórico, por nela ser registrada a trama urbana inicial de Bragança Paulista (ISHIZU, 2008). Nessa área, casarões, edifícios públicos e comerciais que remontam às décadas finais do século XIX registram o processo de urbanização ocorrido no período, fato que me permitiu observar os dois edifícios em questão a partir de perspectivas distintas, colocando frente a frente suas histórias e memórias.

Diferentemente do grupo escolar, as histórias e memórias do Mercado Público de Bragança são vagas e esparsas e, sobre suas funções iniciais, recaem silenciamentos evidentes. É necessário destacar que, nos dias de hoje, considera-se que o Mercado está localizado na área central da cidade, mas no final do século XIX, o edifício foi projetado em uma região considerada periférica da área urbana central da época, na qual se localizava a

[17] **21º COLE: Leituras Dissonantes** – UNICAMP – 10-13 julho de 2018; **III Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciência e Educação** – UNESC, Criciúma/SC – 22-25 de maio de 2018; **XVII Encontro de Pós-Graduação da Universidade São Francisco**: Ciência para construir a fraternidade e superar a violência – USF *Campus Swift* – 08 e 09 de maio de 2018. Encontro do Grupo *Rastros*: história, memória e educação: **Por entre rastros em franco diálogo com a pesquisa**: Museu da Maré: entre educação, memória e identidade - Prof. Dra. Helena M. Marques de Araújo (UERJ) – *Campus* Bragança Paulista – 16 out. de 2017**. XVI Encontro de Pós-Graduação da Universidade São Francisco:** Biomas e Ciência: Um Tour pela Vida – USF *Campus* Itatiba – 10-15 de maio de 2017.

Câmara Municipal e se situam, ainda hoje, a Igreja Matriz, o Clube Literário e os antigos casarões do início do século XX. Tenho como uma das hipóteses da pesquisa que, se este edifício ainda sobrevive no mesmo local de sua construção, ocorrida no ano de 1887, seja possivelmente porque sua função como centro abastecedor de gêneros alimentícios tenha resistido de alguma forma às novas configurações da cidade atualmente (PINTAUDI, 2006).

O edifício do Mercado passou por uma drástica alteração na gestão do prefeito Lourenço Quillici (1964-1969) e ainda na gestão do prefeito João Afonso Sólis (2005-2008 e 2009-2012 PSDB[18]). No ano de 2010, foi realizada a última reforma no edifício, momento em que houve, além das alterações arquitetônicas, também a transformação na sua função de centro abastecedor de gêneros alimentícios. Dessa transformação decorreu a redistribuição e uma nova destinação de parte de seus espaços, que deu lugar a um estacionamento para automóveis e a um comércio voltado para atender àqueles que residem ou circulam diariamente no centro da cidade, que passaram a usufruir de uma praça de alimentação, durante o horário de almoço, além da aquisição de gêneros alimentícios em pequena quantidade.

Não farei menção exaustiva aos fatos, porque são posteriores ao período delimitado para essa pesquisa. Contudo, as últimas alterações ocorridas no edifício e a experiência de ter participado no projeto de Levantamento Histórico Patrimonial da cidade, sob coordenação do Prof. Dr. Roberto Pastana Teixeira Lima, durante a graduação na FESB, estimulam-me a destacar que, nas grandes cidades brasileiras, muitos dos antigos Mercados tornaram-se simulacros do que foram, posto que muitas de suas antigas edificações foram reajustadas e destinadas às prerrogativas do turismo e da culinária *gourmet* para atrair a clientela, abrindo-se também como espaço para difusão artística e de possíveis tradições voltadas ao rural (PINTAUDI, 2006). Trago como referências os mercados públicos das grandes capitais do Brasil, o Mercado Modelo de Salvador (BA), o Mercado Ver-o-Peso de Belém (PA), o Mercado Público de Florianópolis (SC) e o Mercado Público de São Paulo (SP), principal referência[19] para as alterações realizadas no Mercado de Bragança Paulista.

[18] Partido da Social Democracia Brasileira.

[19] Em reportagem sobre os 130 anos do Mercado Público de Bragança para o *Jornal do Meio*, publicado em 17 de outubro de 2017, a atual Secretária Municipal de Agronegócios, Gisele Cristiane Bueno (PRTB), afirmou que o "Mercado (...) é um espaço de tradição para a cidade e a ideia é atrair público com atrações culturais. Nossa referência é o Mercado Municipal de São Paulo" (*JORNAL DO MEIO*, 17/10/2017, p. 6).

Atualmente, os produtos vendidos no Mercado de Bragança Paulista, em sua quase totalidade, são adquiridos no CEASA[20] (SP), salvo um ou outro permissionário que produz o que comercializa. Segundo a Secretaria Municipal de Agronegócios de Bragança Paulista, os permissionários comercializam esses produtos no Mercado Público de Bragança, desde que paguem mensalmente um aluguel à Prefeitura Municipal pelo uso do espaço. Alguns dos permissionários são pequenos comerciantes, exercendo atividades que antes da reforma ocorrida na gestão Jango, não eram realizadas no local – donos de restaurantes, sorveterias, floricultura e lanchonetes; diga-se de passagem, bem equipadas e atendendo às normas da vigilância sanitária. Outros permissionários já trabalhavam no local em seus açougues, pequenos armazéns, peixarias, na banca de revista e nas bancas hortifruti. Alguns destes herdaram de seus familiares estas bancas, dando continuidade às práticas e saberes compartilhados pelos pais, avós, tios, que eram, na grande maioria, oriundos da zona rural. Em algumas destas bancas, ainda é possível encontrar indícios de práticas e saberes herdados das gerações passadas.

Considerei algumas possibilidades para a elaboração desta pesquisa sobre o Mercado Público de Bragança. Algumas delas me provocaram sobremaneira, em particular aquela possibilidade que trouxe da pesquisa inicial do TCC – que me desafiava a pensar: se a história de um Mercado Público teria vínculos com a educação no Brasil. Delimitei então, como segunda hipótese da pesquisa, que seria possível identificar vínculos entre o processo de edificação do Mercado Público com o processo de escolarização daquele período. Ampliei tal possibilidade buscando respaldo na educação dos sentidos e das sensibilidades.

Rastreei por entre questões étnicas, políticas, econômicas, patrimoniais, a história local... Enfim, acabei procurando por indícios de tais vínculos, rastreando representações sobre o processo de edificação e funcionamento do Mercado Público de Bragança nas décadas finais do século XIX e início do XX. Sob tal perspectiva, ancorei-me nas contribuições de Pesavento (2007*a*), quando propõe que

> As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. Há, no caso do fazer ver por uma imagem simbólica, a necessidade da decifração e do conhecimento de códigos de interpretação, mas estes revelam coerência de

[20] Sigla de denominação popular que significa Centrais Estaduais de Abastecimento/Sociedade Anônima. Trata-se de empresas, estatais ou de capital misto, destinadas a promover, desenvolver, regular, dinamizar e organizar a comercialização de produtos da hortifruticultura em nível de atacado.

> sentido pela sua construção histórica e datada, dentro de um contexto dado no tempo (PESAVENTO, 2007*a*, p. 22).

Preocupei-me em não cair em anacronismos e, para tanto, o cotejo e a análise das fontes documentais exigiu uma revisão bibliográfica que me instrumentalizou em direção à polifonia e à polissemia dos textos consultados, atentando para o tema, o contexto sociocultural de produção documental, o lugar de fala do discurso e de quem o recebe.

De início, fui orientada a retornar às fontes consultadas em minha pesquisa anterior e procurar além do que eu já conhecia sobre a história daquele edifício, inclusive buscar naquelas, recentemente identificadas, diferentes acontecimentos ocorridos nas áreas próximas do Mercado, a fim de analisar como eles eram narrados e significados por seus autores, nos diferentes documentos pesquisados. Rastreando representações daquela área urbana e das pessoas que por ela circulavam, encontrei indícios de movimentos grevistas ocorridos em Bragança no início do século XX, na Rua do Mercado (SOUZA, 2016), acontecimento silenciado nos textos memorialísticos consultados.

Neste momento, fui deslocada de minha zona de conforto – o resultado final de minha pesquisa, que havia se materializado no meu TCC. Acreditava que conhecia tudo sobre o Mercado Público de Bragança e que não havia mais o que descobrir. Fiquei perdida de início. O que eu veria de novo sobre o passado daquele edifício? Recordei-me de um trecho do livro *Cidade Sitiada*, de Clarice Lispector (1949, p. 186) que dizia: "(...) mas um bicho conhece a sua floresta; e mesmo que se perca perder-se também é caminho". E, diante das novas provocações que se impuseram frente aos procedimentos de pesquisa solicitados voltei-me ao *corpus* documental que, além de (re)visto, também foi ampliado. Nesse deslocamento da trajetória da pesquisa, cotejei diferentes fontes: comparei as colunas policiais dos periódicos locais com a lista dos processos criminais do acervo do Judiciário e alguns de seus processos crimes, depositados no CDAPH/USF, cruzei as informações dos livros de registros de entrada e saída de gêneros alimentícios do Mercado com informações em atas de registro da Câmara do período e confrontei fotografias e plantas com trabalhos acadêmicos e publicações de memorialistas foram alguns dos procedimentos de pesquisa histórica utilizados. Tal deslocamento me possibilitou delimitar como objetivo geral da pesquisa:

- Identificar tensões[21], disputas[22] e possíveis conflitos[23] relativos ao processo de edificação e funcionamento do Mercado, em franco imbricamento com o

[21] Derivado do termo tensão, que significa: 1. característica, condição ou estado que é do outro; 2. situação de conflito ou crise. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/busca?id=jOo7v. Acesso em: 24 out. 2018.

avanço da modernização da cidade no período de emergência do projeto educacional republicano no Brasil.

Desse objetivo, decorreram mais três objetivos específicos:

- Identificar as representações postas dialogicamente em confronto nas diferentes fontes documentais relativas ao Mercado Público de Bragança;
- Analisar se tais representações, de alguma maneira, teriam propiciado a emergência de novas sensibilidades urbanas;
- Pesquisar se houve o engendramento de novas sensibilidades acerca da relação entre o espaço urbano e o rural e, por, de suas respectivas populações, considerando-se que, no período, o espaço rural começa a ser abordado pelas elites letradas urbanas como o lugar do atraso e de concentração de uma das maiores mazelas nacionais – o analfabetismo.

Levando-se em conta tais objetivos, estrategicamente organizei meus procedimentos de pesquisa em dois movimentos distintos, mas simultâneos e articulados entre si. No primeiro, busquei subsídios teóricos para sensibilizar-me e ancorar meus procedimentos, na tentativa de construir uma história a contrapelo. No segundo, fui ao encontro das fontes considerando tais subsídios e desconstruindo algumas versões prévias da história local.

Sendo assim, em um primeiro movimento, ancorei o referencial teórico desta pesquisa em diferentes autores, dentre os quais: Benjamin (1938; 1989; 1994), quando me volto às questões da modernidade e procuro construir uma história a contrapelo; Thompson (1998), quando mobilizo reflexões sobre a economia moral e a sensação de aceleração do tempo e encurtamento das distâncias; e Le Goff (2003), quando tensiono os esquecimentos e memórias plurais. Também considerei autores brasileiros que discutem o contexto sociocultural do Brasil no recorte histórico dedicado a esta pesquisa, como Schwarcz e Starling (2015), que trazem uma contextualização da história do Brasil que, seguramente, deu apoio à leitura das fontes; Bresciani (1982, 1984 - 85), na qual me ancorei para analisar as questões urbanas, a produção do vínculo da pobreza com o perigo, bem como com a emergência da compaixão na política como virtude republicana; enquanto Veiga (2002) me estimulou a entrecruzar aspectos da urbanização com o projeto republicano, através do seu livro em que focaliza a

[22] Plural do termo disputa, que significa: 1. ação ou efeito de disputar; 2. confronto oral em que cada oponente defende seus argumentos, debate, discussão e polêmica; 3. Competição na qual se luta por algo. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/busca?id=jOo7v. Acesso em: 24 out. 2018.

[23] Plural do termo conflito, que significa: 1. falta de entendimento grave ou oposição violenta entre duas ou mais partes; 3. encontro de coisas que se opõem. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/busca?id=jOo7v. Acesso em: 24 out. 2018.

mudança da capital mineira; já Lopes (2002), Bonfim (2017), Guimarães (2013) instrumentalizaram-me a promover o entrecruzamento de temáticas urbanas com questões relativas ao eugenismo, ao sanitarismo e ao higienismo, desconstruindo algumas representações acerca do homem do espaço rural.

Atentando ainda às contribuições de Freire (2003) sobre as potencialidades da educação, fui instigada a percebê-la para além do espaço escolar, posto que "(...) o conhecimento é processo que implica na ação-reflexão do homem sobre o mundo". (FREIRE, 2003, p. 79). Sob tal perspectiva busquei entrelaçar a educação, em particular o processo de escolarização, com a modernização urbana ocorrida em Bragança nas décadas finais do século XIX e início do XX. Considerei então que, assim como a escola, o Mercado Público de Bragança teria sido no contexto de sua emergência, um espaço de educação, porém de educação não formal (não escolarizada) que favorece a possibilidade de

> (...) algumas formas de produção da história da educação do corpo também fora da escola, em outros tempos e espaços sociais não são necessariamente afeitos à cultura escolar, mas que soem ter pontos de contatos com aquela cultura pelo potencial formativo que encerram (TABORDA DE OLIVEIRA, 2008, p. 162).

Por conseguinte, e a par de tais ideias, mobilizei Braguini, Munakata, Taborda de Oliveira (2017), para rastrear possíveis novas sensibilidades urbanas. Em busca de vestígios, fui ao encontro de Pesavento (2007b), considerando-se que os processos de representações inscritos em outros tempos exigiram que eu depurasse meus próprios sentidos, posto que

> O olhar do historiador da cultura, detentor de uma bagagem específica de saber acumulado, interpretará tais sinais, estabelecendo nexos e relações para tentar chegar ao tal mundo do passado onde os homens falavam, amavam e morriam por outras razões e sentimentos (2007b, p. 20).

No segundo movimento, busquei as fontes documentais locais, colocando-as em diálogo entre si e em diálogo com autores distintos que pesquisaram a história dos mercados públicos. Procurei, com tal procedimento, flagrar as singularidades da história do Mercado Público de Bragança, através de representações mobilizadas em tais fontes que permitiram-me perceber o imbricamento de tensões, disputas e conflitos na origem e mobilização destas mesmas representações. Em tal imbricamento, por vezes, pude flagrar a emergência de novas sensibilidades urbanas.

Para tanto, na perspectiva bakhtiniana, considerei o dialogismo, a polissemia e a polifonia das fontes. Segundo Bakhtin (2008, p. 204), "(...) a linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam", ou seja, em qualquer que seja o campo e emprego da linguagem, a comunicação só é possível, por considerá-la um sistema aberto, em

constante transformação, que institui e é instituído nas relações sociais que permitem a criação de enunciados e discursos.

Por conseguinte, foi possível identificar a presença de diferentes vozes que se expressavam em discursos plurais que distinguem o Mercado Público de Bragança, ora como local de trabalho, ora como lugar de desordem e falta de higiene, ora como lugar de controle, vigilância e ordem. Enfim, flagrei a polifonia que, segundo Bakhtin (2008, p. 308) é possível perceber "(...) em toda parte um determinado conjunto de ideias, pensamentos e palavras [que] passa por várias vozes imiscíveis, soando em cada uma de modo diferente". Tal polifonia também assinala o estreito vínculo que existe entre a polissemia dos significados atribuídos às palavras, em decorrência do lugar social dos sujeitos enunciadores.

Logo, refletir historicamente sobre as considerações acima me oportunizou flagrar a emergência de novas sensibilidades relativas ao espaço urbano, sua ocupação e destinação à luz do avanço da modernidade. Considerando-se que cabe ao historiador

> (...) decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. Torna-se claro que este é um processo complexo, pois o historiador vai tentar a leitura dos códigos de um outro tempo, que podem se mostrar, por vezes, incompreensíveis para ele, dados os filtros que o passado interpõe. Este seria, contudo, o grande desafio para a História Cultural, que implica chegar até um reduto de sensibilidades e de investimento de construção do real que não são os seus do presente (PESAVENTO, 2007a, p. 23).

Ainda, Pesavento (2005, s.p.) estimulou-me a tomar as sensibilidades como

> (...) as formas pelas quais os indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de representação da realidade através das emoções e dos sentidos. Nesta medida, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador da cultura, àquele objeto a ser capturado no passado, ou seja, a própria energia da vida (...).

Até o momento da elaboração desta pesquisa, identifiquei e analisei fontes documentais (manuscritas, impressas, periódicas, iconográficas, audiovisuais e memorialísticas) em acervos do CDAPH/USF, do CDI da Câmara Municipal de Bragança Paulista, do Museu Municipal Oswaldo Russomano, bem como em acervos pessoais como de Luís Antônio Palombello, José Roberto Bragança Saracchini de Oliveira (Dr. Bragança) e José Roberto Vasconcellos. Também foram consultados os acervos digitalizados da Biblioteca Nacional (BN), do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e ainda do Centro de Memória da Unicamp (CMU), onde se encontram exemplares de almanaques do Estado de São Paulo, periódicos que circulavam em todo o país e que, em alguns casos, traziam algumas informações sobre

Bragança, inclusive exemplares de jornais que circularam em Bragança e que somente são encontrados nesses acervos em suporte digital[24].

Para uma análise sobre a história de Bragança Paulista, voltei-me aos trabalhos acadêmicos de Leite (1974); Bueno (2007); Ishizu (2008); Medeiros (2013); Franceschi, (2013); Souza (2016); Baptista (2017) e Guimarães (2013; 2015). Nas referências que tratam sobre mercados públicos desde sua função arquitetônica à sua diversidade cultural, ressalto os textos de Pintaudi (2006); Murilha (2011), bem como as contribuições sobre o desenvolvimento das atividades comerciais propostas por Vargas (2001; 2012) que ancoram as análises sobre o objeto aqui estudado.

Nesta direção, destaco que o comércio de gêneros alimentícios – atividade que passaria a ocorrer por determinação legal, exclusivamente, nos mercados públicos, a partir das três últimas décadas do século XIX (MURILHA, 2011; PINTAUDI, 2006) – era realizado por pessoas oriundas das áreas rurais do município. Encontravam-se, dentre eles, negros e imigrantes trabalhadores das fazendas de café, inclusive em Bragança, que, no período, foi identificado por SILVA (2009, p. 72), que os negros exerciam as seguintes ocupações: lavradores – 667 homens e 563 mulheres; serviços domésticos – 18 homens, 158 mulheres; sem profissão especificada – 261 homens, 230 mulheres e ainda havia 31 mulheres com profissões "em tecidos" [25]. Importante ressaltar que, na época, a presença significativa de mulheres trabalhando na lavoura é revelada pelo Recenseamento Geral[26] do Império de 1872.

O perfil social desses trabalhadores, ao exteriorizar suas atividades na cidade, trazia consigo as marcas da miséria, do analfabetismo e de conhecimentos tradicionais oriundos de gerações passadas, através da oralidade. Marcas estas que causavam incômodos às elites letradas urbanas, para além do medo da degradação, não apenas física, mas também moral da população, pois esses trabalhadores representavam "(...) aspectos alarmantes e ameaçadoras da vida urbana" (BRESCIANI, 1985, p. 12), pois em seus corpos estariam inscritas a vocação para a criminalidade, a indolência, as manifestações, além de incapacidade intelectual (GUIMARÃES, 2013; BONFIM, 2017).

As tensões, disputas e conflitos flagrados nas diferentes fontes trazem indícios de que o projeto de edificação e funcionamento do Mercado Público de Bragança se aproxima

[24] Exemplares dos jornais *O Guaripocaba* (1885), *Cidade de Bragança* (1895) e *o Bragantino* (1912).
[25] Até o momento não encontrei maiores informações do que seriam essas atividades, mas, possivelmente, poderiam estar atreladas à atividade de tecelagem.
[26] Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf. Acesso em: 30 de jul. 2018.

significativamente do que acontecia no País. O medo do contato com pobres era explicado pela teoria miasmática, atravessadas pelo higienismo e sanitarismo (VIGARELLO, 1996; LOPES, 2002) que identificaram o perigo de contágio e disseminação de doenças aos lugares de grande concentração de pessoas (MURILHA, 2011). A preocupação com a presença de miseráveis e doentes foi comumente registrada nas atas da Câmara Municipal de Bragança, como o caso das indicações[27] feitas pelo vereador Manoel Jacinto de Moraes e Silva[28].

> Logo que seja possível, à bem da moral e da salubridade pública, sejam recolhidos ao hospital de *morpheticos* os doentes existentes *n'este* município, e que evadem as ruas da cidade e percorrem o município comprometendo a saúde pública (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 24/01/1888, p. 70).

Na perspectiva da educação dos sentidos e das sensibilidades, fui ao encontro de representações sobre a cidade de Bragança que sinalizam para as reações causadas pela modernidade, por exemplo, as preocupações relacionadas ao surto de doença e aumento da pobreza que ocorriam no espaço urbano no período, relatados com frequência nos jornais ou discutidos em sessões da Câmara Municipal. Neste período, as elites letradas urbanas, diante do alcance que tinham de diferentes hábitos de higiene, de diferentes concepções de saúde e limpeza, através dos jornais e da escolarização, sentiam-se ameaçados pela pobreza e criavam formas de eliminá-la do convívio dos considerados mais saudáveis.

Neste contexto, os debates no Brasil acerca da escolarização popular do ensino primário voltavam-se a um projeto de nação que, com a república, constituiu-se através da dos grupos escolares construídos entre a década final do século XIX e as duas primeiras do XX. Junto a esse projeto, o método de ensino chamado de "método intuitivo" voltava-se à educação para além das letras e dos números, responsáveis pelas disciplinas de artes, músicas, canto, educação do corpo, da moral e dos costumes, como por exemplo, a educação física, com "(...) sua função moralizadora, higiênica e patriota" (SOUZA, 2009, p. 77). E ainda

> (...) uma forma de expropriação da identidade cultural das comunidades, que ainda de alguma maneira, fazia da experiência a possibilidade de transmissão e organização da cultura (...) [que] devem ser entendidas no contexto de uma forma específica de desenvolvimento da sensibilidade. (TABORDA DE OLIVEIRA, 2008, p. 164).

Além do mais, a modernidade e a especialização dos saberes (jurídico, médico, sanitário, estatístico etc.) também conformaram as novas relações comerciais pautadas no capitalismo, o que sinaliza uma dada percepção do espaço urbano, de saberes e práticas

[27] Ata de registro da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1888 a 1892.
[28] Foi vereador dos anos de 1890 a 1891 e presidente da Câmara Municipal de Bragança de 21/01/1890 a 31/07/1890 (CADERNO DE MEMÓRIA, 1992, p. 45).

consideradas civilizadas, em detrimento de outras consideradas arcaicas e ultrapassadas. Importante ressaltar que, diante da emergência desse tipo de edifício para a reclusão dos doentes de circulação na cidade, tal situação não passou despercebida pela população seduzida pelas especialidades médicas que se fundamentaram na época. O *Almanach Bragantino de 1914* (1914, p. 20) aponta que, com a construção do Hospital de Isolamento em 1894, "(...) os doentes se ausentarem da cidade por não desejarem sofrer as penas do isolamento", fato que aponta dentre outros fatores, a consciência desses sujeitos com relação às ações ocorridas nesse espaço.

No Mercado, havia saberes e práticas comerciais assentados na tradição, no costume e na oralidade, como por exemplo: as variadas formas de pesos e medidas utilizadas antes da inserção do uso obrigatório do Sistema Métrico Decimal francês (SMD). Anterior à implantação desse sistema, o uso das partes do corpo para medir – palmos, pés, braças, polegadas – era comum e muito diverso de uma região para outra, fato que dificultava a cobrança de impostos, o controle sobre a produção interna do país e também as relações comerciais com o exterior (ZUIN, 2007).

Nesse segundo movimento, entrecruzei então a história do Mercado Público, mobilizando e tensionando-o ao projeto de urbanização e modernização de Bragança, iniciados ainda na década de 1870, com diferentes representações acerca de tal projeto com o avanço da escolarização. Fui ao encontro do filósofo Walter Benjamin (1938), em suas Teses sobre o conceito de história, quando este nos provoca a atentar para as permanências na escrita da história. Esta "(...) lhe prece uma sucessão de vitórias dos poderosos" (Cf. LÖWY, 2005, p. 60). Ao atentar para a implantação legal do SMD, fui instigada a perceber a transitoriedade, a pluralidade e a plasticidade da história, o que pode permitir o encontro de outras vozes até então silenciadas no intuito de "(...) questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história" (LE GOFF, 2003, p. 109). Ao adotar tal procedimento, mobilizei ao mesmo tempo o dispositivo metafórico da colonização do presente pelo passado (GUIMARÃES, 2013), rompendo com uma visão da história local que valoriza tão somente os grandes fazendeiros locais e suas iniciativas, dentre elas a construção do primeiro grupo escolar na cidade. O projeto educacional republicano, que se tornou hegemônico, emergiu e se consolidou por entre tensões, disputas e conflitos socioculturais da época.

Ainda, nesse segundo movimento, privilegiei tematicamente as possíveis conexões entre o projeto de edificação e funcionamento do Mercado Público e o coetâneo projeto de

edificação e funcionamento do Grupo Escolar Doutor Jorge Tibiriçá, posto que ambos os projetos atestam emergências de outras sensibilidades relativas ao viver no espaço urbano, assim como de outras práticas e saberes em contraposição às do espaço rural. O avanço da escolarização propiciará que as experiências do homem rural sejam tomadas como arcaicas, porque seriam balizadas pela transmissão oral de geração para geração, distante da comprovação científica, afeita à religiosidade, matizada por diferentes origens étnicas da população, à lida diária com a terra, com os animais e plantas, saberes e práticas construídos de outras formas, que exigem outras sensibilidades e ritmos de trabalho. As elites letradas urbanas, para além de desconsiderar tais experiências, que implicavam em outros saberes e práticas, buscavam estrategicamente apagá-las, em nome do projeto educacional republicano, que se entendia civilizador, modernizante e progressista, posto que trazia as marcas eurocêntricas do conhecimento e ia ao encontro das propostas educacionais, que começavam a ser engendradas e ganhar fôlego nos Estados Unidos da América, com o método intuitivo.

A escolha do Mercado Público de Bragança como objeto desta pesquisa mostrou-se provocadora quando este foi tomado como um possível espaço de tensões sociais, disputas e conflitos, focalizados no contexto de modernização do espaço urbano e de implementação do projeto educacional republicano, que implicou na emergência de determinadas sensibilidades, em detrimento de outras, das camadas populares, sobretudo rurais, como sugerem a noção de limpeza, civilidade e cultura que emergem e se consolidam na época, pautadas pelo higienismo, sanitarismo e escolarização (LOPES, 2002; VEIGA, 2002; BUENO, 2007; OLIVEIRA, 2008; BONFIM, 2017).

Por conseguinte, esta pesquisa pretende produzir uma história a contrapelo. Através dos procedimentos encetados, busquei o imbricamento de histórias e memórias de sujeitos que tendem a ser silenciados ou esquecidos (BENJAMIN, 1989) em algumas versões da história local, sacralizada e mantida até a atualidade pelos memorialistas que, ao abordar o passado de Bragança, reforçam a ideia de que esta cidade se desenvolveu apenas pela cultura cafeeira.

Diante de tais diretrizes, organizei este relatório em três capítulos. No primeiro apresento a educação dos sentidos e das sensibilidades na relação com o projeto de edificação do Mercado Público de Bragança, observando os processos de modernização da cidade. No segundo trouxe uma dada narrativa da história local, indo ao encontro das “raízes” da cidade vinculadas ao comércio de gêneros alimentícios, pois este, além de marcar sua emancipação perante as outras cidades, sugere ter tido a sua prática silenciada pela cultura cafeeira no a

partir do momento em que os projetos de urbanização passaram a ocorrer em Bragança entre os anos de 1870 a 1910. Já no terceiro capítulo fui ao encontro da origem dos projetos de edificação dos mercados públicos no Brasil, percorrendo as representações pautadas nos pressupostos de higienismo e sanitarismo implementados pelas elites letradas urbanas e Governo local, parâmatros que deram origem ao projeto de construção do Mercado Público de Bragança. E por fim trago as considerações parciais.

# 1. DA ROÇA PRA CIDADE: LEMBRANÇA DO BOM CAIPIRA

Neste primeiro capítulo apresento algumas reflexões postas como desafio para pensar uma dada educação em outros tempos e espaços, para além da escola, que compõem a cidade. Fui em direção da história da educação dos sentidos e das sensibilidades com a intenção de flagrar diferentes experiências nas transformações ocorridas em Bragança, entre as três décadas finais do século XIX e os primeiros anos do XX.

No primeiro tópico trouxe algumas considerações inscritas no contexto dos projetos de urbanização e modernização da cidade. O Mercado Público de Bragança emergiu da reformulação de práticas voltadas ao comércio de gêneros alimentícios. Atividade que era realizada em sua maioria por moradores das áreas mais afastadas e de outras regiões vizinhas à Bragança, este comércio e seus executores – comerciantes e consumidores – foram condicionados às novas ordens impostas pela Câmara Municipal, imbricadas nos ideais republicanos pautados no higienismo, sanitarismo e eugenia da população local (GUIMARÃES, 2015).

Consoante a esta discussão, no segundo tópico busquei, nas novas práticas impostas a esta atividade, representações possíveis na relação com o projeto republicano dos grupos escolares, no momento em que o Mercado Público de Bragança, como edifício, através da atuação da Câmara Municipal, passou a organizar de maneira mais rígida o comércio de gêneros alimentícios. Travando um procedimento dialógico entre as fontes consultadas, relacionei apontamentos em que a implantação do SMD francês perpassou comércio e escola, Mercado e Grupo Escolar, para que o novo sistema fosse implantado e que apontaram para uma educação dos sentidos e das sensibilidades (BRAGHINI; MUNAKATA; TABORDA DE OLIVEIRA, 2017).

## 1.1. Educação dos Sentidos e das Sensibilidades

**Guardador de Rebanhos**

Sou um guardador de rebanhos
O rebanho é meus pensamentos
E meus pensamentos são todos sensações.
Penso com os olhos e com os ouvidos
E com as mãos e os pés

E com o nariz e com a boca.
Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la
E comer-lhe um fruto é saber-lhe o sentido.

Por isso quando num dia de calor
Me sinto triste de gozá-lo tanto.
E me deito ao comprido na erva,
E fecho os olhos quentes,
Sinto todo o meu corpo deitado na realidade,
Sei a verdade e sou feliz.

Alberto Caeiro, 1925, s.p[29].

No poema que abre o primeiro capítulo desta pesquisa, Alberto Caeiro (1889-1915) [30], heterônimo de Fernando Pessoa[31], era um poeta do campo. Seus poemas narravam experiências de um sujeito que se relacionava com o mundo a partir daquilo que conhecia e das sensações por ele despertadas. Para Pessoa (1993, p. 329), "(...) seus poemas são o que houve nele de vida, em que (...) descreveu o mundo sem pensar nele, e criou um conceito do universo que não contém[tinha] uma interpretação". As cores, os cheiros, os sons, os gostos revelados pelos poemas de Caieiro aproximam-nos do *locus* de uma experiência quase extinta nos dias de hoje, esse *locus* é o espaço rural.

Numa perspectiva a contrapelo da história (BENJAMIN, 1989), voltei-me às atividades de gêneros alimentícios e à construção do Mercado Público de Bragança, por estarem, tal local e muitos dos sujeitos que o frequentavam relacionados às práticas e saberes do mundo rural que ocorriam em paralelo com a formação do espaço urbano na época. Isso quer dizer que as transformações que passaram a ocorrer na cidade de Bragança entre as três décadas finais do século XIX e a primeira do XX trazem as marcas da modernização e urbanização das cidades, que no contexto atribui ao espaço rural, adjetivos de atraso, lentidão, preguiça em contraponto à vida da cidade reconhecida como espaço do progresso, da velocidade e do trabalho.

> Olhar, tocar, ouvir, provar, cheirar, tarefas que fazem parte da vida humana, permitem as primeiras manifestações da vontade, e do desejo de conhecer o mundo. Compreendemos pelo conhecimento com os sentidos, ou aqueles

[29] Primeira publicação da obra "O Guardador de Rebanhos" In: **Athena**, nº 4. Lisboa: Jan. 1925.
[30] Fernando Pessoa escreveu que o imaginou como tendo o heterônimo nascido em Lisboa, em 1889 e morrido em 1915, mas que viveu quase toda a sua vida no campo, com uma tia-avó idosa, porque tinha ficado órfão de pais cedo. Era louro, de olhos azuis. Como educação, apenas tinha tirado a instrução primária e não tinha profissão.
[31] Prefácio à Caeiro: **Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação.** Fernando Pessoa. (Textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho.) Lisboa: Ática, 1996.

> conhecimentos fundados nas experiências, experimentação do mundo (MORENO; SAGATINI, 2012, p. 32).

Pode ser por isso que Alberto Caieiro era considerado o mestre entre os heterônimos de Fernando Pessoa, pois trazia poemas objetivos e de linguagem simples, de experiências brotadas do seu corpo. Pode ser que as poesias trouxessem ao leitor da época, como trouxe a mim na atualidade, um sentimento de vazio diante das transformações cunhadas pelo homem ao longo do tempo. O repúdio do poeta pela cidade, pela filosofia e pelo pensamento racional sinaliza, quem sabe, uma voz suplicante das experiências perdidas deste tempo e espaço, que era o rural, com a modernidade.

De difícil percepção, a experiência, segundo Larrosa (2014, p. 10),

> (...) não é uma realidade, uma coisa, um fato, não é fácil de definir nem de identificar, não pode ser objetivada e não pode ser produzida. É tampouco um conceito, uma ideia clara e distinta. A experiência é algo que (nos) acontece e que às vezes treme, ou vibra, ou algo que nos faz pensar, algo que nos faz sofrer ou gozar, algo que luta pela expressão.

Segundo Le Goff (2003), como oposição cultural aos modos de vida até então conhecidos, a modernidade se configurou como um sentimento de ruptura com o passado, bem como um conceito imposto no campo da mentalidade da estética e dos costumes, nascido das relações entre países do Ocidente. O autor ressalta que as discussões entre antigo e moderno são sinalizadas desde a Antiguidade, mas que foi a partir do Iluminismo que se consolidou como uma ideia de progresso, quando

> (...) só e então, os homens das Luzes vão substituir a ideia de um tempo cíclico, que torna efêmera a superioridade dos antigos sobre os modernos, pela ideia de um projeto linear que privilegia sistematicamente o moderno (LE GOFF, 2003, p. 184).

Dentre estes projetos lineares sistemáticos, a cidade é um espaço em que a modernidade ganhou forma, diante de um conjunto amplo de experiências que atravessaram as práticas e os saberes imbricados ao espaço rural e ao tempo da natureza. Nas cidades europeias do século XIX, outros sons, cores, cheiros, formas, texturas surgiram através da especialização crescente do conhecimento. O contato com o mundo moderno seduz e amedronta as populações do período (BRESCIANI, 1984-85).

Duas grandes cidades da Europa - França e Inglaterra - que se formavam ao longo do século XIX serviram de modelos para as transformações ocorridas no Brasil a partir de 1870. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. Foi também ela que deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. Forneceu ainda os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países, necessários ao

avanço da economia burguesa em escala mundial. A ideologia do mundo moderno atingiu as civilizações que tinham até então resistido às ideias europeias, inicialmente através da influência francesa (HOBSBAWM, 2001, p. 71).

Já na Inglaterra, o avanço tecnológico tomou forma com a industrialização dos meios de produção em massa. Segundo Le Goff (2003, p. 197) "(...) é a racionalização da produção que é retida como signo essencial de modernidade". Tal racionalização estava imbricada ao avanço da produção industrial na Europa, desde as primeiras décadas do século XIX. A racionalização da vida foi moldada pela matematização e fragmentação do tempo produtivo, voltados ao capitalismo. Para Thompson (1998, p. 324) "(...) não existe desenvolvimento econômico que não seja, ao mesmo tempo, desenvolvimento ou mudança de uma cultura", complementando ainda que

> (...) cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um "sistema". (THOMPSON, 1998, p. 17).

Para Taborda de Oliveira (2018, p. 119), as potencialidades da história da educação dos sentidos e das sensibilidades ocorreram da "(...) emergência de uma preocupação com as relações entre cultura e natureza, com a dimensão material da vida e, consequentemente, com a corporalidade ao longo da história (...)". Na modernidade, o corpo é analisado, estudado e pesquisado, sobretudo o corpo da população que morava nas áreas urbanas da cidade que, mediante a valorização, pelo Estado, da saúde, da educação e da formação para o trabalho, transformando o corpo humano "(...) [n]um dos *loci* por excelência no qual visões modernas se inscreve[ra]m" (BUENO, 2007, p. 07)".

Pensar a história da educação dos sentidos é observar como os sentidos humanos – visão, audição, tato, olfato e paladar foram transformados para dar conta das novas formas de percepção sobre o mundo, impactados com a modernidade e que, no espaço da cidade, foram assediados com intensidade.

Para Pesavento (2007b, p. 10) as sensibilidades são

> (...) uma forma de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas. Na verdade, poderia se dizer que a esfera das sensibilidades se situa em um espaço anterior à reflexão, na animalidade da experiência humana, brotada do corpo, como uma resposta ou reação em face da realidade (PESAVENTO, 2007b, p. 10).

Esta citação me remete novamente ao poema de Caeiro (1925), quando ele afirma que "seus pensamentos são todos sensações". Nessa animalidade, em que brota a sensibilidade, o

homem pensa a partir dos sentidos. Mesmo sem tanto significado racional, o poeta da virada do século sabia o que despertava sentimentos de outrora inscritos na sua forma de ver o mundo. Dado o contexto aqui analisado, os saberes e as experiências inclinadas ao espaço rural foram tomados pela elite letrada urbana como irrelevantes perante o conhecimento científico difundido no período (ROCHA, 2003).

Senti-me provocada a trazer o termo percepção para dar maior complexidade às colocações de Pesavento, para tanto, segui ao encontro de Peter Gay, E. P. Thompson e Lucien Febvre, como sugerem Braghini, Munakata e Taborda de Oliveira (2017, p. 25) para propor que

> O termo "percepção" pode ser compreendido como uma forma de entendimento e nos direciona, por um lado, ao domínio da razão; por outro, a uma função do cérebro que confere significados aos estímulos sensoriais, biológicos, sem história, naturais. Os três historiadores citados acima, no entanto, nos levam a pensar que as informações obtidas pelos sentidos não são apenas pulsos elétricos, pois se trata de transmissões que, uma vez adquiridas, são reconhecidas, selecionadas, discriminadas, organizadas e interpretadas antes de nos dar consciência do ambiente, seja isso um objeto, um local, um relacionamento. Essas ações atribuem significado aos estímulos sensoriais, pois as sensações já são o resultado de um complexo cultural em funcionamento, não se tratando apenas de uma evocação física dos órgãos (...).

Ainda, mobilizei Le Breton (2016, p. 61-62) para pontuar que:

> As percepções são difusas, efêmeras, incertas, e às vezes falsas, elas oferecem uma orientação relativa das coisas (...). A ciência não é o conhecimento do objeto que eu toco, vejo, cheiro, degusto ou ouço; ela é puritana, ela recusa o corpo e olha as coisas com frieza e com espírito de geometria. Obviamente, o conhecimento sensível carece de universalidade (...) na experiência ordinária, as percepções sensoriais não são as únicas matrizes da relação com o mundo. O raciocínio, não aquele do cientista, mas o da experiência, permanentemente corrige as ilusões [...].
> O conhecimento sensível é flutuante, ele jamais permanece o mesmo.

Entretanto, no contexto histórico, os sentidos e as sensibilidades passaram pelo projeto educacional republicano de escolarização das massas, em conjunto com o método intuitivo, que visava transformar os hábitos e costumes da população através da higiene e da moral (BRAGUINI; MUNAKATA; TABORADA DE OLIVEIRA; 2017).

Atenta aos projetos de modernização ocorridos em Bragança desde as três décadas finais do século XIX e da primeira do século XX, notei que novas sensibilidades – ou aqui tomadas como sensibilidades urbanas – surgiram propiciadas pela remodelação daquele espaço urbano. Fui ao encalço de uma dada narrativa sobre a história local, voltada ao processo de modernização que originou diferentes espaços públicos criados nas cidades do

período e que propuseram novas formas de ser, de se portar e de permanecer na cidade (GUIMARÃES, 2013, 2015).

Em Bragança, o comércio de gêneros alimentícios compunha a narrativa de alguns escritores e jornalista responsáveis pelos textos publicados nos periódicos que circulavam na cidade no início do século XX. Nesse comércio, um personagem que surgiu neste contexto histórico – o caipira – aparece. Num texto publicado no jornal *A Notícia*, periódico que circulou em Bragança, de 1905 a 1907, flagrei um relato do redator[32] S. Stylita Junior no qual lembrava-se

> (...) dos tempos em que os nossos bons caipiras volteavam pelas ruas da cidade com seus cargueiros de alimentos e os ofereciam alegres e bondosos em tempo de abundância, procedendo desta forma, a fim de capturar a *sympatia* dos *freguezes;* mas quando havia escassez ou carestia, mudavam de *systema* e passavam muito anchos ou cheios de si, sem nada a *offerecerem* e quando lhes perguntavam o que vendiam, a primeira vez fingiam não ouvir e na repetição da pergunta e que se dignavam em voz grossa e com altivez responder: *mio, fechão, arrois* etc. e sem parar continuavam o seu caminho duros e tensos como um fuso [...] (*A NOTÍCIA,* 1905, ano I, n. 13, p. 01, grifos do autor).

No relato, S. Stylita Junior trata do comércio praticado em Bragança possivelmente antes das duas décadas finais do século XIX. Com a edificação do Mercado Público, aquela prática comercial em que vendedores ambulantes percorriam as ruas com cargueiros cheios de gêneros alimentícios, antes sem nenhuma ou incipientes e confusas restrições, controles ou normas, passaram a ser proibidas desde 1879, ano em que vigorou o novo Código de Postura[33]. Esse documento[34] havia sido elaborado pela Câmara local e algumas práticas relativas ao comércio de gêneros alimentícios foram modificadas. Os cargueiros carregados de gêneros e os ambulantes circulando foram condicionados às novas normas do espaço urbano, ou seja, restritos ao Mercado Público.

A nota ainda traz representações possíveis de relações entre o caipira que comercializava os gêneros e os fregueses, moradores daquele espaço urbano. O editor, na perspectiva de um sujeito que pertence à elite letrada urbana, acentua algumas características

---

[32] Redator do Jornal *A Notícia* (CENTRO DE MEMÓRIA REGIONAL, 1992, p. 37).

[33] O código de posturas é um documento público que orienta diferentes aspectos da vida na cidade, dando conta de: delimitar desde os horários de funcionamento de estabelecimentos até os locais de festividades populares, orientar procedimentos de edificação e de localização de determinadas entidades, definir práticas de higiene e sanitárias no espaço público e trânsito de animais e meios de locomoção pelas ruas da cidade, por exemplo. Eles existem até hoje.

[34] Este Código de Postura foi "confeccionado e submetido à Assembleia Provincial para sua aprovação" (CÂMARA DE BRAGANÇA, 1877, p. 10) em 28 de fevereiro de 1877 pelo Tenente Coronel Antonio Pereira Paião, presidente da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1874 a 1878. O texto existente neste código de postura é encontrado nas edições 05 a 12 do jornal *O Guaripocaba*, publicadas no ano de 1878.

distintas do homem rural. Ele se reporta aos "bons caipiras" como os principais realizadores das atividades de comércio de gêneros alimentícios, mas ambivalentemente registra que em tempos de carestias ou escassez, este mesmo caipira adotava modos grosseiros com a clientela. Revela como alguns desses sujeitos se portavam, indicando ações, reações, sentimentos, gestos e falas coloquiais do universo rural ao salientar em itálico as palavras "*mio, fechão, arrois*", por outro lado, em tom crítico assinala um traço de altivez indevida assumida pelo caipira, diante da situação de escassez na oferta de gêneros alimentícios. Tais manifestações são marcos de fronteiras culturais, pois estas,

> (...) antes de serem marcos físicos ou naturais, são, sobretudo simbólicas. São marcos sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a percepção da realidade. [...] são produtos desta capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo [...], as fronteiras são construções de sentido fazendo parte do jogo social das representações que estabelecem classificações, hierarquias e limites, guiando a apreciação sobre o mundo (PESAVENTO, 2002, p. 35-36).

Representações que menosprezam o espaço rural, os saberes e o modo de viver oriundos dele quando em comparação com o espaço urbano são encontradas nas fontes da época, que selecionadas dentre muitas indicam o momento histórico em que os sentidos e as sensibilidades também foram educados pelas práticas e saberes do comércio de gêneros alimentícios que ocorria em Bragança naquele período. Este comércio era visto como trabalho irregular, ocupação realizada pelos menos abastados. Mesmo sendo vital para a vida cotidiana das cidades, em que estes trabalhadores "(...) estavam entre os indesejáveis no mundo civilizado" (BRESCIANI, 1985, p. 40).

O crescimento demográfico das cidades expõe o aumento da pobreza e esta, quando se torna visível, incomoda e amedronta as elites letradas urbanas. Nas ruas da cidade, a presença de negros recém-libertos, imigrantes pobres e uma grande quantidade de pessoas provindas das áreas rurais localizadas no entorno da trama urbana se intensificaram. Em Bragança, no início do século XX, muitas das notas policiais publicadas nos periódicos locais tratavam da presença de supostos marginais embriagados e ociosos, a exemplo de uma nota policial de um periódico local que declarava que "(...) dois italianos mendigos caminhavam pela rua da Estação" (*A NOTÍCIA*, 29/08/1906, ano II, n. 89, p. 02). Porém, nesse mesmo contexto, havia alguns imigrantes mais abastados, proprietários de pequenos sítios e também donos de alguns estabelecimentos comerciais na cidade.

Já o caipira de antes, que circulava vendendo gêneros alimentícios pelas ruas das cidades até boa parte do século XIX, possivelmente não era o mesmo caipira do início do XX,

momento em que o trabalho passa pelas vias da moralização capitalista. Isso significa perceber a lentidão no espaço rural, diante das culturas de cultivo e comércio de gêneros alimentícios, obedientes ao tempo da natureza – tempo de chuva, tempo de estiagem, tempo de plantio, tempo de colheita, tempo de engorda etc. –; como o distanciamento da lógica da produção fabril, do tempo cronometrado e matematicamente controlável pelo relógio, por conseguinte, do progresso preconizado pela racionalidade instrumental (ADORNO, 1995) "(...) da qual a imagem das grandes cidades emerge vitoriosa frente o espaço rural e as pequenas cidades do interior, porque tais lugares ainda não haviam sido tomados de todo pela lógica fabril" (BUENO, 2007, p. 23). Por essa ótica, se perde de vista que não é uma questão de lentidão do mundo rural, mas que a racionalidade que orienta a realização do trabalho no campo se pautava por um tempo distinto daquele que passava a orientar a cidade.

Com a modernidade, o espaço rural passou a ser *locus* de uma experiência relacionada à pobreza e da falta de cultura pela elite letrada urbana, por não estar alinhado ao processo de modernização dos equipamentos públicos e da escolarização crescente da população, lembrando que o analfabetismo era tido como uma das mazelas do País, momento em que a condição da população rural era, em sua grande, analfabeta. Posto que o caipira, morador das áreas afastadas do centro urbano, havia ficado distante dos bancos escolares, esse fato acentuou a sua vinculação à figura jocosa de fala errada, difundida por Monteiro Lobato com o personagem Jeca Tatu[35].

> Tendo conseguido elaborar formas de equilíbrio ecológico e social, o caipira se apegou a elas como expressão da sua própria razão de ser, enquanto tipo de cultura e sociabilidade. Daí o atraso que feriu a atenção de Saint-Hilaire[36] e criou tantos estereótipos, fixados sinteticamente de maneira injusta, brilhante e caricatural, já neste século [XX], no Jeca Tatu de Monteiro Lobato. (CÂNDIDO, 1964, p. 81-82).

Os grandes fazendeiros cafeicultores tinham relações estreitas com as atividades comerciais, nas quais as trocas configuravam-se práticas comuns entre eles, porém o comércio de gêneros alimentícios produzidos nas grandes fazendas era realizado pelo escravo, liberto e imigrante. O pequeno produtor, o sitiante, também esteve presente no comércio de gêneros alimentícios, porém sua produção era comercializada em escala reduzida ou excepcional, fato

---

[35] O personagem da obra *Urupês* (1957) trazia representações negativas do morador rural tido como um verdadeiro "mal da terra" (CÂNDIDO, 1987).

[36] Naturalista francês, Auguste de Saint-Hilaire percorreu o centro-sul do Brasil entre 1816 e 1822 e escreveu a respeito das províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Os sertanejos aparecem como "escória" na medida em que não correspondem ao modelo dos "centros civilizados" (MIRANDA, 2007, p. 1-12).

que sugere certa independência com relação à cidade, pois no campo suas necessidades primordiais de sobrevivência, como moradia e alimentação, eram sanadas pela organização de suas atividades. O cultivo de alimentos e a criação de animais domésticos subsidiavam o sitiante e toda sua família, que muitas vezes era numerosa. Para dar conta do cultivo da terra, o grupo produzia gêneros alimentícios excedentes e os vendia pelas ruas, nas feiras livres ou mesmo eram fornecidos aos armazéns da cidade (CÂNDIDO, 1964).

Thompson (1998, p. 204), ao analisar as atividades econômicas das camadas populares do século XVIII, aponta as feiras livres, praças de mercados abertos ou cobertos das cidades inglesas do período como espaços reveladores de costumes e práticas de subsistência dessa população mais carente. O autor identifica, na atividade de comércio de gêneros alimentícios, um caráter paternalista de governo, protetor das rotinas de emergência em tempos de escassez, a fim de evitar motins causados pela fome da população e afirma que

> (...) para compreender qualquer multidão específica, é preciso observar as praças de mercado e práticas específicas do comércio, mas compreender o espaço político em que em que a multidão podia agir e negociar com as autoridades (THOMPSON, 1998, p. 204).

Tal fato me intrigou quando me voltei à pesquisa dos mercados públicos construídos nos anos finais do século XIX no Brasil. Retomei a nota publicada no jornal *A Notícia* – do caipira que em tempos de carestia e escassez adotava certa altivez frente ao seu possível freguês da cidade, o que possibilitou a terceira hipótese deste trabalho: a de que a iniciativa de construir esses mercados determinar-lhes uma legislação específica e impor-lhes o SMD significava uma vontade de, para além de disciplinar e controlar este espaço e a população que ali exercia suas atividades comerciais, também a de garantir o cerceamento dessas atividades.

A construção do Mercado Público de Bragança implicou em redefinir a autonomia das redes de sociabilidades populares no que tange ao compartilhamento de saberes, práticas e experiências. Desta maneira, estas redes se fragilizaram e tenderam a perder suas referências do universo rural, enquanto que a escolarização crescente da sociedade suscitou a emergência de outros pressupostos, os quais vão referendar o conhecimento científico e outras práticas, como o letramento e o numeramento.

Para Vargas (2012, p. 74), "(...) o significado da palavra comércio refere-se à troca de ideias, opiniões e sentimentos, pois a troca da qual o comércio é decorrente está na origem das relações humanas". Braudel (2009, p. 12), ao afirmar que "(...) a gênese do capitalismo está relacionada à troca", pontua as feiras livres ou os mercados existentes no século XIX como espaços onde a produção e o consumo de gêneros alimentícios comercializados e logo a

atividade de troca que ocorriam nesses espaços serviram de engrenagem para o crescimento das cidades ocidentais. Sobre essas atividades, Braudel (2009, p. 15) pontua suas características vitais encontradas "(...) em sua simplicidade robusta e imbatível, dado o frescor dos gêneros perecíveis que fornece produtos trazidos diretamente das hortas e dos campos das cercanias" e continua,

> (...) a feira é um centro natural da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem as frequentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes, é nela que circulam as novidades políticas e as outras (BRAUDEL, 2009, p. 16).

As características apontadas por Braudel se estenderam aos edifícios do Mercado construídos a partir do século XIX para organizar tais atividades no momento de urbanização e modernização das cidades europeias. Inclusive o *Les Halles*[37] de Paris tornou-se símbolo da modernidade diante de sua grandiosidade e beleza, de arquitetura neoclássica, com estruturas metálicas, decoradas com vidros e iluminado pela eletricidade (PINTAUDI, 2006). Walter Benjamim (1989, p. 31) traz experiências desse momento de modernização da cidade de Paris, quando o *flâneur* percorre as galerias luxuosas, que "(...) os contemporâneos não se cansam de admirá-las".

As cidades modernas podem ser tomadas como *locus* de produção de novas sensibilidades, pois "(...) além de continente das experiências humanas, a cidade é também, um registro, uma escrita, materialização da sua própria história" (ROLNIK, 1995, p. 09). Neste sentido, Bresciani (1982, p.237) defende que as cidades,

> (...) são antes de tudo uma experiência visual. Traçado de ruas, essas vias de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço. E mais, um lugar saturado de significações acumuladas através dos tempos, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas.

No Brasil, com a República, os projetos de modernização voltavam-se ao embelezamento das cidades e o afastamento da pobreza dos centros urbanos (SCHWARCZ; STARLING, 2015), momento em que os mercados públicos passaram a fazer parte dos projetos de urbanização das cidades. Os projetos de alargamento das ruas, de calçamento, de canalização de rede de água e esgoto, de iluminação pública vinculavam-se às questões da

[37] Este edifício foi parte integrante do projeto de *embelezamento estratégico* de Paris, realizado pelo engenheiro Georges Eugène Haussmann (1809-1891) (PINTAUDI, 2006).

economia gerada por este comércio de gêneros alimentícios e, em Bragança, esteve entre os debates das elites letradas urbanas e também na Câmara local. Segundo Pintaudi (2006, p. 84),

> Muitos dos mercados tiveram sua gênese nas feiras que terminaram perpetuando-se, materializando-se em construções porque a reprodução da vida na cidade e/ou região necessitava de um contínuo suprimento de víveres. A partir do século XIX, momento em que as comunicações a maiores distâncias se tornam mais corriqueiras, através de ferrovias, os locais de vendas sofrem alterações significativas através da concentração e centralização do capital privado, principalmente. Até então, nas cidades, os mercados eram os locais importantes para o abastecimento de toda a sorte de produtos, já que concentravam espacialmente a atividade, além do que significavam momentos de trocas não materiais que 'abasteciam' outras esferas da vida em sociedade.

Logo, é possível pressupor uma educação dos sentidos e das sensibilidades mobilizada no Mercado Público de Bragança parece possível, pois nesse comércio a existência dos ruídos dos pregões, dos odores fortes misturados aos cheiros e frescor dos diferentes gêneros, do fluxo constante de comerciantes e consumidores e dos cargueiros puxados por animais, cenário comum da cidade nos anos finais do século XIX. Substituir as barracas desarrumadas, mal organizadas e sem o mínimo de higiene por edifícios cobertos, bem iluminados e protegidos da chuva, bem como distanciar do centro urbano todas essas sensações encontradas nesses espaços, esteve entre os projetos de modernização das cidades brasileiras (MURILHA, 2011). O perigo do contágio de epidemias era evidenciado, no período, pelas elites letradas urbanas, que viam a construção do Mercado Público de Bragança como possível forma de contenção do aumento de doenças, pelo fato deste ser frequentado por pessoas das camadas populares, como revelado em notas do jornal *O Guaripocaba*.

Contudo, tensões, disputas e conflitos também foram evidenciados com a construção deste edifício na cidade. Por não estarem alinhados com as novas práticas de comércio regulamentadas pela existência do Mercado, muitos mercadores, mascates, vendedores ambulantes e pequenos sitiantes eram multados pelos fiscais da cidade, como foi o caso do registro feito em ata[38] da Câmara em que "(...) dito Hermenegildo Urbira reclamando contra a multa que lhe foi imposta por vender uma peça de toucinho sem ir ao mercado desta cidade fazer seu devido registro" (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 05/06/1889, p. 39b). Foi possível notar uma tensão entre as autoridades políticas, idealizadoras de um comércio moderno pautado nas noções de civilização e progresso, e a população, que partilhava antigas

[38] Ata de registro da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1880 a 1889.

práticas não condizentes com as novas normas atribuídas ao comércio de gêneros alimentícios, respaldada pela existência de um mercado público.

O Mercado Público de Bragança, por acolher experiências diversas, vinculadas às práticas e saberes oriundos do mundo rural, – desde o cultivo dos gêneros até a realização do comércio desses produtos em diferentes situações –, permite entender que a atividade comercial exercida em seu interior é uma experiência que, "(...) nunca é clara. Ela mistura o imaginário e o real, o físico e o social. Mas com ela certamente mudam as representações do quadro urbano e a do vigor dos corpos" (VIGARELLO, 1996, p.7).

De acordo com Rocha (2003, p. 26),

> (...) *a cidade da civilização*, que surge em meio a tantas mudanças, deixando para trás as "antigualhas do passado", será motivo de apreensão por parte das autoridades municipais, que terão de se defrontar com exigências decorrentes do rápido surto de crescimento. Exigências essas que expressam a urgência de ampliação dos equipamentos urbanos, de modo a dar conta das crescentes necessidades da população. As iniciativas das autoridades municipais, no sentido de responder a tais demandas, vão ganhando corpo paralelamente à constituição da cidade em objeto de atenção de médicos e engenheiros.

Indo ao encontro de Taborda de Oliveira (2008, p. 155), considerei para estas pesquisas as potencialidades da concepção de experiência proposta por Thompson. Acolhi o pressuposto de que elas estão vinculadas ao conhecimento, além do que, como processo contínuo "(...) precisam estar encarnadas naqueles indivíduos que as fazem, pensam, sentem e esses indivíduos em seus grupos e/ou classes diante dos quais e com os quais constroem a história".

Benjamin (1994, p. 198) observou as potencialidades da concepção de experiência e revelou que "(...) estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça por completo". Logo o conhecimento marcado pelas práticas e saberes do mundo rural, pautado na oralidade e regrado pelo tempo da natureza, também foram paulatinamente apagados pelas novidades do mundo moderno, letrado e urbano. No Mercado Público de Bragança muitos saberes e práticas estavam envoltos em experiências e conhecimentos passados de geração em geração. Estes tenderam para os silenciamentos da história, diante das novas imposições decorrentes do poder público local e da modernização da cidade, do avanço de uma legislação sanitária e da escolarização do cotidiano.

A racionalidade instrumental, os saberes científicos e as transformações ocorridas nas cidades marcam experiências contraditórias na introjeção de novas maneiras de viver da população a partir das três décadas finais do século XIX e a primeira do XX. Nesse contexto histórico, os mercados públicos foram construídos no Brasil no momento em que o país

convive com a abolição da escravidão, a política de imigração europeia, a implantação do trabalho assalariado, a proclamação da República, bem como com a Revolta do Contestado (1912-1916), de Canudos (1896-1897) e a Revolta da Armada (1893-1894).

Por conseguintes, tais acontecimentos reverberam na Região Bragantina e na cidade de Bragança foi possível perceber um processo de modernização urbana que, pressupôs inclusive a fundação de seu primeiro Grupo Escolar, que recebe o nome do presidente da Província de São Paulo, daquela época, Doutor Jorge Tibiriçá (FRANCHESI, 2013; MEDEIROS, 2013). É instigante observar que o processo de modernização urbana caminha *pari passu* com as visões de mundo postas em circulação nos grupos escolares, criados em decorrência projetos educacionais dos republicanos. Esse projeto representava aos republicanos um modelo de escolarização considerada "urbana, moderna e de melhor qualidade" que diferenciava dos modelos herdados do antigo regime (SOUZA, 2009).

Inscrito neste projeto estava o método intuitivo, considerado uma inovação na segunda metade do século XIX, no que tange a escolarização das camadas populares. Neste método outros aspectos eram considerados no processo de ensino. Os teóricos[39] da educação infantil afirmavam que o conhecimento do mundo material derivava dos sentidos e da observação dos objetos. Neste contexto, tais teóricos discutiam maneiras de facilitar a aquisição do conhecimento, momento em que uma série de materiais surgiram para auxiliar no conhecimento educacional (BRAGUINI, 2017) e, nesta discussão, eles "(...) postulavam que a educação deveria desenvolver a unidade harmoniosa do desenvolvimento do ser humano, isto é, o desenvolvimento físico, mental, e intelectual (...)" (SOUZA, 2009, p.40).

Neste sentido saliento possibilidades de uma educação dos sentidos e das sensibilidades inscrita nos projetos que se voltavam à construção do Mercado Público de Bragança. Possivelmente neste espaço de comércio de gêneros, de grande diversidade étnica e cultural e com marcas de um passado que se desejava distanciar, as novas práticas voltadas à economia capitalista e à expansão do comércio exterior foram redefinidas no que tange às redes de relação entre o campo e a cidade naquele período, dentro e nas redondezas do espaço. Além do mais, o plano de urbanização das cidades, os projetos sanitários legitimados por médicos e engenheiros do período visava a afastar dos centros todo o perigo proporcionado pelo aumento populacional (ROCHA, 2003).

[39] Princípios gerais postulados por Pestalozzi (SOUZA, 2009).

Segundo Bresciani (1999, p. 32-33),

> (...) um conjunto de intervenções configura a estratégia sanitária: eliminar focos de doença e de comportamentos inadequados na área central, higienizar as moradias operárias, padronizar os 'kiosques' a fim de assegurar um padrão mínimo aos alimentos ali comercializados, calçar rua, eliminar a sujeira do pó e da lama, e o mau costume dos moradores de desfazer do lixo domésticos atirando-o nas vias públicas.

No Mercado Público de Bragança e em seu entorno, as marcas das atividades cotidianas, como os leilões comerciais, o entrecruzar da população composta por homens, mulheres e crianças das camadas populares – visto que a população mais abastada frequentava os armazéns e boticas localizadas próximas à Igreja Matriz – são algumas das características que compõem a minha quarta hipótese da pesquisa, a de que os projetos de urbanização crescente do País naquele período acabaram por se imbricar no projeto educacional republicano. Desta forma é difícil pensar esta urbanização isoladamente da presença crescente dos grupos escolares nas diferentes cidades brasileiras.

> Intentando fundar o novo, a partir de uma ruptura radical com o passado e com tudo o que pudesse ser identificado ao arcaico, ao obsoleto, procuram instituir uma ordem em sintonia com os novos tempos. A cidade passa a ser vista então, como possibilidade de civilização dos trabalhadores, impondo-lhes uma nova moral, pela assimilação de um novo código de conduta (ROCHA, 2003, p. 32).

Com a chegada dos republicanos no poder, as políticas higienista e sanitária ganharam vigor e passaram a ser representadas pelas ações de edificação de hospitais, matadouros e mercados públicos (MURILHA, 2011), numa tentativa, a princípio, de isolar em tais espaços os perigos das doenças que ameaçavam os moradores da cidade. Ainda, sob o domínio das teorias miasmáticas, a preocupação com as epidemias, a profusão e legitimação dos saberes médicos e a disseminação através das escolas de práticas higienistas se institucionalizaram.

> Pressupostos dos projetos de urbanização das cidades se constituem juntamente com outros, tais como a organização policial e os presídios, a sanitarização e a escolarização das populações: o objetivo é preparar o terreno para novas realizações. É no século XIX que se sistematizam os saberes e as ciências voltados para as questões sociais, onde a educação é necessariamente um grande tema (VEIGA, 2002, p. 16) .

O projeto educacional republicano visava formar um novo cidadão para além da leitura, da escrita e dos números. Nesse sentido, a alfabetização voltava-se ao exercício da cidadania e à construção de uma identidade nacional. Porém, no século XX, os republicanos acreditavam que o espaço escolar deveria extrapolar tais questões, momento em que a formação física, intelectual e moral do corpo foram introjetadas nos currículos escolares. Logo novos padrões de comportamento, hábitos e valores se viram imbricados numa crescente medicalização do cotidiano inscrita no espaço urbano que se formou no período.

> Nas primeiras décadas do século XX, a escola passou a ter fundamental importância na formação moral e política do corpo do homem urbano. Formação que pressupunha a valorização, a aceitação e a introjeção, pelos alunos, familiares e demais membros da comunidade escolar, de outros padrões e repertórios culturais, para além, muito além, daqueles alicerçados em conhecimentos e práticas populares e aceitos pelo então chamado "senso comum" (BUENO, 2007, p. 64).

## 1.2. O método intuitivo e o grupo escolar

A República que se estruturava desde o início da década de 1870 "(...) vendia uma imagem de modernidade" (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 11). Formada pelas elites provenientes da cafeicultura e seus filhos, bacharéis, médicos, advogados e, engenheiros amedrontados com a pobreza e o analfabetismo, esta elite buscava, através da modernização das cidades e da instrução pública, a construção de um Estado nacional e a civilização das camadas populares que se formavam na época (VEIGA, 2002; FARIA FILHO, 2000). Disseminado a partir da Europa, o ideário civilizatório eurocêntrico de raízes iluministas emergiu no Brasil através da atuação dos grupos mais abastados da sociedade. Segundo Faria Filho (2000, p. 140):

> Como componente central desse ideário estava a ideia da necessidade de alargar as possibilidades de acesso de um número cada vez maior de pessoas às instituições e práticas civilizatórias. O teatro, o jornal, o livro, a escola, todos os meios deveriam ser usados para instruir e educar as "classes inferiores", aproximando-as das elites cultas e dirigentes.

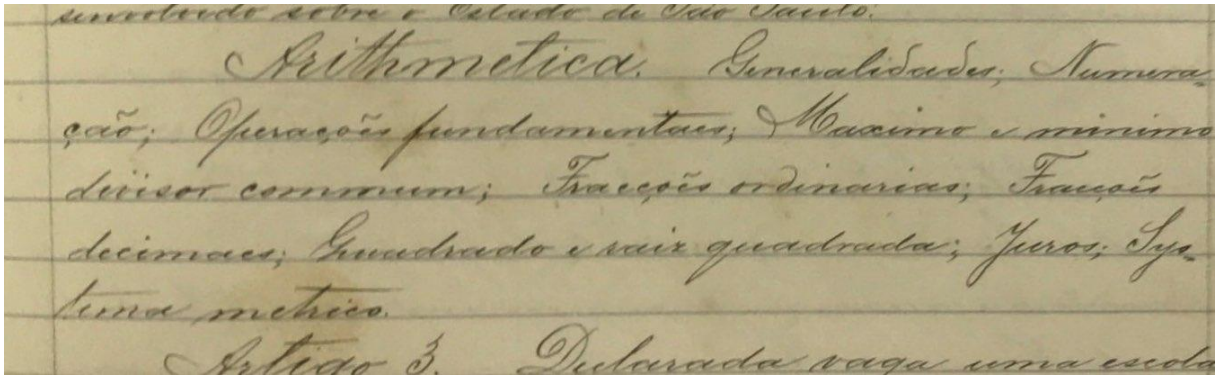
A instrução pública passou a fazer parte dos projetos republicanos nas décadas finais do século XIX. Como metodologia de ensino, o chamado "método intuitivo", conhecido também como "lição de coisas", esteve pautada na observação do mundo dos objetos diretamente pelos sentidos, método que concebia a ideia de que o conhecimento passava primeiro pelos sentidos que deveriam estar preparados para receber o conteúdo proposto pela escola.

> Daí educação "dos sentidos" e não "educação pelos" sentidos, como muita gente sugeriu. Certamente a educação se faz, nessa proposta, pelos sentidos, mas para isso é fundamental as capacidades de observação. Convém advertir que não se trata de educar os sentidos preliminares, para depois efetuar a educação pelos sentidos: a educação dos sentidos é a ocasião em que se processa a educação pelos sentidos e vice-versa. (BRAGHINI; MUNAKATA; TABORDA DE OLIVEIRA, 2017, p.13).

Com a expansão do método intuitivo através da escolarização, os sentidos e as sensibilidades foram educados para dar conta de novas formas de percepção e experiências

com os objetos (BRAGHINI; MUNAKATA; TABORDA DE OLIVEIRA, 2017), das quais aqui direciono as percepções que surgiram a partir da imposição do SMD francês e que transformou as práticas e os saberes relacionados às atividades de comércio de gêneros alimentícios. Esse novo sistema de pesos e medidas foi explorado nas escolas por determinação legal ainda no Segundo Império brasileiro e estive imbricado com as atividades comerciais realizadas no interior do Mercado Público e de outras casas comerciais existentes na cidade.

No período republicano, a proveniência de escolas municipais em Bragança foi decretada pelo vereador Coronel Ernesto d'Assis Gonçalves[40] no ano de 1908, mesmo ano em que se inaugurou o primeiro grupo escolar da cidade. No *Livro de Leis e Decretos da Municipalidade*, o Decreto nº 9, que regulamentava a Lei n. 107 era composto por 27 artigos, e trazia informações sobre a contratação de professores. No segundo artigo do Decreto, que versava sobre as matérias aplicadas nas escolas da cidade, como Gramática Portuguesa, História da Pátria, Desenho e Geometria, Geografia e *Arihtimética*, esta última em seu conteúdo, apresentava como parte do ensino da disciplina o SMD, como revela o fragmento a seguir.



Arithmetica. Generalidades; Numeração; Operações fundamentaes; Maximo e minimo divisor commum; Fracções ordinarias; Fracções decimaes; Quadrado e raiz quadrada; Juros; Systema metrico.

Artigo 3. Declarada vaga uma escola

Fonte: CDI da Câmara Municipal de Bragança Paulista.

FIGURA 1 - Fragmento do Livro de Decretos e Leis da Municipalidade, 1899-1925, p. 31.

Na virada do século XIX para o XX, o avanço da instrução pública foi marcado pela criação dos grupos escolares. Porém, a escolarização, mesmo nas pequenas cidades brasileiras, como Bragança, já existiam, com o funcionamento de escolas de improviso,

[40] Foi presidente da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1892 a 1896 (CADERNO DE MEMÓRIA, 1992, p. 46).

domésticas e isoladas, até meados de 1890, quando foi criado o primeiro grupo escolar (MEDEIROS, 2013).

Medeiros (2013) sinalizou em sua pesquisa sobre o projeto de construção do primeiro grupo escolar de Bragança, tensões e conflitos que resultaram na cisão do Partido Republicano local. Divididos entre gliceristas, grupo de caráter liberal progressista, liderado por Francisco Glicério[41]`(PRF) e localmente apoiado por Manoel Carneiro, editor do jornal *O Guaripocaba* e *A Notícia*, e salistas, grupo de caráter conservador, liderado por Jorge Tibiriçá, que apoiava Campos Sales[42] (PRP) e recebia apoio local do Coronel Teóphilo Leme foi destituído em 1897.

A escolha do nome do grupo gerou discussões que apontam para tal ruptura do partido local. Os gliceristas defendiam que o primeiro grupo deveria se chamar José Guilherme, por considerarem sua atuação como professor público relevante para a cidade. Já os salistas defendiam que o nome do grupo deveria homenagear o governador do Estado, fato que, segundo Medeiros (2013, p. 72) revela uma "(...) guerra de símbolos deflagrada pela escolha do nome do grupo escolar em relação a quem, no âmbito nacional, defendia o anseio de uma parte dos liberais republicanos bragantinos.", momento em que o grupo escolar veio a se chamar *Doutor Jorge Tibiriçá*.

Os grupos escolares simbolizavam a imponência da República através de seus prédios em arquitetura neoclássica. Vidal e Faria (2000, p.24) destacam que

> Através dos prédios escolares os republicanos queriam ver a própria República, por isso começaram a construir verdadeiros monumentos. Esses grupos escolares expressavam a ideologia republicana e projetavam para o futuro, buscando apagar o passado imperial.

O projeto de criação dos grupos escolares visava à erradicação das marcas deixadas pelo antigo regime através da escolarização que, equipada de todo aparato de símbolos criados pela República, buscava dar sentido aos projetos de civilização que formavam a nova conjuntura da cidade.

O grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá foi projetado pelo engenheiro José Van Humbeeck e construído pelo construtor engenheiro Horácio Rodrigues. A obra teve início a partir do lançamento da pedra fundamental em 1906 e foi concluído e inaugurado em 1908, dando início às atividades escolares no ano letivo de 1909. (ALMANACH BRAGANTINO, 1914).

[41] Líder do Partido Republicano Federal (PRF), representava o florianismo, apoiado no sul do país, mas com poucos simpatizantes em São Paulo.
[42] Membro do Partido Republicano Paulista, foi presidente do Estado de São Paulo de 1896 a 1897 e presidente do Brasil nos anos de 1898 e 1902.

Sua arquitetura seguia um padrão das escolas públicas encontradas em outras cidades[43] do Estado de São Paulo. Construído sobre um bloco térreo, possuía um pátio interno aberto que dividia o prédio em duas alas distintas, específicas para meninos e meninas. Possui entrada principal no eixo central do edifício com ornamentos em madeira e gradis em ferro. O edifício passou por reforma em 1991 e foi tombado em 2000 pelo CONDEPHAC[44] (ISHIZU, 2008).

[43] Pindamonhangaba, Caçapava, São Simão, Bragança, Itatiba, Santa Bárbara, Cajuru (ISHIZU, 2008, p.105).
[44] Decreto nº11303 de 28/12/2000.

Fonte: CDAPH/USF. Imagem digitalizada por Luis Antonio Palombello.

FIGURA 2 - Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, 1970.

Localizado na área mais privilegiada da cidade, a monumentalidade do edifício representava para a época a modernização da cidade e junto dela, a escolarização da população nos moldes republicanos. Ao trafegar pela calçada da escola é possível ouvir os professores lecionando ao longo da semana ou mesmo distante é possível ouvir as algazarras das crianças durante o recreio.

Porém, muito além das questões de urbanização, tais ideologias pautadas na escolarização fundamentavam-se em teorias largamente exploradas no campo científico, como aponta Bonfim (2017, p. 42).

> A constituição moral da família e os cuidados com a infância convertiam-se, na sociedade republicana, em categorias privilegiadas de análise no quadro das preocupações com a nacionalidade, congregando médicos, educadores, políticos, engenheiros, religiosos, advogados num ambiente intelectual fortemente inspirado pelo positivismo de Comte e pelo darwinismo social de Spencer, terreno fértil à incorporação das "modernas" teorias que prometiam o melhoramento humano, visando, da ótica burguesa, proteger a "boa" estirpe patronal enquanto se pretendia habilitar as classes populares, regenerando-as por meio de trabalho, da higiene e da moral.

Antes da emergência dos grupos escolares, a instrução pública no Brasil esteve a cargo das escolas de improviso que "funcionavam em espaços improvisados, como igrejas, sacristias, dependências das Câmaras Municipais, salas de entrada de lojas maçônicas, prédios comerciais, ou na própria residência dos mestres" (VIDAL; FARIA, 2000, p. 21). Ainda, nesse mesmo contexto, a existência de escolas domésticas sem vínculo com o Estado oferecia aos alunos mais abastados o ensino de primeiras letras. Muitas vezes, tais escolas, chamadas também de particulares, utilizavam-se de espaços cedidos e organizados pelos pais das crianças e jovens aos quais os professores deveriam ensinar (SOUZA, 2009)

Franceschi (2013), ao pesquisar o processo de construção do segundo grupo escolar da cidade de Bragança, o Grupo Escolar *José Guilherme*, inaugurado apenas no ano de 1944, afirma que a temática da "instrução pública sempre esteve em posição privilegiada nos periódicos locais" (p. 38). Mas não somente a imprensa se ocupava em solicitar melhorias da instrução local;, em muitas atas de registro da Câmara de Bragança aparecem solicitações nestsa direção. Isso ocorre até mesmo por que muitas informações contidas nos periódicos pautavam-se nas sessões ocorridas na Câmara ao longo da semana.

Foi o caso de um ofício registrado em ata[45] da Câmara encaminhado pelo professor Francisco Alves da Cunha Lima, "Professor Público de Gramática Latina e Francesa *d'esta* cidade pedindo que lhe *atteste* se *têm* preenchido devidamente os deveres de seu magistério" (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA 07/04/1962, p. 93b). Pedidos de atestados nesse sentido são encontrados com certa frequência, registrados em atas do legislativo local desse período.

[45] Ata de registro da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1860 a 1863.

No ano de 1877, em registrado feito em ata[46], o então Presidente da Câmara de Bragança, o vereador Cap. José Hortêncio da Silva Rezende[47] relatou intensas críticas com relação à postura de dois professores públicos existentes na cidade de Bragança.

> Propôs que se levasse ao conhecimento do Exmo. Presidente da Província, a bem da moralidade pública e da justiça, que as escolas dos professores Fortunato José Dantas de Vasconcellos e sua mulher, D. Elna de Cássia Vasconcellos, frequentado por seis a dez alunos, quer uma, quer outro, devido à inépcia, e nenhuma vocação dos outros professores para o ensino, que o professor não para na escola em horas que deve estar funcionando (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA 29/06/1877, p. 19b).

Tal crítica remeteu na réplica de um ofício expedido pelo Presidente da Província para sanar a o problema. A resposta foi registrada em ata[48] na sessão ordinária ocorrida no mesmo ano, o "*officio* do Exmo. Presidente da Província, datado de 06 do corrente, exigindo informações sobre os professores públicos deste município" (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 1711/1877, p.25). Porém, não somente o professor estaria sob vigilância com relação a sua atuação local, mas também os espaços dedicados ao ensino como sugere Vidal e Faria (2000, p. 23).

> A realidade material e espacial da escola brasileira continuava como tema em debate. Na década de 1870, os diagnósticos dos mais diferentes profissionais que atuavam na escola ou na administração dos serviços da instrução, ou ainda políticos e demais interessados na educação do povo (médicos, engenheiros, advogados), eram unânimes em afirmar o estado de precariedade dos espaços ocupados pelas escolas, sobretudo as públicas, mas não somente essas, e advogavam a urgência de se construírem espaços específicos para a realização da educação primária.

Importante ressaltar que o projeto de escolarização pública tinha como objetivo "fortalecer as estruturas dos poderes estatais" (VIDAL; FARIA, 2000, p. 24). Assim, através da atuação dos republicanos, a educação das massas se definiu diante de diferentes mecanismos de inclusão dos habitantes em uma nova ordem de tempo e espaço e também das aspirações pautadas no progresso do País. A idealização dos projetos de urbanização e escolarização tinha um objetivo em comum; "(...) ambos planejam[vam] construir um ser humano tipo ideal enquanto ser social civilizado" (VEIGA, 2002, p.19).

Através do método intuitivo, o projeto educacional republicano encontrou respaldo para a formação de novas sensibilidades. O espaço escolar foi idealizado para atender às aspirações e necessidades da vida moderna e urbana. A formação do novo homem visava a distanciá-lo da barbárie dos hábitos grotescos, do analfabetismo e dos perigos do ócio e do

[46] Ata de Registro da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1876 a 1878.
[47] Presidente da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1876 a 1878.
[48] Ata de registro da Câmara Municipal de Bragança, dos anos de 1876 a 1878.

vício (CHALHOUB, 2012). O projeto para reforma educacional ocorrido no ano de 1882[49] foi além da alfabetização da população, como ressalta Souza (2009, p.81).

> Considerava relevante desenvolver sentimentos e hábitos, cultivar valores morais desejáveis, tais como: respeito, ordem, disciplina, abnegação, tolerância, amor ao dever, apreço ao trabalho, frugalidade, o bom emprego do tempo, probidade, sinceridade, autocontrole, decência, lealdade, caridade, amor à pátria. Educar mais que instruir, constituía a finalidade fundamental do ensino primário. Essa diferenciação sublinhada por vários educadores na época não era simples questão semântica. Ela reportava a uma clara concepção de ensino – educar supunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da transmissão de informações fornecida pela instrução, implicava, essencialmente, a formação de caráter mediante a aprendizagem da disciplina social, das virtudes morais, dos valores cívicos-patrióticos necessários a formação do espírito da nacionalidade.

Taborda de Oliveira e Beltran (2013, p.19) complementam.

> Muitos dos dispositivos mobilizados para o desenvolvimento da instrução pública são eminentemente corporais: a definição de espaços próprios, de tempos rigorosamente demarcados, de atitudes como andar, escrever, sentar ou permanecer em silêncio, denota uma educação corporal que persegue novas formas da sensibilidade, tendo como base a atividade corporal.

Logo o projeto escolar republicano se materializava diante da emergência de valores relacionados à civilidade da sociedade na perspectiva eurocêntrica, como complementa Guimarães (2013, p. 26).

> A imagem de corpo do cidadão, assentada na escolarização e na saúde, passou a ser um dos motes que desencadeou toda uma gama de iniciativas públicas e privadas, norteadas pela vontade de adequar os corpos às visões de civilização, de privacidade e de individualismo.

Para compor essa discussão, no próximo capítulo busquei na história local a atividade de comércio de gêneros alimentícios em Bragança, pois diante do contexto, a construção do Mercado Público de Bragança possivelmente suscitou a emergência de novas sensibilidades com relação a esta atividade, visto que era profundamente relacionada ao espaço rural. Diante das transformações socioculturais que ocorriam no período, as elites letradas urbanas intensificaram seus olhares e discursos para tal comércio, no rastro de alguns projetos pautados nas teorias higienistas e sanitárias.

[49] Projetos de reforma do ensino primário e secundário apresentados por Rui Barbosa em 1882 que substituiria o decreto de 19/04/1879 (OUZA, 2009, p. 75).

# 2. BRAGANÇA: SEU MOÇO, ESQUECERAM-SE DO "MIO, FECHÃO E ARROIS"

Neste segundo capítulo apresento a cidade de Bragança[50] de modo distinto dos textos encontrados que tratam da história local. Estes, quando se voltam para o passado, tomam a cafeicultura como única atividade responsável pelo desenvolvimento urbano, ocorrido a partir das três décadas finais do século XIX e a primeira do XX. Nesta pesquisa volto-me às atividades de comércio de outros gêneros alimentícios em Bragança, comercializados no interior do Mercado Público, por entender que tais atividades precisam ainda ser estudadas com maior aprofundamento.

É fato que a cafeicultura teve papel fundamental para a cidade de Bragança, com ela a economia local se transformou, assim como o cenário da cidade, com o surgimento de edifícios ecléticos e equipamentos públicos. Porém, a atividade dedicada ao comércio de gêneros alimentícios, que marcou as origens da cidade de Bragança desde o século XVIII, também foi intensa nos séculos seguintes (XIX e XX) e esteve lado a lado com a cafeicultura local. Esta segue localmente como uma história monolítica do passado (GUIMARÃES, 2013; 2015) e torná-la plural foi uma das preocupações desta pesquisa.

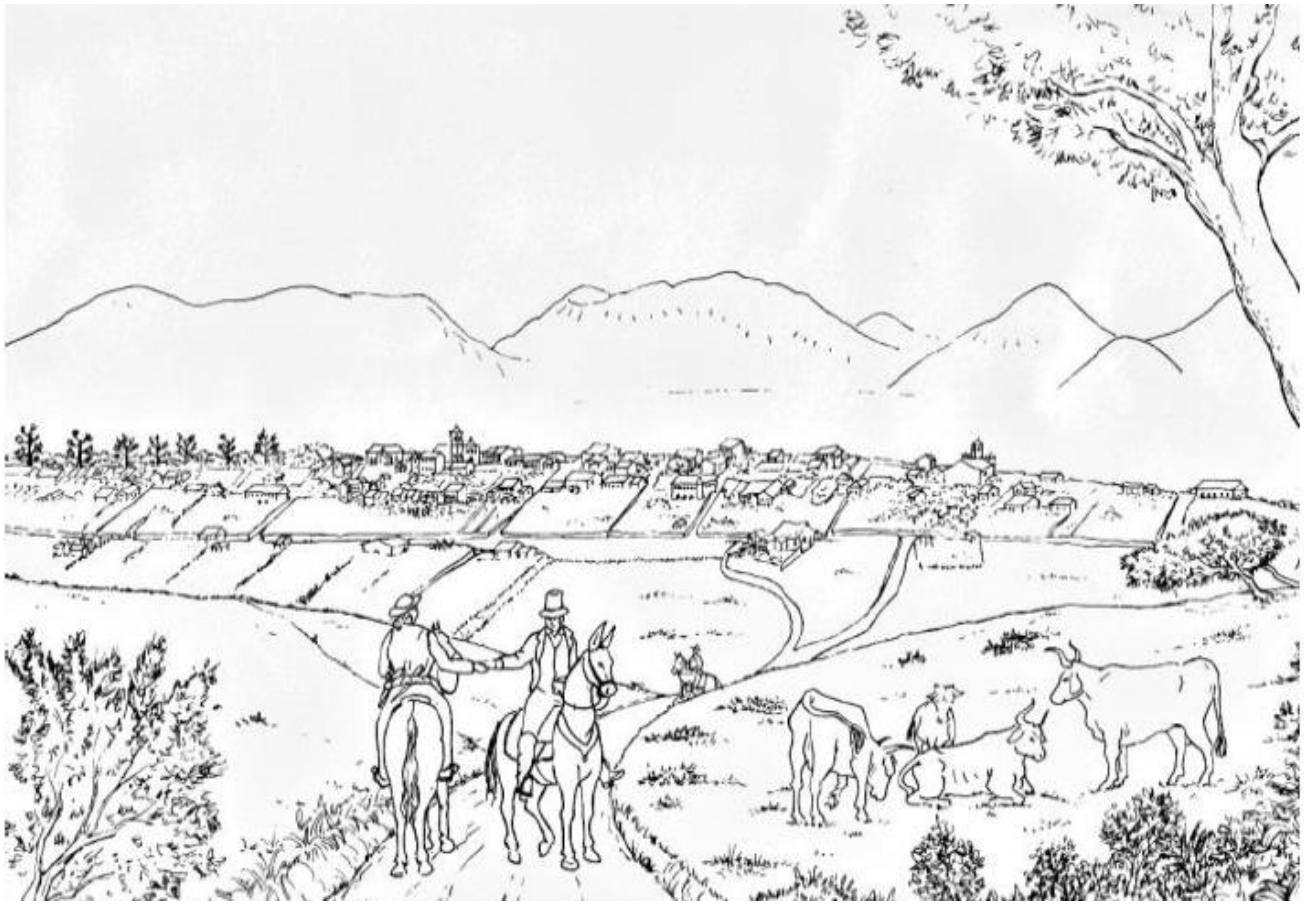
O comércio de gêneros alimentícios, que se (re)configurou com o capitalismo no século XIX, contribuiu para o desenvolvimento das cidades modernas, constituindo-se algumas em grandes centros urbanos como os que vemos atualmente (ROLNIK, 1995).

Considerando tais aspectos, no encalço de uma educação dos sentidos e das sensibilidades deflagradas com a emergência do Mercado Público de Bragança, fui ao encontro de Vargas (2012) quando sugere que

> (...) o caráter social da atividade de troca e, consequentemente, do comércio, aparece imediatamente quando, para a troca se realizar, existe a necessidade do encontro, envolvendo além das mercadorias, a troca de ideias, palavras, experiências e sensações que fazem parte do encanto do consumo, pois o ato da troca pressupõe a conversa [...] para que o negócio seja efetivado (VARGAS, 2012, p. 74).

[50] Ao longo desta pesquisa optei por utilizar o nome da cidade apenas de Bragança por considerar que o período histórico em que ela está inscrita, este era o nome utilizado. O termo "Paulista" foi agregado ao nome no ano de 1944, com o fito de diferenciá-la da cidade de Bragança localizada no Estado do Pará.

## 2.1. Bragança e o comércio de gêneros alimentícios



Fonte: CDI da Câmara Municipal de Bragança.

FIGURA 3 - Vista de Bragança Paulista (meados do século XIX)
Desenho de Joseph Cooper Reinhardt, médico naturalista, 1843-1873.

O desenho que abre o primeiro tópico deste capítulo da pesquisa foi elaborado pelo médico naturalista Joseph Cooper Reinhardt[51], que esteve em expedição na Região Bragantina entre os anos de 1850 e 1870, quando foi contratado pelo governo imperial para catalogar a diversidade da fauna e da flora da região Sudeste do País. Em seus desenhos costumava retratar as cidades do interior paulista ao longo do período em que a economia cafeeira passou a se estabelecer na região, transformando as características de cidades como Bragança. Suas observações iam para além das riquezas naturais existentes na região. Em seus desenhos retratava as economias, costumes e culturas das localidades por onde passava (LANE, 2005).

No desenho, dois cavaleiros aparecem em plano principal seguindo por um mesmo caminho, porém em direções opostas. Pelo mesmo caminho, outro cavaleiro aparece como quem sai da cidade. No plano de fundo aparece em traços, o núcleo urbano antigo de Bragança, pouco povoado, em torno das Igrejas Matriz e do Rosário. Os animais soltos em primeiro plano, somados aos campos ainda inocupados, onde atualmente vemos largas avenidas, ruas asfaltadas, muitas construções, carros e pessoas que circulam diariamente, dia e noite, pode quem sabe transportar o observador da imagem para a cidade de outrora. Uma Bragança ainda rural com ruas de terra, sem iluminação e por onde circulavam tropeiros, mascastes viajantes que iam e vinham de localidades próximas ou distantes.

Outro detalhe apresentado pelo desenho são os caminhos que parecem cruzar o pequeno núcleo urbano. O caminho que aparece em primeiro plano por onde passavam os cavaleiros é um dos caminhos antigos que ligavam a cidade de Bragança aos bairros rurais e Sul de Minas. O outro caminho que corta o núcleo de ponta a ponta permitiam o tráfego de pessoas e transportes de produtos que vinham de outras localidades. Para o lado esquerdo o caminho levava às cidades de Atibaia e para a Capital paulista. Para o lado direito o caminho ligava às cidades de Itatiba, Socorro, Amparo, Minas Gerais e Goiás.

As origens da cidade de Bragança remontam às atividades dos bandeirantes paulistas que, durante as expedições em busca de ouro e pedras preciosas, abriram caminhos que interligavam São Paulo às capitanias de Minas Gerais e Goiás (LEITE, 1974). Em 1765, *como Freguezia de Nossa Conceição do Jaguary*, a freguesia fez parte da Vila de Atibaia. Bragança foi elevada à vila em 1797, e à categoria de cidade em 1856, de acordo com informações trazidas pelo *Almanack de Bragança para 1900* (p. 117).

[51] Médico naturalista e capelão, Joseph Cooper Reinhardt (1809 - 1873) esteve em expedição no Brasil em 1843 e registrava, através de desenhos e relatos, as características das cidades do interior paulista. No mesmo ano passou a residir na cidade de Campinas onde viveu até sua morte (LANE, 2005).

Segundo Leite (1974, p. 56) a freguesia do Jaguary, no ano de 1766, com apenas um ano de existência, possuía "280 fogos[52], 614 mulheres e 652 homens, logo 1.266 habitantes", comparado à Atibaia, com 2.425 habitantes no mesmo período. Jaguary elevou-se à condição de Vila Nova Bragança com 30 anos de existência e segundo a pesquisadora "(...) esses curtos anos foram, entretanto, suficientes, para o crescimento dos núcleos gerados nas proximidades de Atibaia" (LEITE, 1974 p. 71). Este fato está atrelado às atividades agrícolas, como a plantação de cereais, e em um número significativo, na criação de suínos, realizadas em Bragança.

Produtos como o arroz, feijão, milho, aguardente e toucinho estão entre os que se destacaram nas atividades existentes no mercado interno desde a origem do Município. Consoante a esse comércio, foi considerável o crescimento populacional, ambos os fatores possibilitaram a elevação de Bragança à categoria de cidade no ano de 1856. A criação da Comarca de Bragança no ano de 1859 também é apontada por Bueno (1997, p. 25-27, apud BUENO, 2007, p. 60) atrelada ao crescimento anual da renda Municipal de Bragança, provinda da atividade agrícola e do comércio gerado por ele.

> Este crescimento poderia significar o aumento do lucro gerado por diferentes atividades econômicas. Fato que, por sua vez, poderia definir, em nível local, a necessidade de se efetivar a presença do Poder Judiciário em Bragança. Talvez com o fito de garantir as prerrogativas políticas e estratégicas dos proprietários de terras e dos comerciantes locais, na relação com o governo da província e da Corte, além de assegurar a posição privilegiada de Bragança, no panorama político da região.

Porém, quando volto-me ao comércio de gêneros alimentícios, tais prerrogativas parecem estender-se a outros fatores, como por exemplo, as implicâncias decorrentes do crescimento dessas atividades, pois a existência do Judiciário em Bragança deve ter ampliado o controle do comércio de gêneros, ainda mais se considerarmos que nele se inscrevem muitos sujeitos pertencentes às classes populares, como negros, imigrantes e moradores das áreas rurais (LOPES, 2002; GUIMARÃES 2013).

Segundo Ishizu (2008, p. 264), no período havia uma grande movimentação de pessoas e mercadorias na área da cidade denominada como *Largo do Lavapés*, atualmente chamada de Praça do Lavapéz. Nesta área da cidade concentravam-se os principais caminhos de entrada e saída de mercadorias que ligavam Bragança às cidades vizinhas de Socorro, Amparo, Itatiba, Piracaia, Joanópolis e também às cidades do Sul de Minas. O acesso desta área ao centro da cidade se dava pelas ruas do *Commércio* e da *Igualdade*, sinalizadas como

[52] No período, eram considerados fogos, moradias existentes nas vilas, freguesias e cidades brasileiras que se formaram ao longo do século XIX. O nome remetia à ideia da existência de fogões nas moradias.

sendo as principais ruas em que a atividade de comércio de gêneros acontecia, pela proximidade com os caminhos.

Na sequência apresento um mapa de Bragança em 1905. Junto dele, apresento um croqui que demarca a área urbana central da cidade, a localização do Mercado Público de Bragança na relação com o centro urbano, as principais ruas de comércio da cidade e os caminhos que ligavam Bragança a outras localidades.

Fonte: Acervo pessoal de Roberto Sarachinni (Dr. Bragança). Croqui de autoria de Lilian Florencio de Godoy e produção de Luciano de Souza Lemes (2018).

FIGURA 4 - Planta Parcial de Bragança, 1905.

Destaque para o croqui que demarca a área central (1), o Largo do Lavapés (2) e o Mercado Público (3). Nele é possível notar ás áreas de maior concentração de entrada e saída de gêneros alimentícios aos caminhos que ligavam Bragança aos bairros rurais e cidades vizinhas.

No momento de elevação de Bragança à categoria de cidade em 1859, de acordo com Martins e Laurito (1943, p. 111), havia em Bragança 5 lojas, 3 armazéns, 1 botica e 1 bilhar, mas sobre o comércio de gêneros alimentícios nada foi destacado por esses memorialistas. Porém, ao analisar as seções descritas nas atas da Câmara Municipal do período e confrontá-las com artigos dos códigos de postura, além dos registros de multas e impostos recorrentes das atividades de comércio de gêneros, encontrei desentendimentos entre o poder público local e a população que praticava esse comércio com relação a tais atos legais. A população não aceitava as multas e ignorava os códigos e regulamentos que legitimavam a atuação dos fiscais da Câmara local. Foi o caso de um requerimento[53] encaminhado por Teodoro José Barbosa,

> (...) pedindo para ser dispensado de multa que lhe foi imposta pelo fiscal por *tranzitar* pela cidade com carro de boi em negócios, pois seu carro apenas entra e *sahe* carregado com gêneros que leva e traz de fora do município. Indeferido (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 05/01/1877, p. 8b).

No comércio de gêneros alimentícios em Bragança, os produtos que se destacavam até início das décadas de 1860 eram, de fato, a criação de porcos e o cultivo de milho. Esses dois gêneros eram os que predominavam como cultura para o comércio de exportação até a chegada da cultura cafeeira na cidade. Do milho eram produzidos o fubá e a farinha de milho e os grãos para a alimentação dos porcos e de outros animais, bem como para o consumo da população. Dos porcos, saiam peças de toucinhos e a banha, que desde o período colonial eram requisitadas pelo Governo da Capitania de São Paulo e que revela segundo Leite (1974, p. 131), "o interesse em se obter milho e toucinho em maior quantidade" da Região Bragantina.

No ano de 1861, a Câmara Municipal de Bragança respondia à uma circular[54] encaminhada pelo Governo Provincial que requisitava informações sobre a economia local :

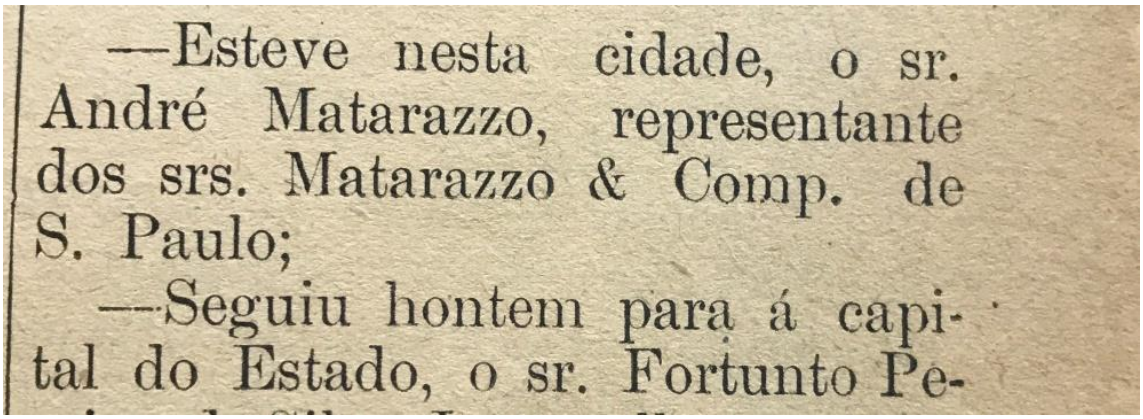
> Circular do Excelentíssimo Presidente[55] *d'esta* província, de 06 de julho do corrente *anno*, e a comissão de parecer que a Câmara lhe preste as informações: Ao 1º que é o principal ramo de lavoura a *d'este* município a plantação de milho e a criação de porcos. Ao 2º que se planta café, feijão e arroz em mais pequena quantidade do que milho. Ao 3º que o toucinho e o café se destinam à exportação. Ao 4º que neste município não existem fábricas. Ao 5º que nada se tem a informar porque este artigo se acha

[53] Ata de registro da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1877 a 1879
[54] Ata de registro da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1877 a 1879.
[55] O 28º Presidente da província, João Jacinto de Mendonça, passa a exercer as funções de seu cargo em 22 de maio de 1861, recebendo-o do vice-presidente Manuel Joaquim do Amaral Gurgel. Natural de Pelotas, no Rio Grande do Sul, era formado em medicina. Sua administração se estenderia até 24 de setembro de 1862. (Galeria dos Pres. da Província – Eugenio Egas). Disponível em: http://ihgsp.org.br/efemerides-8-de-junho. Acesso em: 19 de jun. 2018.

> subordinado ao 4º. Ao 6º que não existe outra indústria que sirva de profissão ou meio dividida [...] (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 29/11/1861, p. 66 b - 67).

Para além da constatação de uma atividade agrícola intensa e da importância da cultura de milho e criação de porcos na economia local, saliento que estas duas atividades econômicas ultrapassavam a cafeicultura em diferentes regiões do sudeste, num período que esta última começava a tomar à dianteira. Além do mais, tal fato sugere que a vida rural era predominante em Bragança nos anos próximos à virada do século XIX para XX.

A maioria da população se dedicava às culturas agrícolas pontuadas por Leite (1974). Estas resistiam às transformações ocorridas entre fins do século XIX e início do XX no País. O jornal *A Notícia* registrou em uma de suas colunas sociais a presença de um representante dos Matarazzo & Com.



—Esteve nesta cidade, o sr. André Matarazzo, representante dos srs. Matarazzo & Comp. de S. Paulo;

—Seguiu hontem para á capital do Estado, o sr. Fortunto Pe-

Fonte: CDAPH/USF.

FIGURA 5 - Fragmento da coluna social do jornal *A Notícia*, de 09/05/1905, n. 14, p. 01.
Dimensões do jornal: 30 x 60 cm. Dimensão da nota: 5 x 1,5 cm.

Essa Companhia era uma das maiores distribuidoras de banha de porco enlatada do País, e a presença de representante na cidade sugere que a criação de porcos e a produção da banha e toucinho continuavam intensas em Bragança no começo do século XX.

Se em 1861 não havia indústrias na cidade, na virada do século o cenário mudou um pouco, porém mesmo assim o número de fábricas não era tão expressivo. Em 1899, foi publicado no *Almanack de Bragança para 1900* que a cidade possuía

> (...) 2 fábricas de macarrão, 1 fábrica de vela de cera, 3 fábricas de carros e carroças, 1 fábrica de sabão, 1 fábrica de chapéus, 4 fábricas de cerveja e gasosa, 2 fábricas de chapéus de sol. (p. 183).

A banha de porco em Bragança e sua comercialização não originaram fábricas maiores deste produto, fato que aponta para uma produção exclusiva para exportação, vendida às

indústrias de banha de porco enlatada que se localizavam em outras cidades, como por exemplo, a Matarazzo & Comp. de São Paulo. Naquele período, a banha de porco era importante para a iluminação dos lampiões das casas e das ruas das cidades abastecidos com o produto. Além do mais a banha servia para conservar alimentos, muitas vezes, comercializados não somente no mercado interno, mas transportado pelos tropeiros para outros locais mais distantes.

Porém, as origens do produto não condiziam com os novos ares da modernidade. A banha, o toucinho, indicavam atividades relacionadas a animais fétidos, sujos, criados em meio à imundices, apontando para o surgimento de novas sensibilidades relacionadas à higiene e limpeza, que estimulavam inclusive o abandono das atividades relacionadas à suinocultura e o investimento na cultura cafeeira. Porém, ao que tudo indica, a suinocultura persistiu até boa parte do século XX entre as atividades realizadas na cidade de Bragança.

O transporte de diferentes produtos e alimentos era realizado pelos tropeiros, mascates viajantes e pelos cargueiros que iam e voltavam de Bragança para cidades e vilas do interior e para a Capital paulista e o Sul de Minas. Nos periódicos locais aparecem relatos de problemas enfrentados nas estradas que ligavam Bragança a essas localidades. Em atas da Câmara encontrei tensões entre tropeiros, mascates e comerciantes em geral que transportavam gêneros e a Câmara, ocasionadas pelas multas a tais atividades, presentes nos códigos de postura ou nos regulamentos do Mercado Público de Bragança.

Com a expansão da cafeicultura, a lentidão do traçado animal e o limite de peso e quantidade possível no transporte tornavam-se problemas, fato que levou um grupo de fazendeiros, comerciantes locais  e profissionais liberais[56] à implantação da Estrada de Ferro Bragantina (E. F. B), inaugurada em 1884. Na área urbana a primeira estação a ser construída foi a *Estação do Taboão.* A segunda foi a *Estação Bragança,* no *Largo do Lavapés,* área que sinaliza o intenso comércio que ocorria na cidade de Bragança (ISHIZU, 2008). No final do século XIX, também os bondes elétricos[57] estiveram entre os projetos apresentados por membros da elite letrada urbana da cidade.

[56] Coronel Luiz Manoel da Silva Leme, Coronel Francisco de Assis Valle Junior, Coronel Francisco Emilio da Silva Leme, Dr. Braulio Timotheo Urioste. Padre Ezequias Galvão Fontoura, Major Manoel Jacintho de Moraes e Silva, Capitão Francisco de Assis Valle. Gabriel da Silveira Vasconcellos, Emygdio da Silveira Vasconcellos, Antonio Manoel Gonçalves, João Manoel Vieira Leite Guimarães, Firmino Joaquim de Lima e José Gomes da Rocha Leal. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1872/lei-36-06.04.1872.html. Acesso em: 29 out. 2018

[57] Além da Estrada de Ferro Bragantina, inaugurada em 1884, em Bragança houve uma especulação sobre a criação de uma linha de bondes que ligaria Bragança à cidade de Curralinho atual (SP) no ano de 1892.

Os tropeiros, principais responsáveis pelo transporte de gêneros na época, também sofreram com as novas diretrizes econômicas, atreladas às políticas de expansão comercial e que resultou na construção das linhas férreas por todo País. Mesmo com a chegada da E.F.B., o tropeirismo resistiu durante todo o século XIX e início do XX. A expansão das estradas de ferro não atendeu a todas as cidades e pequenas vilas, que ainda dependia desta atividade para transações comerciais. Os tropeiros, com seus animais, chegavam a regiões, estradas estreitas e vilas longínquas onde a estrada de ferro não alcançava (GUIMARÃES, 2013).

O modo de viver modesto do homem da zona rural, do caipira (CANDIDO, 1964) foi atingido pela modernidade e pelas transformações decorrentes dela. Benjamin (1994, p. 115) alerta: "(...) uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem". As práticas rurais calcadas no tempo da natureza e na transmissão de experiências através da oralidade foram condicionadas ao tempo do relógio e fabril de produção. Aos poucos se impôs o abandono de culturas arcaicas, que traziam permanências de um passado que se desejava esquecer. Em tal passado o caipira já não era visto como homem bom, trabalhador e simples, mas como um homem cujas origens e trajetória pareciam sugerir certa indolência, lentidão e atraso cultural (CHALHOUB, 2012, 1995; GUIMARÃES, 2013; CÂNDIDO, 1964) e ainda tomados pela condição de analfabetos.

No período, o café é assinalado junto ao toucinho como produto de exportação, mesmo de maneira acanhada. A cafeicultura foi praticada, sobretudo, em torno de fazendeiros mais abastados. Estes ocupavam os cargos na administração pública, pois tiveram dadas suas condições sociais, a oportunidade de estudarem na Europa. . Alguns filhos destes fazendeiros, já em condições mais propícias, eram graduados em universidades europeias e retornavam ao Brasil como bacharéis em Direito, Medicina e Engenharia, fato que direciona para que a economia e o comércio local possivelmente estivessem também em suas mãos.

Com os sentidos impregnados pelas novidades, pelo brilho da luz e pelas formas do ferro, pelo cheiro do perfume francês e pelo gosto dos camafeus, as elites letradas urbanas sonham com o progresso e com a vida na cidade, em patamares europeus. A cidade seria o lugar vocacionado para o moderno, e o rural, dadas tais expectativas, passou a ser considerado o lugar do atraso. A cultura cafeeira deveria tomar o lugar de outras tantas, afinal de contas, a industrialização do país se daria através dela e estimulá-la parecia ser a melhor saída para essas elites. Através dos republicanos, tal economia seria elevada aos seus níveis mais altos de significados assemelhados à riqueza e progresso do País, e a cidade seria transformada para acolher as pessoas de mais alto padrão da sociedade (COSTA; SCHWARCZ, 2000).

Parece não ser à toa que foi publicada em 1879 no jornal *O Guaripocaba* a seguinte nota:

> O Guaripocaba
>
> - 21 de agosto de 1879
>
> O Município de Bragança prospera a olhos vistos; não de um modo *irreflectido*, precipitado e fictício, mas de um modo seguro, calmo, paciente e constante.
>
> Os lavradores, afastando-se da antiga rotina – plantar mantimentos e engordar porcos –, reconhecendo que as *excellentes* e férteis terras do município se prestaram com vantagem à cultura do mais importante ramo de nossa lavoura, foram-se dedicando à plantação de cafezais, e hoje muitos lavradores já fazem colheitas importantes, que irão sempre *augmentando* na razão das novas plantações feitas.

Como se percebe, os redatores[58] do jornal sugerem ao leitor que as antigas atividades produtivas – plantar mantimentos e engordar porcos – seriam ultrapassadas, atividades sem futuro; conquanto àquela que se desejava desenvolver – a cultura cafeeira – seria excelente e tenderia a aumentar, trazendo benefícios aos que a ela se dedicassem. A nota ainda continuava:

> Há uma dúzia de *annos* a esta parte a cultura do café tem tido um desenvolvimento espantoso. A exportação, de pequena que era, triplicou, como *actual* triplicará ainda no correr de mais um *decennio*. Bragança há *annos*, sem nome e sem prestígio real, pode considerar-se como um dos municípios mais prósperos da província.
>
> É prova *d'esta* verdade o *facto* de ser a sua exportação muito superior à importação. Ora, se as rendas excedem as despesas, ou por outra se entram mais capitais do que saem, é claro que o município tende a enriquecer.
>
> A prosperidade e o bem estar de Bragança, porém não provoca orgulho nem ostentação da parte de seus habitantes, [ilegível] e sóbrios, mas felizes em sua independência.

O enriquecimento proporcionado pela cafeicultura para o produtor, segundo os redatores do jornal, também garantiria a prosperidade da cidade quando argumentam apontando a lucratividade dessa atividade produtiva. Projeções confiantes na lucratividade do café para o futuro, o que indica, a meu ver, uma tentativa de estimular que mais lavradores deixassem suas antigas culturas agrícolas e se somassem aos cafeicultores pelo bem e prosperidade da localidade. Talvez ainda, o uso da expressão independência possa ser um indício de que a criação de porcos dependesse de um comprador externo que impusesse seu

[58] O jornal estava sob a gerência de Manuel D'Almeida Carneiro e apresentava "diversos redatores", entre eles José Guilherme Cristiano, Pe. João Batista Oliveira Salgado, Pedro Alvares Coutinho, Joaquim Roberto. Estes redatores ocuparam cargos públicos na Câmara Municipal local nas primeiras décadas do século XX.

preço aos produtores locais, por exemplo, supondo-se a alta produtividade da banha e do toucinho em Bragança no período. Quem sabe aqui haja um possível indício dos motivos de silenciamento dessa atividade nos periódicos locais, para além do avanço da cafeicultura. Ou ainda, quem sabe, a produção de mantimentos, o trabalho de meeiros e a revenda incerta do produto? Como estas questões extrapolam os objetivos desta pesquisa, acreditamos que elas poderão ser exploradas em outra ocasião.

Na sequência, para finalizar o texto, o redator buscava comparar Bragança a outros lugares nos quais a pobreza destacava-se no cenário.

> Em todos os *logares* onde as fortunas estão concentradas em poucas mãos, a grande maioria popular vive pobre e endividada. A pequena lavoura, porém predomina entre nós. Há poucos fazendeiros abastados; mas em compensação há muitas fortunas médias, avultado número de famílias arranjadas, e, em geral, a mediana popular é sóbria, laboriosa e desempenhada, vivendo na independência e na abastança.
>
> Bragança não deve às praças comerciais: o que tem é sólido e de suas economias ainda tem sobras para emprestar aos vizinhos.
>
> O *commercio* da cidade é *activo* e pouco *subjeito* a eventualidades. Como a maior parte das transações são feitas à dinheiro, as compras e vendas são realizadas em condições mais favoráveis do que feitas a crédito, com argumentos consideráveis nos lucros, atento o risco, empates e aventuras de capitães. (*O GUARIPOCABA*, 21/08/ 1877, nº 124, p. 01).

O autor da nota sugere ao leitor que Bragança possuía um comércio ativo e organizado. Tal nota também poderia vir a estimular a vinda de comerciantes para a localidade. Por outro lado, a expressão "atento o risco, empates e aventuras de capitães", aguçou-me a curiosidade quanto ao seu significado. Seria quem sabe, uma forma de afastar aqueles que desejavam se aventurar no novo sistema capitalista, no mercado interno local, possivelmente buscando fortalecer a hegemonia das famílias mais abastadas de Bragança.

Este jornal circulou em outras vilas, freguesias e cidades de seu entorno, inclusive sendo distribuído na Capital, como revela entre suas páginas. Era prática comum entre os periódicos que surgiram na época realizarem intercâmbios com outros periódicos de outras cidades, estados ou mesmo de outros países. A imprensa periódica incipiente em Bragança já era ativa pelas proximidades da corte e das elites urbanas das grandes cidades (COSTA; SCHWARCZ, 2000). Neles, a produção de excedentes é apontada como um dos fatores da emergência das cidades modernas.

> A cidade, enquanto local permanente de moradia e de trabalho se implanta quando a produção local gera um excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato. O excedente é, ao mesmo tempo, a possibilidade de existência da cidade – na medida em que seus moradores são consumidores e não produtores agrícolas – e seu resultado –

> na medida em que é a partir da cidade que a produção agrícola é impulsionada (ROLNIK, 1995, p.16).

Nos periódicos locais, com frequência localizei notícias que traziam informações sobre a cidade, sua população e seus costumes. Na perspectiva de tais notícias, as relações comerciais possivelmente crescentes, representavam estabilidade governamental. Características sobre o "corpo laborioso", de "mentes sóbrias" e de famílias "bem arranjadas", quando se refere a "mediana popular" existente na cidade, foram trazidas pelos redatores dos textos jornalísticos, que eram apresentados quase que como propagandas, muitas das quais publicadas na primeira página do jornal. Essas notícias transferiam ao leitor informações que causavam emoções positivas com relação à cidade de Bragança e que sugerem a introjeção de novas sensibilidades urbanas.

As questões abolicionistas pulsavam, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil e a política de imigração europeia se efetivou no país. (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Fica evidente que os periódicos locais propagavam notícias de uma cidade em franco momento de expansão. O que estes periódicos revelavam sobre a condição de vida de imigrantes e negros recém-libertos, ou acerca de movimentos grevistas ocorridos em Bragança na segunda década do século XX (SOUZA, 2016), ou a violência contra os negros e a população pobre (SILVA, 2009) são de pouco destaque ou quase nunca são encontrados nesses periódicos. Sujeitos que formariam as classes perigosas, ociosas e doentes preocupavam as elites letradas urbanas da época. Logo, o poder público passou a promover ações para e extirpar das áreas mais privilegiadas a circulação destes sujeitos.

Num contexto mais amplo da época, o comércio de gêneros alimentícios era em grande parte realizado pelos negros escravizados. Schwartz e Starling (2015, p. 95) apontam ainda as funções dos escravos urbanos.

> Eles exerciam uma infinidade de ofícios: eram pintores, pedreiros, carpinteiros, estivadores, alfaiates, ferreiros, costureiros, cocheiros, barbeiros, sapateiros. As mulheres eram domésticas, cozinheiras, arrumadeiras, amas, engomadeiras, lavadeiras. Escravas vendiam nas ruas mingaus, doces, bolos, caldo de cana, caruru e iguarias vindas da África. Várias delas atuavam como mensageiras, pois, circulando nas ruas, podiam transmitir informações e até notícias de rebeliões. Escravizadas também tiveram de exercer a prostituição nas regiões portuárias, vendendo seu corpo e entregando o ganho aos patrões.

Uma grande quantidade de quitandeiras, lavadeiras, doceiras, empregadas domésticas, cozinheiras e agricultoras nas cidades eram negras, o que não parece ter sido diferente em Bragança (SILVA, 2009). Em obra memorialística que trata da cidade flagramos a seguinte narrativa:

> Durante o dia, a largos espaços, ouvia-se o pregão de alguma preta quitandeira ou pamonheira, o chiar monótono e irritado de um carro de boi ou o trilhar da campainha de uma tropa de cargueiros (MARTINS; LAURITO, 1943, p. 129).

Nos balaios recheados de frutas ou tabuleiros com doce fresco, as mulheres ambulantes desfilavam com iguarias preparadas em tachos de ferro e fogões de lenha. Essas imagens são notórias nas aquarelas[59] de Jean Baptiste Debret, as quais são utilizadas no ensino de história do Brasil. Estas obras de Debret retratam a vida urbana do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, onde os escravos aparecem realizando tais atividades voltadas ao comércio de gêneros alimentícios, salientando inclusive a permanência destas atividades ao longo da história.

O comércio popular ocorria em espaços considerados menos nobres da cidade, nos quais o barulho alto das conversas, a presença de algumas pessoas vindas da zona rural, de negros e imigrantes atraia a repressão pública, visível pela presença constante da polícia nesses locais de trabalho da classe popular do período (CHALHOUB, 2012). A população que frequentava tais locais necessitava ser formada e educada, na perspectiva das demandas da modernidade. Ela precisava aprender a se portar no espaço público, que deveria ser higienizado e civilizadamente ordenado, mesmo que para tanto fosse necessário educar através das multas e das prisões àqueles que descumprissem as normas.

Na sequência busquei relacionar algumas representações sobre a cidade de Bragança imbricadas nas concepções higienistas e sanitárias difundidas pelos periódicos e inscritas nas ações realizadas pela Câmara Municipal ao longo período. A fim de explorar possíveis relações entre educação dos sentidos e das sensibilidades e o Mercado Público de Bragança, fui em direção às práticas de comércio de gêneros alimentícios.

## 2.2. O comércio de gêneros e as visões modernas de cidade

Na virada do século XIX para o XX, vários conteúdos que tratavam de questões relativas à urbanização, circulavam nas páginas dos periódicos locais (almanaques e anuários), como por exemplo, a existência de serviços, no município, de saneamento e água

[59] *Loja de Carne de Porco,* aquarela sobre papel-15,5 x 22, 1827; *Castigo imposto aos negros,* aquarela sobre papel-22 x 14,5 cm, 1816-1831.

encanada, rede elétrica, telefonia e edifícios públicos, como hospitais, escolas, mercado público e matadouro. Outras questões focalizavam as condições climáticas da cidade, o desempenho da lavoura, o número de profissionais existentes na cidade. Tais informações também são encontradas, de maneira resumida, nos periódicos de alcance estadual.

As cidades paulistas eram mencionadas, e informações gerais sobre a existência de equipamentos urbanos e sobre as condições de vida da população das cidades eram publicadas em anuários demográficos e estatísticos, relatórios e recenciamentos. Encontrei no *Almanach da Secretaria de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo para o anno de 1917*[60]´(1917, p. 80), informações sobre Bragança, que versavam acerca da existência de equipamentos públicos, como rede de água encanada e esgoto, iluminação elétrica, casas comerciais e indústrias, serviços que naquele momento histórico concentravam-se na área urbana e atendia aos interesses das elites letradas locais (GUIMARÃES, 2013; 2015).

Em periódicos locais, a afirmação de Bragança como cidade moderna e progressista foi explorada e disseminada, já que esses periódicos circulavam em outras localidades do estado e também do País. O texto a seguir, presente no *Almanack de Bragança para 1900* (1889, p.83) traz representações sobre a cidade na perspectiva de uma cidade moderna, que contemplava as necessidades vistas como básicas, para se viver no espaço urbano, como as questões salubres, climáticas, econômicas, e também morais.

> Bragança Moderna
>
> É visível o progresso desta cidade.
>
> Felizmente tudo concorre para seu adiantamento.
>
> A lavoura é desempenhada, o *commercio* sem grandes compromissos, a indústria posto que incipiente e animada; além disso, seu clima ameno e salubre *contribue* para que seja procurada como ponto de residência, fazendo-se assim boas aquisições de pessoal. (1889, p. 83).

A nota acima parece reforçar naquele momento a ideia de que Bragança vivia um período de progresso, sobretudo no que tange à industrialização. De acordo com Schwarcz e Starling (2015, p. 332),

> (...) foi nesse período que São Paulo consolidou sua vocação como centro industrial, ancorou o processo de industrialização, nomeadamente na indústria têxtil, e fortaleceu a presença estrangeira na base social da força de trabalho fabril (...).

No início do século XX explodiram movimentos operários, estimulados por imigrantes europeus e apoiados por brasileiros em todo o Estado, decorrentes do

[60] Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5193. Acesso em: 24 mai 2018.

descontentamento com os baixos salários. Com a exploração da mão de obra imigrante nas fazendas de café, muitos colonos dirigiram-se à Capital paulista em busca de trabalho nas indústrias, passando a viver na cidade em condições precárias (CHALHOUB, 2012; LOPES, 2002). Na cidade de Bragança, nesse período, rastros de movimentos grevistas foram identificados por Bueno (2007) e analisados cuidadosamente por Souza (2016, p. 13). Ambas as pesquisadoras evidenciaram poucas notas e informações em fontes de época e a ausência do tema em textos de memorialistas locais. Souza, para além de detectar tal ausência, avançou sobremaneira na pesquisa ao buscar a trajetória do professor anarquista Joseph Jubert, que morou por um determinado tempo em Bragança e ajudou a fundar a Liga Operária de Bragança[61].

A partir de 1870, o processo de urbanização passou a ser uma realidade que avançava a passos largos na região sudeste do País, onde a transformação das cidades atrelava-se à necessidade de uma ruptura com o passado colonial, privilegiadamente na perspectiva dos republicanos. Lopes (2002) destaca que os adjetivos rural e colonial destinavam-se a todos os aspectos urbanos que se desejava eliminar. Logo, cidades cujas ruas eram de terra, as casas de taipa, que conviviam com a ausência de água encanada e esgoto, luz elétrica eram consideradas arcaicas.

Os memorialistas Martins e Laurito (1943) publicaram em *Bragança (1763-1942)* um texto que trazia representações do espaço urbano de Bragança nos anos de 1870. No texto *Sotunos Casarões de taipa*, os memorialistas ressaltavam os traços tomados como arcaicos. Os autores produziram um relato da cidade da década de 1870, atravessado por sensibilidades urbanas e valores ancorados na idealização do progresso e civilidade, que emergiam naquele contexto, por conta de tomarem as fontes consultadas como se fossem neutras e não trouxessem as marcas do passado.

> Em 1876 Bragança possuía 380 casas e 8 ou 10 ruas irregulares ou tortas, mal iluminadas e de largura diferente. A edificação baixa, desgraciosa, sem arte, apresentava um tipo monótono e uniforme: soturnos casarões de taipa, telhados com largos beirais e janelas com rótulas claras. (MARTINS; LAURITO, 1943, p. 129).

Ao retratar as características da área urbana de Bragança, os autores assemelham-nas ao sentimento de tristeza e solidão, representações depreciativas em detrimento da cidade moderna que muitos dos contemporâneos daquela década desejavam. A descrição do traçado irregular das ruas e a iluminação precária; da arquitetura das casas que, por serem construídas

[61] Foi criada em Bragança, a Liga Operária de Bragança, em 04 de setembro de 1910 (Souza, 2016, p.47).

em taipa – técnica rudimentar de construção – eram consideradas desgraciosas e soturnas, sem vida. Talvez essa descrição calcada em documentos daquela época, que parecem reforçar o atraso em que a cidade se encontrava na década de 1870, sejam indícios da emergência em Bragança de novas sensibilidades urbanas.

A cafeicultura passou a ser praticada em Bragança como atividade altamente lucrativa a partir deste período. Os fazendeiros mais abastados tinham duas moradias: uma era a sede da fazenda de café e a outra era a casa que mantinham na área central da cidade. Desde os anos de 1880, a área central de Bragança passou a receber benefícios, equipamentos urbanos e a extirpar os traços considerados grotescos, como o lamaçal e a poeira, para dar lugar a uma arquitetura moderna. Segundo Ishizu (2008, p. 37) "(...) neste período foi clara a intenção acerca das reformulações do aspecto das construções (...)" na cidade de Bragança, mas também foi clara que as primeiras reformulações estivam imbricadas nas questões higienistas e sanitárias.

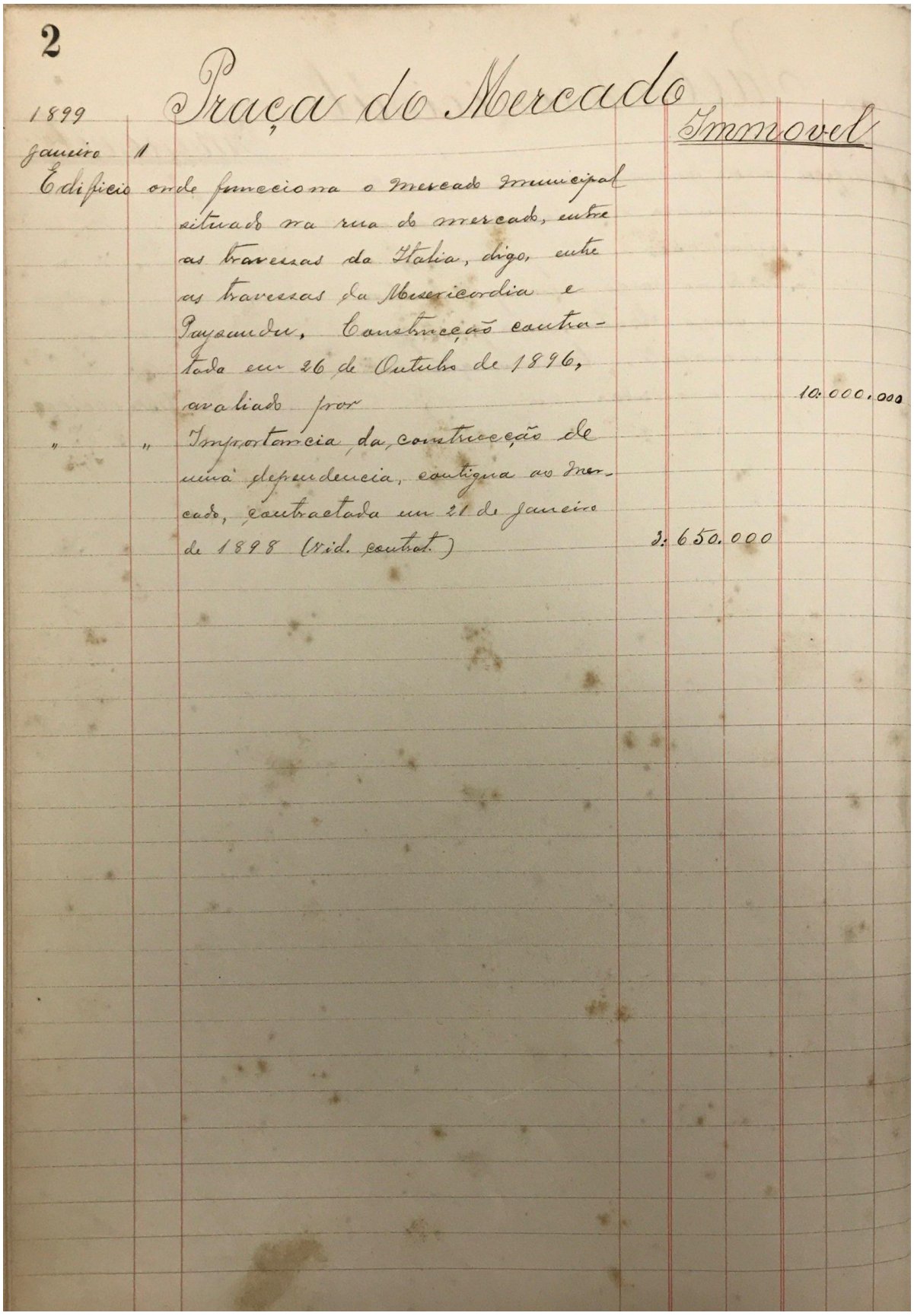
Ainda ao encontro de Bueno (2007), atentei-me para o fato de que os descendentes desse grupo, assim como os pais, ocupavam os cargos públicos na Câmara Municipal da cidade e também nos principais negócios, envolvendo, por exemplo, a criação da estrada de ferro, da telefonia, bem como do comércio mais abastado, com abertura de casas comerciais, de consultórios médicos e escritórios de advocacia, bancos, entre outros, que formaram o núcleo urbano da época, sinalizando uma hegemonia política que perdura até os dias atuais.

> As iniciativas de modernização urbana de Bragança parecem que estavam centradas em uma intrincada teia de relações interpessoais: é um mesmo grupo de pessoas das elites locais que se envolvia e se alternava em tais iniciativas; esse grupo, por sua vez, tendia a ter suas relações interpessoais fortalecidas pelos laços consanguíneos existentes entre eles e pelos casamentos entre os seus descendentes. (BUENO, 2007, p. 102).

As primeiras construções autorizadas e realizadas pela Câmara de Municipal entre os anos de 1870 a 1890, foram edifícios voltados à saúde pública, como a construção da Santa Casa de Misericórdia em 1872, o hospital de variolosos em 1879, o Mercado Público em 1887, o Matadouro Público em 1891, assim como as iniciativas de transferir o cemitério para local distante da área central em 1892. Inclusive a construção de um segundo mercado público ou um novo edifício que substituiria o antigo, foi projetado pela Câmara Municipal em 1892, porém, tudo indica que este projeto não tenha saído do papel, pois o Mercado Público de Bragança permanece desde a sua construção no mesmo local de origem.

No CDI/BP, encontrei o *Livro de Bens e Imóveis do Município* dos anos de 1899 a 1925. Nele estão registrados alguns bens pertencentes ao Município e os edifícios públicos: *Hospital de Morphéticos, Matadouro (novo) e Hospital de Isolamento.* Todos esses edifícios

traziam em suas descrições que eram situados nos “subúrbios da cidade” A *Praça de Mercado* era o primeiro imóvel que aparecia no livro, mas curiosamente a frase não comportou as descrições feitas desse espaço. Assinala a localização do edifício entre as travessas *da Misericórdia* e *Payssandú* e registrava que sua construção havia ocorrido em 1896, fato que diverge de informações que apontam o ano de 1887 como ano em que se inaugurou o mercado, levando-se em conta o *Regulamento da Praça de Mercado de 1887*, criado para regulamentar as práticas comerciais ocorridas em seu interior. Penso que no ano de 1896 houve alguma reforma nesse espaço, modificando as estruturas do edifício, o que pode ter resultado em um edifício mais moderno do que aquele construído em na década anterior.



2

1899 Janeiro 1

Praça do Mercado

Immovel

Edificio onde funcciona o mercado municipal situado na rua do mercado, entre as travessas da Italia, digo, entre as travessas da Misericordia e Payaundu, Construcção contractada em 26 de Outubro de 1896, avaliado por 10:000$000

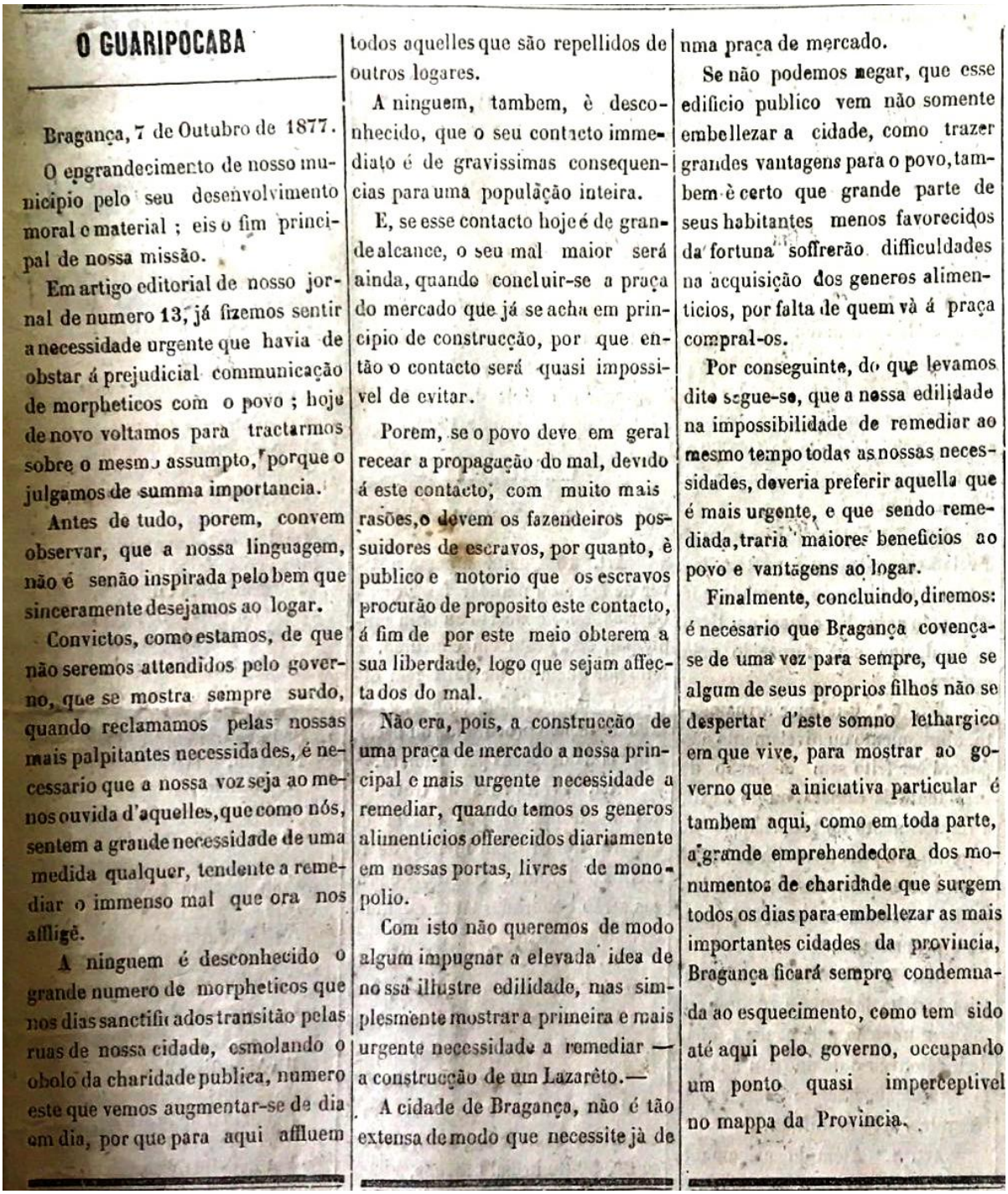
" " Importancia da construcção de uma dependencia, contigua ao mercado, contractada em 21 de Janeiro de 1898 (vid. contract.) 3:650$000

Fonte: CDI da Câmara Municipal de Bragança Paulista.

FIGURA 6 - Livro de Imóveis da Municipalidade - Praça de Mercado, 1899, p. 02.

Esse período marcou tensões diante da presença de pessoas pobres circulando pela cidade que foram evidenciadas nos jornais locais. Sempre se posicionando como preocupados com o bem-estar da localidade, em suas páginas, parte das elites letradas urbanas e, em muitos casos, opositores políticos cobravam melhorias da Câmara Municipal de Bragança. O medo de epidemias era claro e reforçado pela difusão das teorias miasmáticas, para além da preocupação com a circulação do ar e da água, se voltavam também à circulação e prevenção de doença dos corpos (VIGARELLO, 2000; LOPES 2002; BUENO 2007). Bem como o comércio de gêneros esteve sobe constante vigilância.

Em um dos exemplares do jornal *O Guaripocaba*, publicado no ano 1877, diante de um editorial que ocupava quase toda a primeira página do mesmo, os redatores elaboravam textos com tons de súplica pela construção de um hospital para recolher e excluir da cidade a circulação de pobres e doentes que pediam esmolas e restos de comida após as missas de domingo e festividades religiosas que ocorriam na Igreja Matriz. Tensões são notadas com relação às decisões da Câmara Municipal em construir um mercado público antes do hospital. Trouxe o texto completo na sequência, porque ele é relevante para compor essa discussão.



# O GUARIPOCABA

Bragança, 7 de Outubro de 1877.

O engrandecimento de nosso municipio pelo seu desenvolvimento moral e material ; eis o fim principal de nossa missão.

Em artigo editorial de nosso jornal de numero 13, já fizemos sentir a necessidade urgente que havia de obstar á prejudicial communicação de morpheticos com o povo ; hoje de novo voltamos para tractarmos sobre o mesmo assumpto, porque o julgamos de summa importancia.

Antes de tudo, porem, convem observar, que a nossa linguagem, não é senão inspirada pelo bem que sinceramente desejamos ao logar.

Convictos, como estamos, de que não seremos attendidos pelo governo, que se mostra sempre surdo, quando reclamamos pelas nossas mais palpitantes necessidades, é necessario que a nossa voz seja ao menos ouvida d'aquelles, que como nós, sentem a grande necessidade de uma medida qualquer, tendente a remediar o immenso mal que ora nos affligê.

A ninguem é desconhecido o grande numero de morpheticos que nos dias sanctificados transitão pelas ruas de nossa cidade, esmolando o obolo da charidade publica, numero este que vemos augmentar-se de dia em dia, por que para aqui affluem todos aquelles que são repellidos de outros logares.

A ninguem, tambem, è desconhecido, que o seu contacto immediato é de gravissimas consequencias para uma população inteira.

E, se esse contacto hoje é de grande alcance, o seu mal maior será ainda, quando concluir-se a praça do mercado que já se acha em principio de construcção, por que então o contacto será quasi impossivel de evitar.

Porem, se o povo deve em geral recear a propagação do mal, devido á este contacto, com muito mais rasões, o devem os fazendeiros possuidores de escravos, por quanto, è publico e notorio que os escravos procurão de proposito este contacto, á fim de por este meio obterem a sua liberdade, logo que sejam affectados do mal.

Não era, pois, a construcção de uma praça de mercado a nossa principal e mais urgente necessidade a remediar, quando temos os generos alimenticios offerecidos diariamente em nossas portas, livres de monopolio.

Com isto não queremos de modo algum impugnar a elevada idea de nossa illustre edilidade, mas simplesmente mostrar a primeira e mais urgente necessidade a remediar — a construcção de um Lazarêto.—

A cidade de Bragança, não é tão extensa de modo que necessite jà de uma praça de mercado.

Se não podemos negar, que esse edificio publico vem não somente embellezar a cidade, como trazer grandes vantagens para o povo, tambem è certo que grande parte de seus habitantes menos favorecidos da fortuna soffrerão difficuldades na acquisição dos generos alimenticios, por falta de quem và á praça compral-os.

Por conseguinte, do que levamos dito segue-se, que a nossa edilidade na impossibilidade de remediar ao mesmo tempo todas as nossas necessidades, deveria preferir aquella que é mais urgente, e que sendo remediada, traria maiores beneficios ao povo e vantagens ao logar.

Finalmente, concluindo, diremos: é necesario que Bragança covença-se de uma vez para sempre, que se algum de seus proprios filhos não se despertar d'este somno lethargico em que vive, para mostrar ao governo que a iniciativa particular é tambem aqui, como em toda parte, a grande emprehendedora dos monumentos de charidade que surgem todos os dias para embellezar as mais importantes cidades da provincia, Bragança ficará sempre condemnada ao esquecimento, como tem sido até aqui pelo governo, occupando um ponto quasi imperceptivel no mappa da Provincia.

Fonte: CDAPH/USF

FIGURA 7 - Editorial do jornal *O Guaripocaba*, de 07/10/1877, n º 17, p. 1.
Dimensões do jornal: 40 x 30 cm. Dimensões da nota: 20 x 17 cm.

No editorial apresentado pelo jornal, o conteúdo já de início justificava sua publicação: "(...) pelo seu desenvolvimento moral e material - eis nossa principal missão". Era o segundo editorial publicado que se referia à presença de *morphéticos* circulando pela área central da cidade. De tom amedrontado, o texto revelava a "(...) necessidade de uma medida qualquer a fim de remediar o *immenso* mal que ora nos aflige". Reforça o medo das elites letradas urbanas, assim como da população da época, pois a lepra era contagiosa e não tinha cura. A solução era a construção de um hospital que retirasse tais pessoas de circulação, evitando o contágio e a proliferação de doenças. Supostamente a construção deste edifício viria da iniciativa local, quando reforçou críticas ao Governo Imperial, afirmando ser "(...) surdo às nossas mais urgentes necessidades (...)". O olhar do redator nota o aumento de pessoas pobres e doentes na cidade, quando afirma que "(...) número este que vemos *augmentar-se* dia em dia (...)". Deixava claro o quanto grave era aquela situação sugerindo um momento de alerta na cidade.

Ao referir-se à construção da praça de mercado naquele momento, o editorial deu indícios das concepções das elites letradas urbanas sobre este espaço. O contato com o doente pobre, que em sua maioria era formada por ex-escravos e negros libertos, segundo o jornal, seria impossível de se evitar com a construção daquele edifício. Relata que o negro escravizado era seu frequentador em maior número, pois eram os que comercializavam os gêneros produzidos nas fazendas. O mercado como espaço dedicado à prática exclusiva deste tipo de comércio (PINTAUDI, 2006; MURILHA, 2011), tinha para além do negro, a presença em maior número de trabalhadores rural e também o imigrante europeu como praticantes, grupo profundamente matizado e enquadrado como classes perigosas e ociosas no período. (CHALHOUB, 1995, 2012).

O texto ainda reforça a existência de um comércio ambulante na cidade no período, quando afirmava que eram "(...) os gêneros alimentícios oferecidos diariamente em nossas portas (...)". Apoiando a decisão da Câmara Municipal de Bragança na construção do edifício, quando afirmava que sua construção embelezaria a cidade, fato dado ao próprio contexto histórico que marca a construção desses edifícios em todo o País (MURILHA, 2011). Segundo Bueno (2007, p. 53) em Bragança "(...) essas demandas ocorreram ainda em um Brasil rural, que determinados setores da sociedade viam e pretendiam fosse privilegiadamente urbano".

> Era preciso embelezar as principais cidades, para que bem representassem suas funções: cuidar dos edifícios públicos; afastar a pobreza para os novos subúrbios; implantar o transporte coletivo e construir instituições representativas. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 327).

Dotado de um discurso bastante dramático, o editorial publicado no ano de 1877 apresentava sentimentos despertados sobre a cidade que revelam que seus editores dialogavam com os ideais republicanos. O editorial ressalta a disseminação da iniciativa particular como empreendedora das transformações possíveis naquele momento, reforçando um distanciamento e oposição das elites letradas urbanas ao Governo Imperial. Identifiquei um registro em ata[62] da Câmara Municipal de Bragança sobre um ofício que respondia a um pedido de ajuda feito ao Governo Provincial, para a construção de um hospital para o tratamento de variolosos que circulavam pela cidade. O ofício dizia "que não pode mandar pôr à disposição desta Câmara quantia alguma para o tratamento das pessoas pobres *affetadas* de bexiga" (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 12/09/1862, p.113/114).

Ressalto que o surgimento de tais instituições estava atrelado à educação dos sentidos e das sensibilidades que emergiram com a modernidade, pois "(...) os defensores do progresso e, principalmente, os positivistas, investirão nesses empreendimentos com a intenção de tornar objetivas e racionais as relações dos homens com a cidade" (VEIGA, 2002, p.72). Para justificar a exclusão desses grupos da circulação no espaço urbano, as elites letradas urbanas de Bragança possivelmente influenciavam nas decisões da Câmara Municipal, o que resultou na construção do hospital de *morpheticos* no ano de 1879 e da praça de mercado somente a partir de 1886.

Além das doenças e da pobreza, reforço que extirpar da cidade as marcas do espaço rural estiveram envoltas pelos projetos de civilidade e urbanização. O comércio ativo de gêneros e logo suas marcas vinculadas ao espaço rural resistiam e no século XX, ainda eram flagradas nas fotografias feitas da Rua do Mercado de Bragança, como mostra a imagem seguir.

[62] Ata de registro da Câmara de Bragança dos anos de 1861-1879.

Fonte: Acervo Municipal Oswaldo Russomano. Imagem digitalizada

FIGURA 8 - Rua Coronel Teófilo Leme (antiga Rua do Mercado) com Rua Dr. Antonio da Cruz (antiga Travessa Ypiranga), 1920.

Destaque para os carros de boi, carroças e cavalos arreados que, ainda na segunda década do século XX, circulavam pelas ruas próximas ao Mercado Público de Bragança. Os elementos arquitetônicos modernos dos sobrados e a iluminação elétrica se contrapõem à presença das carroças. Estes sobrados em muitos casos eram moradias na parte de cima e estabelecimentos comerciais na parte de baixo, como é o caso da Casa Diniz e Fantini (esquerda).

Sigo em direção à Bresciani (2012, p. 136) quando considero que no período muitos acreditavam que,

> (...) o olhar das pessoas com formação intelectual, que denomino de observadores sociais, seria um *"Fiat lux"* cujo sentido de adentrar e mapear o território da pobreza, conhecer sua intenção e seus movimentos traria a possibilidade de eliminar "anomalias sociais".

Tais observadores sociais eram significativamente formados em medicina, engenharia e direito. Muitos viajaram para a Europa e lá entraram em contato com os princípios urbanísticos que haviam orientado a modernização de Paris que, no intuito de afastar a pobreza e evitar a eclosão dos movimentos sociais dos centros urbanos, levou a cabo as prerrogativas do higienismo e do sanitarismo.

O incômodo causado pela presença de pobres, menores, doentes, vadios, bêbados, prostitutas, dentre outros sujeitos, passou a fazer parte de vários textos distintos e impressos, mas relacionados às transformações urbanas e culturais da cidade. Tensões e conflitos que permeiam o momento de modernização da cidade estão inscritos no medo revelado em muitos editoriais, que criticavam as decisões da Câmara Municipal acerca do comércio, dos pareceres sobre os edifícios que deveriam ser construídos na cidade. Esses textos relataram os perigos urbanos.

No momento da Proclamação da República, a cidade de Bragança já contava com algumas novidades, como o funcionamento da E.F.B.; lampiões iluminados pelo sistema a gás; o funcionamento da rede de telefonia. Novidades também eram alguns edifícios públicos, como a Santa Casa de Misericórdia, o Matadouro Público, a Cadeia Pública e o Mercado Público. Porém é necessário ressaltar que esses edifícios, que atualmente fazem parte do centro histórico da cidade, (com exceção do prédio do Matadouro, que está localizado no bairro do Matadouro), na Bragança do século XIX, seriam construídos em áreas menos valorizadas e consideradas marginalizadas da cidade.

Esses edifícios, na atualidade, são tomados como monumentos (LE GOFF, 2003) e ressaltam o valor histórico da região central da cidade (BAPTISTA, 2017; GUIMARÃES, 2013). Eles trazem a marca de preocupações higienistas e sanitárias que mobilizaram os representantes políticos locais no processo de urbanização de Bragança.

Outros temas, para além destes, foram abordados nas fontes consultadas da época, como foi o caso da instrução pública em Bragança. Diante de um *corpus* documental local, inexplorado nesta perspectiva, busquei traçar através dele, possíveis entrecruzamentos com os primórdios da instrução pública no País. A par de tal procedimento de pesquisa acabei por me deparar com um exemplo singular que foi a implantação do SMD francês por determinação

legal no Brasil e, por conseguinte, em Bragança. Tal acontecimento estimulou-me a buscar flagrar indícios se isso teria impactado ou não as relações comerciais no Mercado Público.

## 2.3. Instrução através do comércio e a escolarização em Bragança

Minha atenção neste tópico foi mobilizada pela implantação do SMD francês no Brasil e sua relação com a instrução pública. Sua implantação ocorreu em 1862, com a Lei 1.156. Passados dez anos, o SMD deveria ser adotado por toda a população em torno de todo o território nacional. Nesse contexto sociocultural, o SMD passou a compor o elenco de conteúdos que deveriam ser ensinados nas escolas. Com a implantação da República, a consolidação do modelo do grupo escolar e a adoção do método intuitivo, um grande aparato composto por objetos como pesos, réguas, balanças, recipientes auxiliaram na compreensão e na disseminação do novo sistema europeu de medidas que foi adotado no Brasil. Na perspectiva do método intuitivo havia "(...) outras formas de relação entre sujeito e objeto, já que a obtenção de novos conhecimentos se atrelou à ideia de "segurança" e "verdade" (BRAGHINI, 2017, p. 67)".

Segundo Zuin (2007) medir, pesar e contar são práticas culturais antigas, indissociáveis dos sistemas métricos utilizados ao longo da história, e estão profundamente relacionadas com o comércio de gêneros alimentícios. De caráter antropométrico, as medidas utilizadas antes da implantação do SMD tomavam o corpo humano como parâmetro de medidas – palmos, braças, polegadas, passos, pés, etc. –, e para a medida de peso e volume eram utilizados utensílios comuns do dia-dia, como cuias, garrafas, conchas, varas, etc.

> Com o surgimento das cidades, foi preciso fixar unidades para medir terras, na agrimensura; nas construções arquitetônicas; na comercialização de produtos. Formou-se no seio de cada grupo humano, coletivo, territorial ou corporativo, um sistema de medidas apropriado às suas necessidades, que poderiam ser considerados homogêneos, de um ponto de vista local, mas caótico, se tomados os diversos padrões existentes em uma região (ZUIN, 2007, p. 56).

Porém, considero outros fatores para além das demandas que emergiram com o crescimento do número de cidades. Penso que tais práticas e saberes estavam relacionados também às experiências do mundo rural e essas tenderam a ser apagadas para dar lugar a um novo modelo unificado e eurocêntrico de medidas, que deveria ser adotado e conhecido por todos.

Tenho como uma quinta hipótese para futuras pesquisas que, nos espaços em que o comércio de gêneros alimentícios acontecia – caso do Mercado Público de Bragança – uma dada educação dos sentidos e das sensibilidades tenha sido mobilizada e também contribuído para a consolidação do SMD francês junto à população menos abastada na virada do século XIX para o XX, tanto através da imposição de procedimentos legais que passaram a orientar o comércio de tais gêneros nestes espaços, quanto pela disseminação do sistema métrico através da escola.

Com isso, indo ao encontro de Braghini (2017, p. 58), acredito que os materiais escolares, os equipamentos criados para compor o novo sistema de pesos e medidas também "(...) estimularam uma educação dos sentidos dentro de espaços construídos para tais práticas". Nesse caso, penso que, para além dos Mercados, tais equipamentos alcançaram as boticas, as vendas, os armazéns, os armarinhos, dentre outros espaços destinados à realização de trocas comerciais. Ressalto que antes do SMD francês, as pessoas utilizavam seu próprio corpo para dar sentido aos procedimentos de medir, pesar e contar gêneros alimentícios, fosse para a troca ou para o comércio.

A Lei 1.156[63] substituiu o antigo sistema de pesos e medidas em todo Império como forma de universalizar e obrigar o conhecimento e os procedimentos relativos ao SMD francês. O segundo artigo desta lei trazia três parágrafos relevantes para a análise desta quinta hipótese:

> 1º O *systema metrico* substituirá gradualmente o *actual systema* de pesos e medidas em todo o Império, de modo que em dez anos cesse inteiramente o uso legal dos antigos pesos e medidas.
>
> 2º Durante este prazo as escolas de instrução primárias, tanto públicas quanto particulares, *comprehenderão* no ensino da *arithmetica* a explicação do sy*stema metrico* comparado com o systema de pesos e medidas que está *actualmente* em uso.
>
> 3º O Governo fará organizar *tabellas* comparativas que facilitem a conversão das medidas de um *systema* para outro, devendo as repartições públicas servir-se dellas enquanto vigorar o a*ctual systema* de pesos e medidas. (IPEM-SP, 26/06/1862)

Como pode ser notado pela Lei Imperial disponível no site do Instituto de Pesos e Medidas de São Paulo (IPEM-SP), o prazo estipulado de dez anos seria relativamente difícil de cumprir, considerando-se que, naquela época, parcela significativa da população era analfabeta e pertencia à zona rural do país e os meios de comunicação eram difíceis. Além do

[63] Disponível em: www.ipem.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1229%3Alei-no-1157-de-26-de-junho-de-1862&catid=65&Itemid. Acesso em 27 de jul. 2018

mais, o domínio do SMD francês se relacionava diretamente com as elites letradas urbanas, pois era ela quem tinha mais acesso à escolarização nesse período.

Os objetos criados para regulamentar o uso do SMD francês, como as balanças, réguas, pesos também estiveram presentes na Exposição Universal ocorrida em 1867 na capital francesa, Paris. Segundo o relatório redigido pelo secretário da comissão brasileira, Julio Constancio de Vilanueve, sobre esta exposição, sinaliza que havia um pavilhão dedicado apenas à exibição de moedas, pesos e medidas de todos os países participantes da exposição.

> *N'este* pavilhão, construído a expensas das nações representadas na Exposição, *forão exhibidas* as moedas, pesos e medidas de todos os países. Ficava assim debaixo dos olhos do público dos problemas cuja solução mais importa ao *commercio* universal, o da uniformidade monetária e dos pesos e das medidas. Uma comissão internacional era especialmente encarregada de estudar esta interessante questão. (RELATÓRIO SOBRE A EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE 1867, 1868, p. 18).

Como podemos notar, nessa exposição ficaria evidente que as diferentes formas existentes para mensurar a massa, líquido e distância era um problema para o comércio internacional entre os países do Ocidente, e unificá-lo passou então a ser uma questão relevante para o desenvolvimento do comércio internacional. Kuhlmann Júnior (2001) destaca as dimensões educativas propostas pelas Exposições Internacionais ocorridas entre 1862 a 1922 e que revelam uma "pedagogia do progresso" ou, como afirma Benjamin (1989, p. 123), "(...) uma peregrinação ao fetiche da mercadoria". Com relação às questões do comércio, da indústria, o pesquisador afirma que

> A produção industrial exigia a padronização a fim de garantir e ampliar os seus mercados e essas reuniões seriam um meio poderoso e eficiente para definir e difundir esses padrões. É uma uniformidade perseguida tanto no plano material como ideológico e não apenas para os produtos da indústria. São congressos de pesos e medidas, jurídicos, pedagógicos, médicos, de higiene de assistência, de proteção à família, etc. (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 87).

Com a construção do Mercado Público de Bragança, balanças, pesos e medidas pautados nos modelos franceses foram adquiridos pela Câmara local e são encontrados expostos no Museu Municipal Oswaldo Russomano.

Fonte: Museu Municipal Oswaldo Russomano. Imagem Digital

FIGURA 9 - Balança, pesos e medidas do Mercado Público de Bragança.

Os objetos em bronze expostos no museu Municipal de Bragança possivelmente não são do momento da implantação do SMD francês. A balança que parece mais nova que os demais objetos, devido às cores mais vivas em contraponto aos pratos da balança e aos pesos com seus referentes quilogramas, mais desgastados pelo tempo e pelo o uso, não parecem formar um conjunto e sim terem sidos adequados para exposição. O ponteiro da balança indicava o peso do produto, que nos dias atuais são visíveis ao consumidor através de um método digital. Nos baldes eram mensurados os líquidos e os grãos considerados em centímetros quadrados e que hoje são comumente encontrados fracionados em garrafas ou pacotes individuais.

Bragança, nessa época, contava com alguns professores de primeiras letras que também, em muitos casos, realizavam o trabalho de fiscais e aferidores de pesos e medidas junto à Câmara Municipal de Bragança, como é o caso do professor Procópio Ferreira do Apocalipse que em 1877 remeteu ofício[64] à Câmara "pedindo o fornecimento de utensílios de pesos e medidas para execução de seu cargo" (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 05/01/1877, p. 7b).

A ausência, na época, de pessoas letradas para assumir cargos de fiscais em localidades próximas a Bragança são frequentes nas fontes consultadas, como no caso do ofício[65] registrado em ata de 05 de agosto de 1861, "(…) pedindo exoneração do cargo de Fiscal da Freguesia de Socorro, para que fora nomeado, em razão de não saber ler e escrever".

Ainda, tensionando os elos entre comércio e educação dos sentidos e das sensibilidades em Bragança, acredito que os dez anos propostos desde a implantação da Lei 1.156 não foram suficientes para que todos dominassem o conhecimento daquele novo sistema de pesos e medidas – o SMD. Os dez anos seguintes de tolerância com o uso das antigas práticas de pesos e medidas proposto no terceiro parágrafo do artigo dessa lei, ou seja, ano 1872, marca o período de eclosão de revoltas e motins conhecidos como "Quebra Quilos[66]" A historiografia situa tal movimento no Nordeste[67], não localizei referências aos Estados de São Paulo ou mesmo Rio de Janeiro, mas não descarto a possibilidade de pensar que a implantação do SMD possa ter gerado descontentamento em outras cidades do interior desses estados.

Ao longo da pesquisa encontrei um possível rastro de descontentamento com o SMD, ocorrido na vizinha cidade de Socorro. No jornal, *A Notícia* (n. 13, 02/12/1905), na coluna *Lembrando e Notando,* os redatores faziam críticas ao aumento dos impostos sobre a água, que estaria em processo de estruturação na cidade. Ao sugerirem a realização de um movimento chamado na coluna de "quebra-torneiras", fazem referência a um suposto movimento de "quebra-quilos" realizado, segundo eles, "pelos vizinhos socorrenses a tempos atrás". Como esta questão extrapola os objetivos da pesquisa, penso explorá-la em futuras investigações.

---

[64] Ata de registro da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1876 a 1878.
[65] Ata de registro da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1861 a 1869.
[66] Segundo Zuin (2007, p. 110 *apud* Souto Maior, 1978, p. 56) "(...) arruaças foram realizadas por grupos de "marginais e desocupados" que depredaram casas comerciais, as quais utilizavam padrões do novo sistema de pesos e medida francês. Como os manifestantes gritavam (sic!) *"quebra- quilos! quebra-quilos!"*, a expressão passou genericamente a indicar todos os participantes dos movimentos de contestação ao Governo no que diz respeito ao recrutamento militar, à cobrança de impostos e a adoção do sistema métrico decimal.
[67] Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

A complexidade do uso do SMD francês e a resistência de alguns comerciantes à sua implantação foram registradas em atas da Câmara de Municipal Bragança. Embora a aplicação do SMD tenha sido determinada pelos códigos de postura, garantindo a cobrança de multas àqueles que fizessem uso inadequado de pesos e medidas, em diferentes ocasiões encontramos resistências ao SMD em Bragança, como no caso do requerimento[68] de Octavio Ghilardi,

> (...) pedindo alívio da multa que lhe foi imposta em correição pelo Fiscal, por não ter aferido um peso de dez *kilogramas*, que ele não ocupa em seu armazém e que este encontrava-se no canto, distante daqueles que utilizava com frequência, afirmando que a peça não era utilizada no comércio. (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 01/09/1888, p. 11b).

Por conseguinte, atentei à dificuldade e aos problemas em torno da aferição, da atribuição das leis, códigos e normas relacionadas ao SMD francês. A imposição desse novo sistema causou muitas tensões e muitas resistências não só entre os comerciantes do Mercado Público de Bragança, mas também entre os comerciantes mais abastados, que possuíam casas comerciais variadas e que também era alvo de uma inspeção criteriosa dos fiscais da Câmara.

No próximo capítulo apresento a emergência dos mercados públicos no Brasil e na cidade de Bragança. Destaco sua localização na trama urbana, bem como aspectos de sua circunvizinhança e dos sujeitos que transitavam em tais áreas.

.

[68] Ata de registro da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1888 a 1892.

# 3. O MERCADO PÚBLICO É DO POVO

Neste último capítulo apresento o Mercado Público de Bragança no rastro da emergência dos mercados públicos no Brasil. Diante das transformações no espaço urbano de Bragança ocorridas entre as três décadas finais do século XIX e primeira do XX, voltei-me às representações pautadas nos pressupostos de higienismo e sanitarismo disseminados e mobilizados pelas elites letradas urbanas brasileiras, a partir de modelos difundidos na Europa.

Considerei para esse momento, o Mercado Público de Bragança como espaço em que a emergência de tensões, disputas e conflitos surgiram diante das novas práticas relacionadas ao comércio de gêneros. Estas estiveram imbricadas na legitimação de leis, códigos, regulamentos, entre outros documentos vigentes, pela Câmara Municipal de Bragança, relacionados diretamente a esse comércio. Através de tais textos oficiais busquei representações sobre o Mercado Público e seus frequentadores: comerciantes, consumidores, homens, mulheres e crianças que circulavam diariamente no espaço e em seu entorno, relevando as contribuições de Thompson (1998, p. 204), quando ressalta que "para compreender qualquer multidão específica, é preciso observar as praças de mercado e práticas específicas do comércio".

Em busca de um lugar para o Mercado Público de Bragança, significado por tais representações da época, uma leitura na direção da educação dos sentidos e novas sensibilidades surgidas na modernidade, introjetadas pelas elites letradas urbanas do período, emergiu como possibilidade para esse trabalho. Emergiram imagens da cidade, do Mercado, da Rua do Mercado e dos frequentadores que por ali circularam no rastro de memórias e histórias silenciadas de Bragança ao longo do tempo. Textos de jornais, almanaques, processos criminais e atas da Câmara Municipal auxiliam na construção deste recorte inédito sobre a história local, que tem como objetivo, além de romper com a perpetuação de uma história local monolítica (GUIMARÃES, 2013; 2015), também acolher possibilidades para novas perspectivas sobre o ensino de história.

O atualmente chamado *Mercado Municipal Waldemar de Toledo Funk*, edifício que sobrevive em meio à trama urbana atual há 130 anos, foi transformado, consoante ao crescimento do município, bem como suas atividades, rigorosamente obediente às legislações sanitárias. A opulência do seu tamanho ainda se destaca no cenário que acolhe o centro da

cidade. Sua arquitetura atual é considerada desgraciosa por muitos moradores, e a tentativa de trazer as marcas do passado para o presente, através da composição de um cenário, forma simulacros remetidos ao espaço rural, buscando tradições.

> O mercado público é forma de intercâmbio de produtos encontrado em cidades da antiguidade e se hoje tem continuidade no espaço, isto certamente se deve ao fato de poderem dialogar com outras formas comerciais mais modernas (PINTAUDI, 2006, p. 84).

### 3.1. Mercados Públicos no Brasil

Os mercados públicos são edifícios encontrados em boa parte das cidades ocidentais da atualidade. São edifícios que emergiram atrelados ao processo de modernização e de urbanização das cidades ocorridas ao longo do século XIX na Europa, principalmente nos grandes centros urbanos como Londres e Paris, onde foram construídos edifícios para abrigar e organizar o comércio de gêneros alimentícios, praticados até então nas ruas a céu aberto, em barracas mal organizadas ou realizados por comerciantes ambulantes (PINTAUDI, 2006).

No Brasil, os mercados públicos emergiram primeiramente nas principais cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, já na segunda metade do século XIX, momento em que as epidemias – como foi o caso da epidemia de cólera – assolavam o país revertendo-as em

> (...) ações estatais no campo da saúde pública no Brasil [que] se voltam para o combate da varíola, da lepra e da febre amarela, doenças muito difusas no país na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX (MURILHA, 2011, p. 84).

Conquanto, foi com o advento da modernidade que a construção desses edifícios ocorreu em cidades menores a partir de 1870, como foi o caso de Bragança, que na década de 1880 passou a contar com um edifício desse porte. A atividade de comércio de gêneros alimentício acontecia *pari passu* à cafeicultura local e possivelmente estimulava os pequenos agricultores para a realização dessas atividades.

Raquel Rolnik (1995, p. 15) relaciona o surgimento das cidades modernas ao poder de atração proposto pelas atividades comerciais, visto que a cidade "(...) se refere a um tipo de espaço que, ao concentrar e aglomerar pessoas intensifica a possibilidade de troca e colaboração entre os homens". A possibilidade da geração de lucro a partir dos excedentes produzidos nas áreas rurais existentes no entorno da trama urbana passou a atrair para os centros urbanos, ao longo do século XIX, uma multidão que, na busca por melhores

condições de vida, foram conduzidas para "a lei da oferta e da procura inscrita na natureza das relações humanas que, produto da atividade intelectual, passa a ser interpretada como princípio férreo de ordenação do social" (BRESCIANI, 1884-85, p. 38).

As atividades econômicas realizadas nas pequenas cidades próximas aos grandes centros urbanos voltavam-se ao comércio de gêneros alimentícios, visto que a industrialização dos meios de produção no Brasil passaria a ocorrer, sobretudo a partir das décadas de 1870. A economia interna das cidades era movimentada por seus moradores e pela exportação dos principais produtos. Bragança, nesse período, exportava para a Capital paulista, toucinho e milho, os quais eram seus principais produtos de exportação. Segundo levantamentos realizados pela Câmara Municipal de Bragança Paulista (1998, p. 72) ainda no século XVIII "(...) como produtora de alimentos para abastecer as regiões açucareiras e, principalmente, a Vila de São Paulo, que Bragança se integrou no sistema econômico paulista".

No contexto que precede a urbanização das cidades,

> O mercado público foi, desde os primórdios do capitalismo, uma forma de centralizar o comércio num determinado lugar, o que facilitava o controle sobre as trocas de mercadorias que ali se efetuavam, como também sobre as fontes abastecedoras de produtos das cidades (PINTAUDI, 2006, p. 86).

Considero ainda relevante, a atração de pessoas estimulada pela atividade de comércio de gêneros alimentícios, uma vez que cidades como Bragança atraíam moradores de vilas e freguesias vizinhas, bem como a população moradora dos bairros rurais, para a compra e venda de produtos. Nos livros de registros do Mercado Público de Bragança[69], aparecem esses comerciantes, bem como os produtos, quantidades, valores, etc. Logo, a atração se estende a outros sujeitos, como miseráveis e criminosos que também chegavam aos centros urbanos que se formavam na época. Tal fato não passou despercebido pelas elites letradas urbanas que se formavam e que observavam com temor, no aumento populacional, a presença desses sujeitos.

Segundo Chalhoub (1995; 2012), nesse contexto que marcou a abolição da escravidão, as classes populares brasileiras, em sua grande maioria formada por negros libertos, mestiços, imigrantes, pessoas que em grande maioria provinham das áreas rurais, foram estigmatizadas pela nova ordem capitalista que se instaurava. Estes eram considerados despreparados para a vida em sociedade diante da sua condição anterior, vistos como ociosos e perigosos. Eles deveriam ser regenerados e transformados em trabalhadores dóceis. Nessa

[69] Livro de registros de entradas de mercadorias - 1887 – Tombo nº 652 – Loc. 5/09; Livro de redistro diário do mercado 1891 - Tombo nº 632 – Loc. 5/10; Livro de recebimentos feitos no mercado 1891/92 - tombo - loc. 5/10. Todos pertencentes ao acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano sob salvaguarda do CDAPH/USF.

perspectiva, as elites letradas urbanas entendiam que a regeneração se daria através da educação escolar, na qual os vícios seriam vencidos e o trabalho passaria a inculcar civilidade em tais sujeitos, através de

> (...) uma construção ideológica que visava atender às necessidades desta classe, de controlar e disciplinar a força de trabalho num momento crucial da transição para uma ordem capitalista no país, especialmente no sudeste (CHALHOUB, 2012, p. 83).

A atuação de profissionais liberais, como médicos, engenheiros e advogados, que ocupavam cargos públicos na Câmara local, legitimaram, através dos projetos de urbanização, os pressupostos higienistas amplamente difundidos no período.

O higienismo, concepção que teve origem ainda no século XVIII e ultrapassou o século XIX, atrelou-se ao aumento populacional ocorrido nas principais cidades europeias como Londres e Paris, chegando ao Brasil no final deste século. Porém, ele não estava articulado apenas aos problemas advindos da existência de diversas substâncias consideradas maléficas para a saúde humana, como odores fétidos, restos de alimentos estragados, águas contaminadas, poeira das ruas ainda de terra, muito presentes no ambiente que compunha as cidades do período.

Ancoradas na teoria miasmática, os profissionais médicos da época ressaltavam que propagação de doenças e epidemias decorriam da insalubridade das cidades da época resultado do desconhecimento de hábitos de higiene. Para Vigarello (1996, p. 09) naquele momento (...) "existe[ia] uma racionalização, muito mais aguda do que no tempo das grandes pestes: a morte seria vinculada às classes pobres". O medo, resultante dos constantes alardes sobre as doenças contagiosas, encontrou na teoria miasmática suporte para legitimação de projetos de edificação dos mercados públicos (MURILHA, 2011), pois "(...) a vida saudável corresponde a uma multiplicidade de fatores relativos à alimentação, ao clima, à moradia, aos costumes sociais e individuais" (LOPES, 2002, p. 47).

A realidade urbana que se instaurou na época, decorrente da nova estruturação da economia capitalista (CHALHOUB, 1995; 2012), pressupunha que as novas edificações e a urbanização das cidades seguissem preceitos higienistas e sanitários. Bragança, na virada do século XIX para o XX buscava, através dos projetos de urbanização, se enquadrar a tais pressupostos como salienta Bueno (2007),

> Inúmeros projetos, obras e iniciativas públicas perpassaram o dia-a-dia da cidade, em nome da saúde, da higiene, do embelezamento urbano, do fluxo e do escoamento contínuo de fluidos, de mercadorias e de corpos através das vias urbanas, mas principalmente em nome da ordem, do progresso e da modernização de Bragança (BUENO, 2007, p. 146).

Os periódicos que circulavam em Bragança no início do século XX abordavam com bastante ênfase as condições de higiene e salubridade urbanas. Na leitura das fontes, foi comum flagrar muitos artigos escritos por médicos, como o médico higienista Dr. Antônio Castro, que publicou em 6 exemplares os artigos "*Água do ponto de vista hygiênico"*[70]. Como vigilantes, os jornalistas locais endossaram as teorias médicas, criticando arduamente muitas práticas e saberes das camadas populares acerca da higiene e da saúde em Bragança. Em nota publicada em outra edição do jornal *A Notícia,* pode-se observar críticas feitas à maneira como os comerciantes de toucinho dispunham seus produtos no interior do Mercado Público de Bragança.

> Assentamos essas rápidas linhas, inspiradas nos salutares princípios de higiene, conveniência para o bem público. É um mero apelo que endereçamos aos competentes, ao nos acudir, que, como imprescindível elemento, cumpre a todos os pugnarmos para o soerguimento desta cidade, às eminências, onde disputam a primazia aquelas outras que se gloriam de comodidades em lugares tais, se não o pretira. Certo, Bragança vai se embrenhando nessa disputa. Mas para a completa conquista do tão almejado posto, há mister de se aparelhar para o alistamento dos disputantes. E é por que vimos, sem profligar suscetibilidades, dizer o de natural e necessário, impôs-nos o dever de imprensa depositária da confiança pública, na defensiva dos interesses *geraes*. Por ora, lembrando que o prédio do Mercado insta que passe por alguns reparos, chamamos a atenção do sr. intendente municipal para o descuido, cuja a existência vem muito em desabono da *hygiene* de nossa cidade. E' o caso simples, contudo irrecomendável, de que, diversas vezes, temos observado os comerciantes de toucinho, por falta de bancas apropriadas, ou ganchos que as substituam, se veem sujeitos a desdobrarem, no chão, os panos da indispensável mercadoria. Diante, porém, da força da oferta e da procura, há o recurso fácil das bancas, ou ganchos muito usados no açougue a fim de não se continuarem, em estado anti-higiênico, a exposição de toucinho numa deplorável e enorme confusão de poeira, cascas de frutas, papéis usados, etc. (*A Notícia,* 01/11/1905, nº 4, p. 01).

Vargas (2012, p.02) ressalta ainda que, sobretudo as práticas e saberes relacionados ao comércio estiveram sempre sob o olhar de vigilância, controle, pois "(...) as ideias que se formaram, em diversos momentos da história, tenderam a reforçar o preconceito contra a atividade comercial e contra aqueles envolvidos com ela: os comerciantes".

O público que frequentava o Mercado Público de Bragança era composto em sua maioria por imigrantes, ex-escravos, crianças pobres, mestiços, moradores das áreas rurais e seus descendentes, dentre seus comerciantes havia muitas mulheres. Uma delas era Antonina

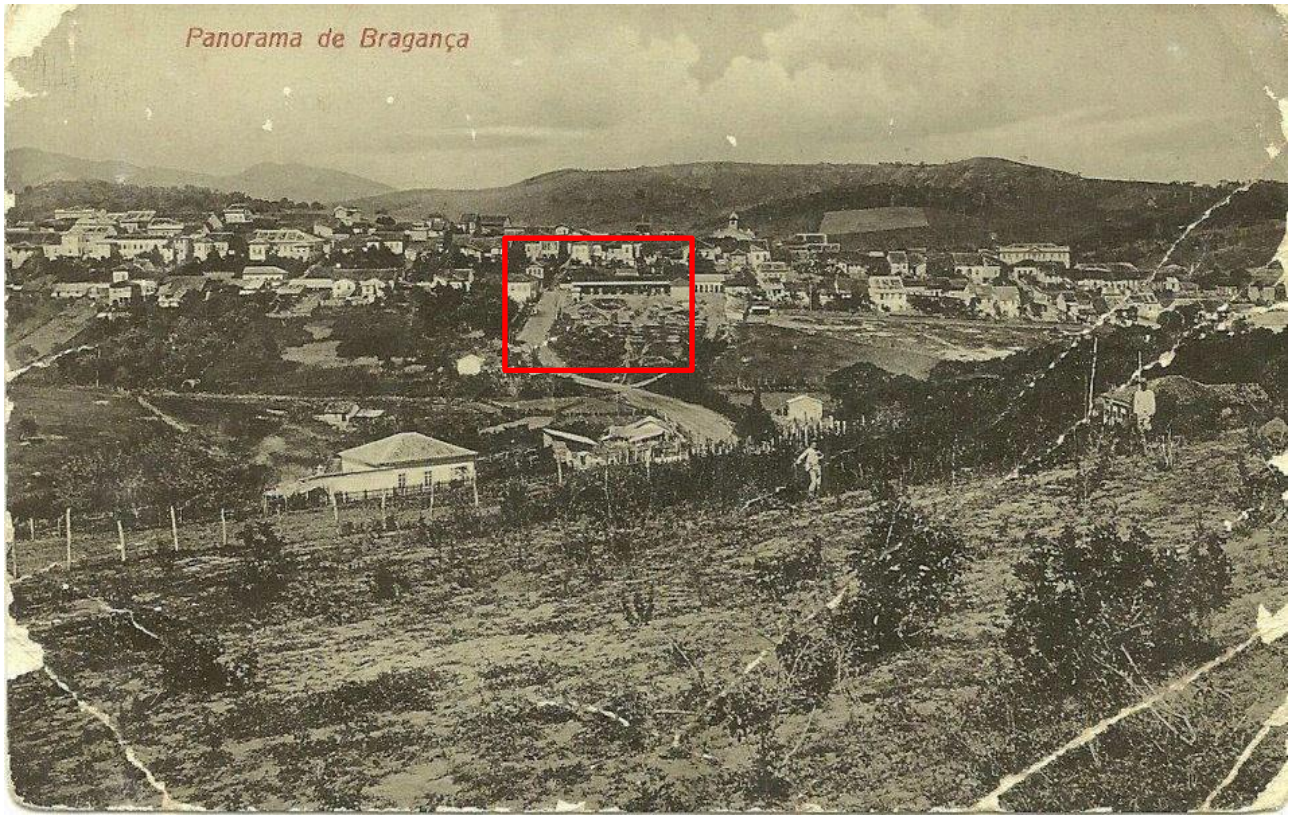
[70] Artigos publicados no jornal *A Notícia* no ano de 1906, números 42, 43, 49, 62, 64, 65, todos pelo mesmo autor.

de tal, que encaminhou um ofício[71] à Câmara de Bragança em 05 de junho de 1889, "(...) pedindo licença para trabalhar como ambulante de pães, doces e outros itens na cidade" (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 1889, p. 39b). Segundo Rago (2008, p. 58) nesse período "(...) as mulheres pobres ocupavam as ruas das cidades na venda de produtos variados como doces, verduras e legumes e artesanato". A autora ainda destaca que "(...) os anos finais do século XIX e início do XX apontam para uma transformação radical da condição feminina" (RAGO, 2008, p. 57), na qual a mulher pobre que se ocupava de atividades além das domésticas eram enquadradas em um perfil social muito próximo da prostituta, a exemplo das lavadeiras, cozinheiras, doceiras, faxineiras e também vendedoras ambulantes.

.

[71] Ata de Registro da Câmara de Bragança dos anos de 1880 a 1889.

## 3.2. O Mercado Público de Bragança



Fonte: Museu Municipal Oswaldo Russomano. Autor desconhecido. Imagem digitalizada.

FIGURA 10 - Cartão Postal da cidade de Bragança (1890-1910). Dimensões: 14 x 6 cm.

No destaque, o Mercado Público de Bragança Paulista. A fotografia panorâmica que buscava abarcar toda a cidade se confronta com os pastos em primeiro plano e extensos quintais das casas mais próximas da área urbana.

O cartão postal apresentado na abertura deste tópico visa trazer para a seara da discussão, o momento em que o governo local se empenhava em estreitar as práticas e saberes difundidos nas grandes capitais brasileiras.

O panorama da cidade retratado nessa imagem apresenta o seu centro urbano tomado por casas, edifícios públicos e igrejas. O edifício que acolhia desde a época as atividades do Mercado Público de Bragança aparece acanhado em meio à imagem que pretendia dar conta das transformações da época. Para Benjamin (1989), os panoramas, essas imagens que visavam abarcar o conjunto completo, sinalizavam para a modernidade que destacava a cidade em processo de embelezamento. Como técnica de imitação da natureza pela captura da imagem fotográfica que torna uma ilusão diante da totalidade que encobre o espaço da imagem e ainda ressalta que

> Foi incansável o esforço de tornar os panoramas, por meio de artifícios técnicos, locais de uma imitação perfeita da natureza. Procurava-se reproduzir na paisagem as mudanças da luz do dia, o nascer da lua, o murmurar das cascatas. David aconselha seus discípulos a desenharem os panoramas segundo a natureza. Ao tentar reproduzir na natureza representada as transformações de maneira enganosamente similar, os panoramas abrem o caminho, para além da fotografia, ao cinema mudo e ao cinema sonoro (BENJAMIN, 1989, p. 42).

É possível ainda notar que esse núcleo urbano na ocasião do registro da imagem se apresentava incipiente, com características ainda fora dos padrões de urbanização, com ruas ainda de terra e com muitas áreas ainda não ocupadas por casas ou edifícios públicos. Porém, é possível afirmar que a condição em que a cidade se encontrava não intimidou aqueles que se ocuparam de torná-la uma cidade civilizada e progressista nos moldes da nova República.

A fotografia, técnica desenvolvida durante o século XIX, ao longo do XX, auxiliou na construção de uma imagem destinada a legitimar o *status* das cidades fotografadas como modernas. Segundo Lopes (2002, p. 32), os cartões postais apresentavam a cidade diante da "(...) observação do ângulo privilegiado e pela posição escolhida pelo artista (situado no alto dos morros), a intenção de captar a totalidade do urbano", possivelmente visando registrar o progresso urbano das cidades do período.

O registro do antes e do depois das reformas urbanísticas também representava a afirmação do empenho voltado aos novos projetos onde na época "(...) ao fotógrafo impõe-se a tarefa de registrar a crise arquitetônica e moral por que passou a cidade".

Fonte: Museu Municipal Oswaldo Russomano. Digitalizada e divulgada por Luís Antônio Palombello.

FIGURA 11: Reforma do Mercado Público de Bragança, 1964 a 1969. Gestão de Lourenço Quilicci.

No lado esquerdo da imagem é possível observar a arquitetura do edifício construído na virada do século XIX para o XX, com elementos de arquitetura neoclássica sendo demolido. Um homem uniformizado parece observar o trabalho sendo realizado, quem sabe fosse um fiscal de obras. No canto direito, o novo edifício aparece em pequenas proporções e com arquitetura diferente do anterior, inclusive seu modelo a partir de então passa a ser completamente coberto.

O Mercado Público de Bragança passou por constantes adaptações e reformas ao longo de sua existência. Atualmente em alguns dos espaços do Mercado é possível cruzar com cereais vendidos nas sacarias expostas sobre paletes de madeira, quem sabe na tentativa de aproximar o passado do presente, através de práticas que eram adotadas antigamente. Tem-se a produção de um cenário para evocar o passado e legitimar o espaço como "um cartão postal" da cidade, mas isso pouco revela do passado aos atuais frequentadores do Mercado Público de Bragança, sempre apressados. Este cenário é "(...) uma imagem irrestituível do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se reconhece como nela visado" afirma Benjamin (cf. LÖWY, 2005, p. 62).

O piso inferior do Mercado era lugar antes dedicado às carroças e à guarda e exposição de animais vivos para venda, como as aves e suínos, e alguns produtos como o fumo. A comercialização de porcos foi proibida no espaço do Mercado Público de Bragança, diante da ocorrência na cidade de uma peste que atingira esses animais em 1899. Essa peste causava a morte dos animais e logo a carne que serviria para o comércio deveria ser descartada. Segundo registrado em atas[72] da Câmara, naquele ano "oficiou-se aos *inspectores* dos bairros do município, no sentido de serem *adoptadas* medidas a impedir a propagação de peste dos porcos" (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 07/03/1899, p. 3b). A medida inicial foi construir no Matadouro Público da cidade um mangueiro para porcos para guardar os animais que deveriam ser inspecionados pelo médico sanitário, Dr. Geraldo de Souza Tosta[73]. Hoje temos uma cancela nas entradas laterais desse piso e manobristas de uma empresa particular que orientam onde as pessoas devem estacionar seus carros. Convive-se também com buzinas e o forte cheiro da fumaça dos carros.

Não há mais no local o cheiro forte do fumo de corda, o odor dos animais misturado com o de algumas frutas e legumes que eram comercializados neste andar, em quantidade bem menor que no piso superior, tampouco o cheiro das pessoas que passavam por lá, oriundos, sobretudo das camadas mais populares. O uso de chapéu de palha por homens e lenços na cabeça por mulheres ficou para trás, a vestimenta muitas vezes surrada e esgarçada pelo tempo de uso também. O vozerio marcado pela entonação cantada de "erres" longos e que demarcavam a origem rural da pessoa também se perdeu.

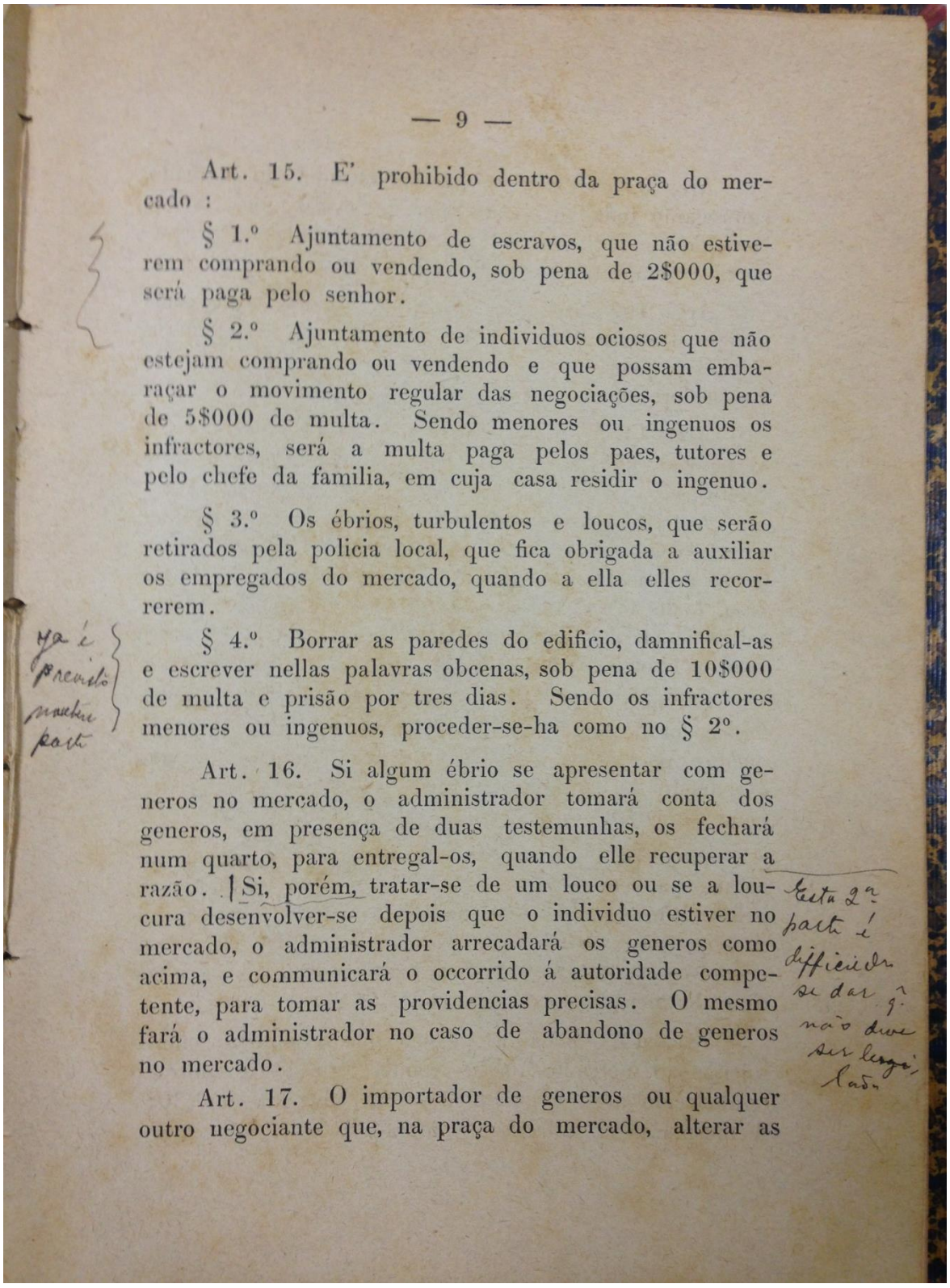
[72] Ata de Registro dos Expedientes da Intendência Municipal de Bragança dos anos de 1899 a 1901.
[73] Além de médico sanitário, Dr. Geraldo de Souza Tosta foi Médico responsável pelo Hospital de Isolamento de Bragança em 1911, segundo registros das atas da Câmara Municipal de Bragança.

No lado interno do Mercado existem duas rampas em lados opostos que permitem o acesso ao piso superior, em cada uma delas estão localizados os banheiros masculinos e femininos. Esses espaços acolhem a população mais humilde que vem de diferentes áreas do município ou mesmo de municípios vizinhos para a cidade. Lá ainda é possível encontrar alguns indícios daquela população que antes ocupava inteiramente esse espaço.

No piso superior do Mercado o som do ambiente de agora são discretas conversas e da música que toca de fundo. Para chamar a atenção do olhar, as cores das frutas formam um arco-íris, num jogo de tom sobre tom, e as flores encontram-se logo nas entradas do edifício. O plástico e o isopor fracionam e individualizam os alimentos que em muitos casos já vêm cortados, prontos para o uso, como se fossem gentilezas oferecidas à clientela. A higiene do local se atrela à cor branca, que predomina desde o teto até o piso do ambiente, dando a sensação de limpeza. Um lugar controlado pelo poder público, totalmente regrado, de acordo com as normas da vigilância sanitária.

Vigilância e apreensão das pessoas acontecem com intensidade no Mercado Público de Bragança. Em seu entorno notei, em diferentes ocasiões que caminhei pela região, a constante presença do ônibus da Guarda Municipal estacionado na frente do edifício. No seu interior foi possível flagrar a repressão de guardas com relação a sujeitos alcoolizados ou moradores de rua que trafegavam pelo local em busca de esmolas ou restos de alimentos, o que revela tentativas de coibir a presença ou permanência desses grupos nesse espaço, bem como possíveis atos de vandalismo, furtos ou confusões. Essas ações da Guarda também acontecem com frequência nas praças centrais da cidade – Raul Leme e José Bonifácio –, quando acolhem jovens das camadas populares que fazem constantemente uso do espaço nos finais de semana (BAPTISTA, 2017), alguns moradores de rua e alguns dependentes químicos.

Com a emergência do Mercado Público de Bragança, a circulação ou permanência de moradores de ruas, indigentes, ébrios, crianças e ajuntamento de escravos foram proibidas pelo *Regulamento da Praça de Mercado, 1887*. O artigo 15 do *Regulamento* é composto por 4 parágrafos e trata das ações que demandavam os gestos e as posturas de comerciantes e compradores, administradores, fiscais, Câmara, polícia, enfim, um série de instituições que normatizariam as condutas daqueles que por algum motivo circulavam pelo espaço.



— 9 —

Art. 15. E' prohibido dentro da praça do mercado :

§ 1.º Ajuntamento de escravos, que não estiverem comprando ou vendendo, sob pena de 2$000, que será paga pelo senhor.

§ 2.º Ajuntamento de individuos ociosos que não estejam comprando ou vendendo e que possam embaraçar o movimento regular das negociações, sob pena de 5$000 de multa. Sendo menores ou ingenuos os infractores, será a multa paga pelos paes, tutores e pelo chefe da familia, em cuja casa residir o ingenuo.

§ 3.º Os ébrios, turbulentos e loucos, que serão retirados pela policia local, que fica obrigada a auxiliar os empregados do mercado, quando a ella elles recorrerem.

§ 4.º Borrar as paredes do edificio, damnifical-as e escrever nellas palavras obcenas, sob pena de 10$000 de multa e prisão por tres dias. Sendo os infractores menores ou ingenuos, proceder-se-ha como no § 2º.

Art. 16. Si algum ébrio se apresentar com generos no mercado, o administrador tomará conta dos generos, em presença de duas testemunhas, os fechará num quarto, para entregal-os, quando elle recuperar a razão. Si, porém, tratar-se de um louco ou se a loucura desenvolver-se depois que o individuo estiver no mercado, o administrador arrecadará os generos como acima, e communicará o occorrido á autoridade competente, para tomar as providencias precisas. O mesmo fará o administrador no caso de abandono de generos no mercado.

Art. 17. O importador de generos ou qualquer outro negociante que, na praça do mercado, alterar as

Fonte: CDI Câmara Municipal de Bragança Paulista

FIGURA 12- Artigo 15 do Regulamento da Praça de Mercado de Bragança, 1887, p. 09.

Nas ladeiras laterais do Mercado Público, atualmente Rua Nicolino Nacaratti – antiga *Travessa do Mercado* – e Rua Atibaia – antiga *Ladeira do Mercado* –, é possível flagrar a presença de vendedores ambulantes que comercializam DVDs, óculos, capas para celular, brinquedos, cigarros, meias, entre outras infinidades de mercadorias populares. É possível cruzar com um ou outro vendedor ambulante de balas de coco, cocadas, sorvetes, milho verde, entre outros produtos, mas esse em menor número, tanto que muitos deles já são velhos conhecidos dos trabalhadores das lojas, consultórios, escritórios, enfim, do comércio existente no entorno do Mercado Público. Qual morador de Bragança Paulista, por volta dos anos de 2000, não conhecia a vendedora ambulante de Yakult, *Tia Ervinha*[74], a famosa tia do "quer Yakult?", pergunta diária que ela fazia aos que circulavam pelo centro da cidade.

Na parte de traz do Mercado Público existe um túnel (passagem subterrânea para pessoas) que dá acesso à antiga rodoviária. Em cima deste passa a Rua Antônio Pires Pimentel, uma das principais avenidas da cidade que liga o centro aos bairros da Vila Aparecida, Bairro da Penha e que dá acesso às Rodovias Fernão Dias com sentido a São Paulo e que, pela atual Rodovia João Hermenegildo de Oliveira, antiga estrada do Guaripocaba, dá acesso às cidades de Vargem e ao Sul de Minas pela Rodovia Fernão Dias.

Na fotografia apresentada a seguir é possível observar a concentração de pessoas e o intenso comércio ambulante que ocorria nos fundos do Mercado Público de Bragança com a Av. Antonio Pires Pimentel nos anos finais do século XX. Na gestão do Prefeito Jesus Chedid – PFL/DEM[75] (1993-1996) foi construído o túnel que dá acesso à Rodoviária (canto esquerdo da foto) e nele foram alocados vendedores ambulantes. A praça que havia no local foi destruída e as árvores foram cortadas.

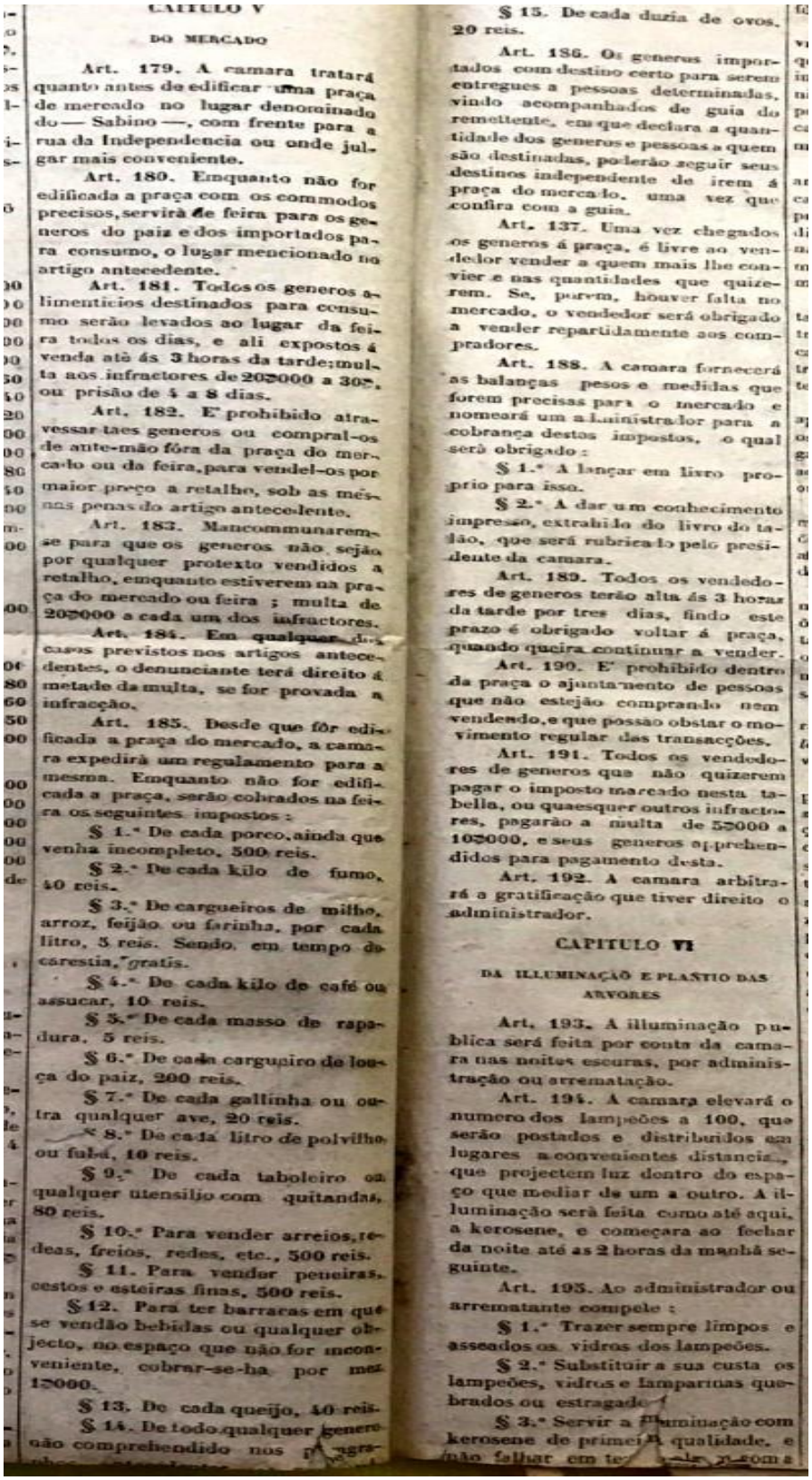
[74] Matéria Publicada no Jornal do Meio, sexta, 13 de dezembro de 2002. Disponível em: https://issuu.com/jornaldomeio.retro/docs/tia_yakult. Acesso em: 19 set. 2018.
[75] Partido Frente Liberal, atualmente denominado Democratas com a presente sigla DEM.

Fonte: Acervo de José de Lima e Maria de Lima. Digitalizada e divulgada por Luís Antônio Palombello.

FIGURA 13- Fundos do Mercado Municipal por volta da década de 1990.

O jornal *O Guaripocaba* publicou, no ano de 1877, o *Novo Código de Posturas*[76] em várias edições[77] por solicitação da Câmara Municipal. Na edição de número 20, sob o Título IV desse Código, o conteúdo tratava da indústria mercantil local. Nele estavam inscritos 5 capítulos e dentre eles, o capítulo V denominado de *"do Mercado"*. Esse capítulo era composto pelos artigos de números 179 a 192, que prescreviam todas as condições para o funcionamento do comércio de gêneros. Nele esteve determinado: o horário de funcionamento, proibições relativas à postura de atravessadores sujeitos a multas; a proibição de ajuntamento de escravos e doentes; o fornecimento de materiais para as atividades de comércio, como balanças, pesos e medidas, e as condições de trabalho do administrador e ajudante de administrador do Mercado, contratados pela Câmara Municipal local. O primeiro artigo do capítulo revela o local escolhido para a construção do Mercado de Bragança:

[76] O Código de Postura vigente até este ano foi elaborado em 1872.
[77] Edições de números: 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22 e 23.



CAPITULO V

DO MERCADO

Art. 179. A camara tratará quanto antes de edificar uma praça de mercado no lugar denominado do — Sabino —, com frente para a rua da Independencia ou onde julgar mais conveniente.

Art. 180. Emquanto não for edificada a praça com os commodos precisos, servirá de feira para os generos do paiz e dos importados para consumo, o lugar mencionado no artigo antecedente.

Art. 181. Todos os generos alimenticios destinados para consumo serão levados ao lugar da feira todos os dias, e ali expostos á venda até ás 3 horas da tarde; multa aos infractores de 2$000 a 30$, ou prisão de 4 a 8 dias.

Art. 182. E' prohibido atravessar taes generos ou compral-os de ante-mão fóra da praça do mercado ou da feira, para vendel-os por maior preço a retalho, sob as mesmas penas do artigo antecedente.

Art. 183. Mancommunarem-se para que os generos não sejão por qualquer protexto vendidos a retalho, emquanto estiverem na praça do mercado ou feira; multa de 20$000 a cada um dos infractores.

Art. 184. Em qualquer dos casos previstos nos artigos antecedentes, o denunciante terá direito á metade da multa, se for provada a infracção.

Art. 185. Desde que fôr edificada a praça do mercado, a camara expedirá um regulamento para a mesma. Emquanto não for edificada a praça, serão cobrados na feira os seguintes impostos:

§ 1.° De cada porco, ainda que venha incompleto, 500 reis.

§ 2.° De cada kilo de fumo, 40 reis.

§ 3.° De cargueiros de milho, arroz, feijão ou farinha, por cada litro, 3 reis. Sendo em tempo de carestia, gratis.

§ 4.° De cada kilo de café ou assucar, 10 reis.

§ 5.° De cada masso de rapadura, 5 reis.

§ 6.° De cada cargueiro de louça do paiz, 200 reis.

§ 7.° De cada gallinha ou outra qualquer ave, 20 reis.

§ 8.° De cada litro de polvilho ou fubá, 10 reis.

§ 9.° De cada taboleiro ou qualquer utensilio com quitandas, 80 reis.

§ 10.° Para vender arreios, redeas, freios, redes, etc., 500 reis.

§ 11. Para vender peneiras, cestos e esteiras finas, 500 reis.

§ 12. Para ter barracas em que se vendão bebidas ou qualquer objecto, no espaço que não for inconveniente, cobrar-se-ha por mez 12$000.

§ 13. De cada queijo, 40 reis.

§ 14. De todo qualquer genero não comprehendido nos p[illegible]

§ 15. De cada duzia de ovos, 20 reis.

Art. 186. Os generos importados com destino certo para serem entregues a pessoas determinadas, vindo acompanhados de guia do remettente, em que declara a quantidade dos generos e pessoas a quem são destinadas, poderão seguir seus destinos independente de irem á praça do mercado, uma vez que confira com a guia.

Art. 187. Uma vez chegados os generos á praça, é livre ao vendedor vender a quem mais lhe convier e nas quantidades que quizerem. Se, porem, houver falta no mercado, o vendedor será obrigado a vender repartidamente aos compradores.

Art. 188. A camara fornecerá as balanças pesos e medidas que forem precisas para o mercado e nomeará um administrador para a cobrança destes impostos, o qual será obrigado:

§ 1.° A lançar em livro proprio para isso.

§ 2.° A dar um conhecimento impresso, extrahido do livro do talão, que será rubricado pelo presidente da camara.

Art. 189. Todos os vendedores de generos terão alta ás 3 horas da tarde por tres dias, findo este prazo é obrigado voltar á praça, quando queira continuar a vender.

Art. 190. E' prohibido dentro da praça o ajuntamento de pessoas que não estejão comprando nem vendendo, e que possão obstar o movimento regular das transacções.

Art. 191. Todos os vendedores de generos que não quizerem pagar o imposto marcado nesta tabella, ou quaesquer outros infractores, pagarão a multa de 5$000 a 10$000, e seus generos apprehendidos para pagamento desta.

Art. 192. A camara arbitrará a gratificação que tiver direito o administrador.

CAPITULO VI

DA ILLUMINAÇÃO E PLANTIO DAS ARVORES

Art. 193. A illuminação publica será feita por conta da camara nas noites escuras, por administração ou arrematação.

Art. 194. A camara elevará o numero dos lampeões a 100, que serão postados e distribuidos em lugares e convenientes distancias, que projectem luz dentro do espaço que mediar de um a outro. A illuminação será feita como até aqui, a kerosene, e começara ao fechar da noite até as 2 horas da manhã seguinte.

Art. 195. Ao administrador ou arrematante compete:

§ 1.° Trazer sempre limpos e asseados os vidros dos lampeões.

§ 2.° Substituir a sua custa os lampeões, vidros e lamparinas quebrados ou estragados.

§ 3.° Servir a illuminação com kerosene de primeira qualidade, e não faltar em te[illegible]

Fonte: CDAPH/USF.

FIGURA 14 - Capítulo V do Código de Postura - Artigos 179 a 181, publicado no jornal *O Guaripocaba* em 18/11/1877, n. 23, p. 02/03.

Dimensões do jornal: 40 x 30 cm. Dimensões da nota: 22 x 6 cm

## Transcrição do documento

### CAPÍTULO V - DO MERCADO

Art.179. A câmara *tractará* quanto antes de edificar uma praça de mercado ao lugar denominado de - Sabino -, com frente para a rua independência, ou onde julgar necessário.

Art.180. Enquanto não for edificada a praça com os *commodos* precisos, servirá de feira para os gêneros do país e dos importados para consumo, o lugar mencionado ao artigo antecedente.

Art.181. Todos os gêneros alimentícios destinados para o consumo serão levados ao lugar da feira todos os dias, e alí expostos à venda até as 3 horas da tarde multa aos infratores de 20$000 e prisão de 2 a 8 dias.

Art. 182. É *prohibido* atravessar *taes* gêneros ou *compral-os* de ante-mão fora da praça de mercado ou da feira, para *vendel-o*s por maior preço a retalho, sob as mesmas penas do artigo anterior.

Art. 183. *Mancommunarem-se* para que os gêneros não *sejão* por quaisquer pretextos vendidos a retalho enquanto estiverem na praça de mercado ou da feira; multa de 20$000 a cada infrator.

Art. 184. Em qualquer dos casos previstos nos artigos antecedentes, o denunciante terá direito a metade da multa, se for provada a *infracção.*

Art. 185. Desde que for edificada a praça de mercado, a câmara expedirá um regulamento para a mesma. Enquanto não for edificada a praça, serão cobrados nas feiras os seguintes impostos:

§1º De cada porco, ainda que venha incompleto

§2º De cada *kilo* de fumo, 40 reis.

§3º De cargueiro de milho, arroz, feijão, por cada litro, 5 reis. Sendo em tempo de carestia, grátis.

§4º De cada *kilo* de café ou açúcar, 10 reis.

§5º De cada *masso* de rapadura, 5 reis.

§6º De cada cargueiro de louça do *paíz*, 200 reis.

§7º De cada *gallinha* ou outra qualquer ave, 10 reis.

§8º De cada litro de polvilho ou de fubá, 10 reis.

§9º De cada tabuleiro ou qualquer utensílio com quitandas, 80 reis.

§10º Para vender arreios, rédeas, freios, redes, etc., 500 reis.

§11º Para vender peneira, cestos e esteiras finas, 500 reis.

§12º Para se ter barracas em que se *vendão* bebidas e qualquer objeto, no espaço que não for inconveniente, *cobrar-se-há* por *mêz*, 1$000

§13º De cada queijo, 40 reis.

§14º De todo e qualquer gênero não *compreendido* nos (ilegível) carga, ainda que incompleta, 80 reis.

§ 15º De cada dúzia de ovos, 20 reis.

Art.186. Os gêneros importados com destino certo para serem entregues a pessoas determinadas, vindo acompanhado de guias do *remetente*, em que declara a quantidade dos gêneros e pessoas a quem são destinadas, poderão seguir seus destinos independente de irem à praça de mercado, uma vez que confira com a guia.

Art.187. Uma vez chegados os gêneros na praça, é livre ao vendedor vender a quem mais lhe convier e nas quantidades que quiserem. Se, porém, houver falta no mercado, o vendedor deve ser obrigado a vender *repartidamente* aos compradores.

Art.188. A câmara fornecerá as balanças, pesos e medidas que forem precisas para o mercado e nomeará um administrador para a cobrança destes impostos, o qual será obrigado:

§1º Lançar em livro próprio para isso.

§2º A dar um conhecimento impresso, *extrahido* do livro do talão, que será rubricado pelo presidente da câmara.

Art. 189. Todos os vendedores de gêneros terão alta às 3 horas da tarde, por 3 dias, findo este prazo é obrigado a voltar à praça quando queira continuar a vender.

Art.190. É *prohibido* dentro da praça, ajuntamento de pessoas que não *estejão* comprando nem vendendo, e que possam obstar o movimento regular das transações.

Art.191. Todos os vendedores de gêneros que não quiserem pagar o imposto marcado nesta *tabela*, ou quaisquer outros *infractores*, pagarão multa de 5$000 a 10$000, e seus gêneros *appreendidos* para pagamento desta.

Art.192. A câmara arbitrará a gratificação que tiver direito o administrador.

Este fragmento retirado do periódico é a única fonte que contém informações sobre este Código de Postura de 1878. Além do mais é a única fonte que localizei sobre os antecedentes do Mercado Público de Bragança. O local denominado de *Sabino* seria a partir de então o espaço dedicado ao futuro Mercado, porém antes mesmo do início da construção do edifício, o espaço seria reservado às feiras que ocorriam na cidade.

Nas atas da Câmara de Bragança[78], encontrei a indicação feita pelo vereador José Alvares de Souza[79] para a construção do espaço que abrigaria as atividades de comércio de gêneros alimentícios.

> Indico que se mande aplainar as ruas da Igualdade e da Independência; que se mande aplainar com o competente declive o largo denominado de Sabino, que levante nesse largo um telheiro ou *cousa* semelhante que sirva de mercado provisoriamente (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 30/06/1877, p. 19).

O espaço reservado para a ocorrência de tais atividades ainda não seria um edifício propriamente dito, mas algo parecido com um rancho coberto por telhas, muito simples e diferente dos prédios imponentes e adornados, de uma arquitetura clássica que surgiria nos anos seguintes, com a república. O edifício propriamente dito do Mercado seria planejado e construído somente a partir de 1886. O interesse pela construção do edifício vinha ao encontro das elites letradas urbanas, que possivelmente visava lucros com o comércio de gêneros alimentícios. Como exemplo, encontrei um registro feito em ata[80] da Câmara Municipal do ano de 1883 que trazia o interesse de um ex-vereador local na construção do edifício.

> Tencionando o Dr. Braulio Timoteo Urioste, proprietário de um terreno sito na rua nova desta cidade, a construir um edifício com proporções de uma Praça de Mercado, *acommodada* às necessidades locais, dispondo a *arrendal-o* ou *vendel-o* para esse fim de acordo com esta Câmara, tendo já levantado à respectiva planta, propondo que para os devidos efeitos se incumba a um dos vereadores de entender-se a respeito com o mesmo Doutor, convidando-o a *affericuar* as rezes de um contrato com a planta do edifício, declarando- se *subjeitos* estas a modificações que a Câmara julgar necessária, podendo assim realizar um grande melhoramento de que tanto carece a população desta cidade: Sala das Sessões em Bragança. Carlos Alvares Cruz. (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 01/02/1883, p. 285).

[78] Ata de Registro da Câmara de Bragança dos anos de 1876 a 1878.
[79] Vereador em Bragança dos anos de 1877 a 1880 (CADERNO DE MEMÓRIA, 1992, p. 44).
[80] Ata de registro da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1880 a 1889.

Possivelmente a ideia de se construir um mercado na *Rua Nova*[81] não ia ao encontro dos projetos da Câmara, uma vez que a ocorrência das atividades comerciais localizava-se pelas regiões do Lavapés desde o início da formação do núcleo urbano (ISHIZU, 2008). A indicação da localização da feira livre no largo *Sabino* desde 1878 sinaliza a pungência do comércio naquela região. Mesmo sendo aprovada a proposta do ex-vereador Urioste, houve o voto contra do vereador Bernardo Avelino de Carvalho Pinto[82], afirmando que "(...) por entender que primeiramente a Câmara devia resolver se convinha ou não estabelecer-se a praça de mercado e depois escolher-se o local apropriado para isso, podendo ser de que o que se trata, não seja o apropriado" (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 1883, p. 282).

Assim, protelou-se a construção do edifício por mais três anos, e somente em 1886 é que as atas[83] da Câmara revelaram o início da obra do Mercado Público de Bragança. Com a presidência da Câmara Municipal, sob o comando do vereador Antonio Joaquim Leme, foi registrado a primeira indicação do dia.

> Indico que, em cumprimento das Posturas ultimamente aprovadas, seja designado o largo que separa as propriedades de Emygdio da Silveira Vasconcellos e Sabino Anselmo de Camargo, a rua da Igualdade, para servir provisoriamente de mercado, ficando o Procurador autorizado a mandar fazer desde já no lugar indicado um rancho ou barracão, prestando conta do que desprender. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Bragança, C. Cruz – *Approvada*. (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 11/08/1886, p. 476).

Nos meses seguintes a Câmara Municipal fez indicações para a publicação do edital para a construção do edifício.

> Indicou o Sr. Dr. Presidente que se convide por edital, com prazo máximo de 20 dias, concorrentes para a arrematação da construção da casa que tem de servir para mercado no lugar já determinado por esta câmara, conforme plano e orçamentos fornecidos pelo Engenheiro Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme[84]. *Approvada.* (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA 1/10/1886, p. 482).

---

[81] Na época eram chamadas de *Rua Nova* as ruas recentemente abertas na área urbana. Para sua localização eram sempre indicadas como *Rua Nova da Matriz, Rua nova da Estação, Rua Nova do Cemitério*.

[82] Bernardo Avelino de Carvalho Pinto foi vereador local dos anos de 1883 a 1886. (CADERNO DE MEMÓRIA 1992, p.46).

[83] Ata de Registro da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1880 a1889.

[84] Nascido em Bragança, Luiz Gonzaga da Silva Leme fez seus estudos preparatórios no Seminário de São Paulo. Formou-se em direito na Faculdade de São Paulo, mas não seguiu carreira jurídica. Formou se no ano de 1880, em Engenharia Civil, pelo Instituto Politécnico de Rensselaer, em Troy, Nova York, Estados Unidos. Ainda estudando Engenharia no Instituto Americano, trabalhou como chefe de seção na construção da ferrovia da Flórida. Em 1881 retorna ao Brasil como engenheiro-chefe nas obras da estrada de ferro que ligava Rio Claro e São Carlos do Pinhal a São Paulo. Em 1883 foi engenheiro-chefe nas obras da Bragantina, sendo em seguida inspetor geral, cargo no qual permaneceu até meados de 1898. Foi engenheiro responsável por muitas obras realizadas na cidade de Bragança, incluindo o Mercado Antigo de Bragança. Disponível em: http://www.cbg.org.br/novo/colegio/historia/patronos/luiz-gonzaga-leme/. Acesso em: 03 ago. 2018.

Foi no período de 1880 a 1889, sobretudo entre os anos de 1886 a 1887, que as obras do Mercado Público aparecem com grande frequência nas atas de registro da Câmara Municipal. Tal documentação possibilita observar que a construção se deu de maneira prática e simples. A citação a seguir mostra que as obras iniciadas, nos meses finais do ano de 1886, estavam em andamento.

> Dito Manoel Portella, empresário do Mercado, pedindo pagamento da primeira das três prestações de conformidade com o respectivo contato, visto já a tempo, ter começado os trabalhos do edifício. (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 07/01/ 1887, p. 493).

Manoel Portella é apontado como empreiteiro responsável pela edificação do Mercado Público de Bragança. De acordo com a citação, já no início do ano de 1887, solicitava parte do pagamento referente às obras que já estariam adiantadas em relação aos planos da Câmara, que responde ao pedido com as seguintes informações:

> A comissão de obras públicas, examinando mais as obras do mercado a cargo do arrematante Manuel Portella, vão achando os alicerces construídos em quase toda a extensão do edifício; é também de parecer que se mande fazer o primeiro pagamento requerido. Paço da Câmara Municipal de Bragança, 13 de Janeiro de 1887. – Emygdio da Silveira Vasconcellos. Nicolao Aspirino (ATA DE REGISTRO DA CÂMARA, 1887, p. 494).

Durante os meses subsequentes a Câmara local deu andamento às obras do edifício que finalmente foram concluídas em meados do mês de setembro. No dia 15 de outubro de 1887, o Mercado Público de Bragança deu início às atividades, como registrado em ata [85].

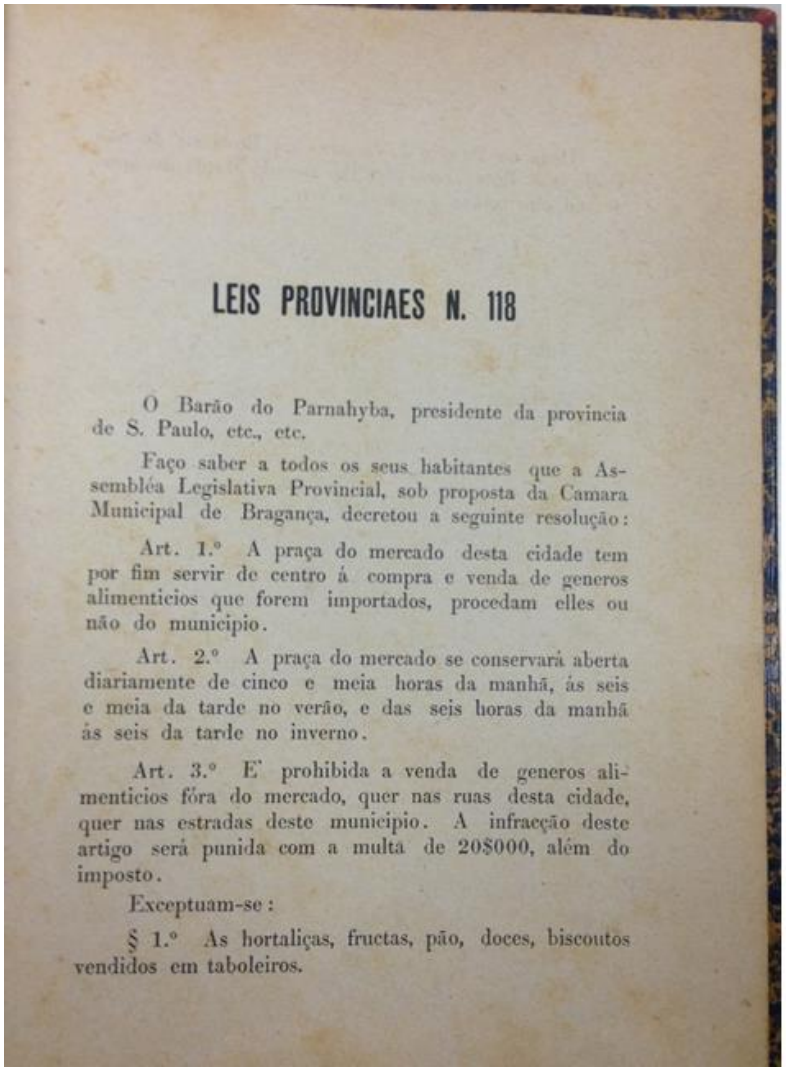
> Deliberou mais a Câmara que se publique edital fazendo público que no dia quinze do corrente em diante começa a funcionar o Mercado *d'esta* cidade, decorrendo *d'esde* então cumprir-se o referido regimento. Achando-se presente o Administrador e o ajudante do Mercado, Francisco Bento da Silveira e Sergio Gomes Nogueira Pantaleão, foi lhes *defferido* o juramento dos estilos dos mesmos empregos perante o Presidente, *commencionado* pela Câmara (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 1887, p. 551).

Para o funcionamento das atividades que passariam a ocorrer no Mercado Público de Bragança, a Câmara local adquiriu todo o material necessário, como pesos e medidas, balanças, obedecendo aos critérios do SMD, bem como talões de notas, livros para registros de entrada e saída de mercadorias. Ainda foi elaborado pela Assembleia da Província de São Paulo[86] o *Código de Regulamento da Praça de Mercado de Bragança,* sob a Lei nº 118.

Este documento apresentava as normas, posturas e regulamento não somente das atividades praticadas no Mercado, regulamentava a prática de comércio de gêneros

[85] Ata de Registro da Câmara de Bragança dos anos de 1880 a 1889.
[86] Documento elaborado pela Assembleia Provincial de São Paulo em 30 de abril de 1887 sob a presidência do Barão de Parnahyba.

alimentícios, trazia as leis de higiene e sanitárias em suas páginas. Porém, alguns dos artigos e parágrafos desta Lei também abordam as práticas comerciais do lado de fora do edifício. O primeiro artigo considerado determinava que o Mercado tivesse "(...) por fim servir de centro de compra e venda de gêneros que forem importados, procedendo *elles* ou não, no município" (REGULAMENTO DA PRAÇA DE MERCADO DE BRAGANÇA, 1887, p. 5). Este artigo da Lei revela que a existência do Mercado Público significava a imposição de novas práticas no comércio de gêneros alimentícios na cidade de Bragança e sugere que havia uma significativa atividade de importação de gêneros de outras províncias, no caso, dado à proximidade da província de Minas. Suponho que Bragança era um importante entreposto comercial de gêneros alimentícios, características até agora pouco estudadas do município.



LEIS PROVINCIAES N. 118

O Barão do Parnahyba, presidente da provincia de S. Paulo, etc., etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial, sob proposta da Camara Municipal de Bragança, decretou a seguinte resolução:

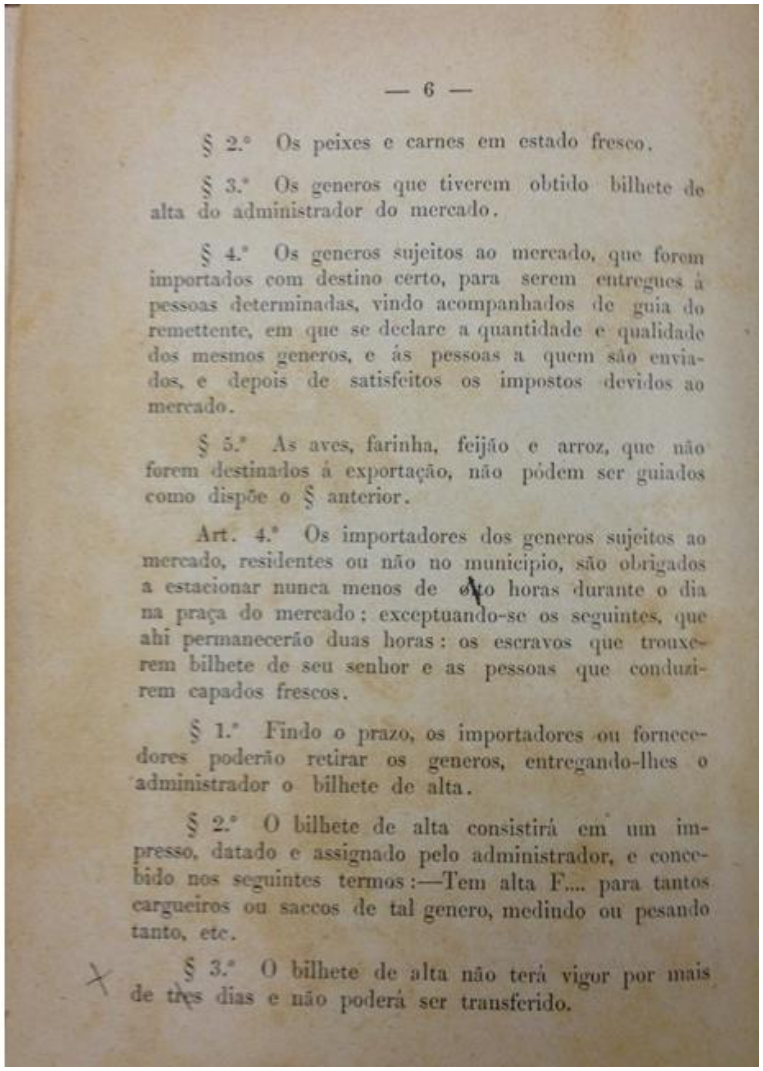
Art. 1.° A praça do mercado desta cidade tem por fim servir de centro á compra e venda de generos alimenticios que forem importados, procedam elles ou não do municipio.

Art. 2.° A praça do mercado se conservará aberta diariamente de cinco e meia horas da manhã, ás seis e meia da tarde no verão, e das seis horas da manhã ás seis da tarde no inverno.

Art. 3.° E' prohibida a venda de generos alimenticios fóra do mercado, quer nas ruas desta cidade, quer nas estradas deste municipio. A infracção deste artigo será punida com a multa de 20$000, além do imposto.

Exceptuam-se:

§ 1.° As hortaliças, fructas, pão, doces, biscoutos vendidos em taboleiros.



— 6 —

§ 2.° Os peixes e carnes em estado fresco.

§ 3.° Os generos que tiverem obtido bilhete de alta do administrador do mercado.

§ 4.° Os generos sujeitos ao mercado, que forem importados com destino certo, para serem entregues á pessoas determinadas, vindo acompanhados de guia do remettente, em que se declare a quantidade e qualidade dos mesmos generos, e ás pessoas a quem são enviados, e depois de satisfeitos os impostos devidos ao mercado.

§ 5.° As aves, farinha, feijão e arroz, que não forem destinados á exportação, não pódem ser guiados como dispõe o § anterior.

Art. 4.° Os importadores dos generos sujeitos ao mercado, residentes ou não no municipio, são obrigados a estacionar nunca menos de oito horas durante o dia na praça do mercado; exceptuando-se os seguintes, que ahi permanecerão duas horas: os escravos que trouxerem bilhete de seu senhor e as pessoas que conduzirem capados frescos.

§ 1.° Findo o prazo, os importadores ou fornecedores poderão retirar os generos, entregando-lhes o administrador o bilhete de alta.

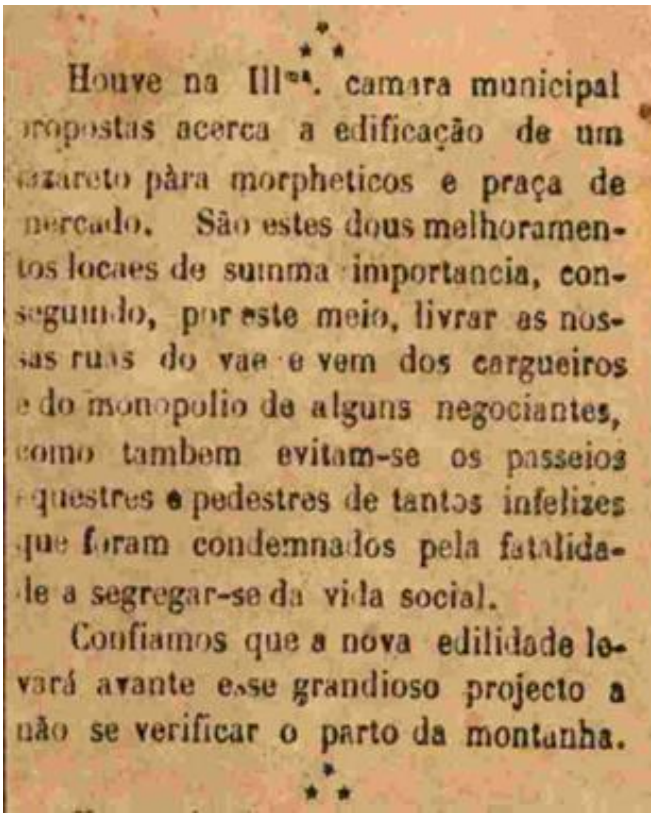
§ 2.° O bilhete de alta consistirá em um impresso, datado e assignado pelo administrador, e concebido nos seguintes termos:—Tem alta F.... para tantos cargueiros ou saccos de tal genero, medindo ou pesando tanto, etc.

§ 3.° O bilhete de alta não terá vigor por mais de tres dias e não poderá ser transferido.

Fonte: CDI da Câmara Municipal de Bragança Paulista.

FIGURA 15- Regulamento da Praça de Mercado de Bragança, 1887, p. 05/06.

Uma pequena nota publicada no jornal *O Guaripocaba*, no ano de 1877, anunciava com entusiasmo os primeiros projetos e edifícios públicos executados pela Câmara Municipal de Bragança entre os finais da década de 1870. O incômodo com a presença dos segmentos sociais indesejáveis, a princípio os doentes, bêbados e mendigos que circulavam na cidade, acabou por se estender ao desconforto causado com aqueles que realizavam o comércio de gêneros, visto que a Câmara local anunciava, além da construção de um hospital para recolher os *morpheticos*, também a construção de uma praça de mercado para a cidade de Bragança. Ressalto que as referências feitas ao Mercado Público nos periódicos da época aparecem sempre próximas dos projetos sanitários urbanos e das colunas policias, sugerindo que o local estivesse constantemente tensionado pelo perfil social de seus frequentadores e pela natureza das atividades econômicas ali realizadas.



Houve na Ill^ma. camara municipal propostas acerca a edificação de um lazareto pàra morpheticos e praça de mercado. São estes dous melhoramentos locaes de summa importancia, consegumdo, por este meio, livrar as nossas ruas do vae e vem dos cargueiros e do monopolio de alguns negociantes, como tambem evitam-se os passeios equestres e pedestres de tantos infelizes que foram condemnados pela fatalidade a segregar-se da vida social.

Confiamos que a nova edilidade levará avante esse grandioso projecto a não se verificar o parto da montanha.

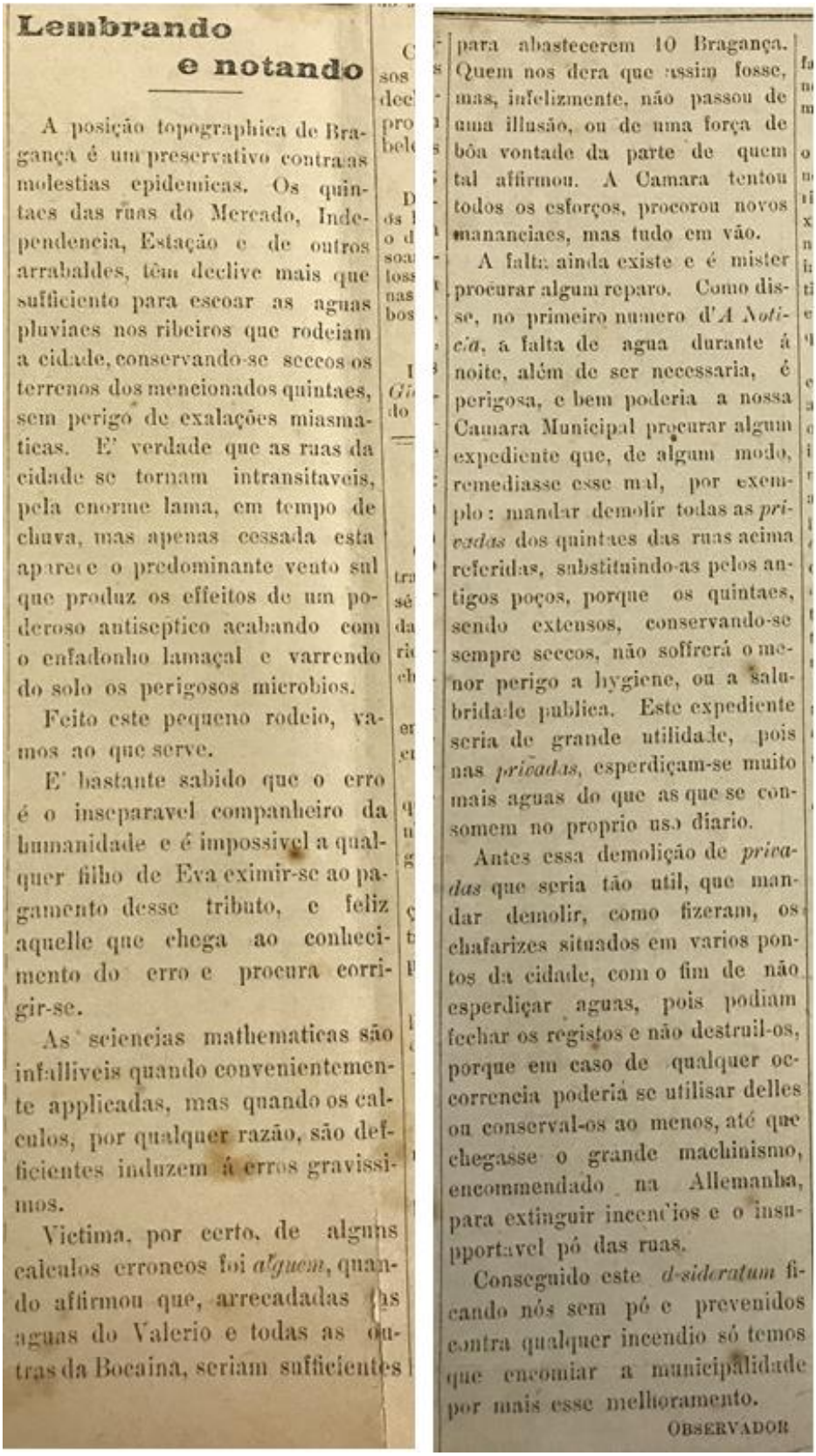
Fonte: CDAPH/USF.

FIGURA 16 - Fragmento do jornal *O Guaripocaba,* publicado em 26 de junho de 1879, n. 108, p. 02.

A circulação e difusão dos saberes médicos se perpetuaram fortemente ao longo do período ao qual se dedicou esta pesquisa, momento em que a proliferação de epidemias ainda estava envolta pela teoria miasmática. Segundo Murilha (2011, p. 36), a difusão de tal teoria

tinha origem na mortalidade da população, alegando que "(...) a maior preocupação não era somente o bem estar do indivíduo em si, mas em especial o estado higiênico do conjunto dos estabelecimentos, das ruas, dos rios, do ar, enfim, da cidade como um todo".

Reafirmar a condição da cidade como salubre parece ter sido uma das temáticas candente dos artigos dos periódicos. O olhar das elites letradas voltava-se aos pressupostos de tal teoria e toda a cidade passava a ser analisada cuidadosamente quanto às condições higiênicas, frequentemente ressaltadas em notas distribuídas por entre vários números dos periódicos. Em uma dessas notas seu autor se declarava como um "observador" da cidade, dos perigos que a cercavam e das ações da edilidade local com relação aos problemas higiênicos e sanitários, como é possível flagrar no fragmento do jornal *A Notícia*, publicado em outubro de 1905, que tratava da falta de água e da distribuição de água suja sofrida pela cidade no período.



## Lembrando e notando

A posição topographica de Bragança é um preservativo contra as molestias epidemicas. Os quintaes das ruas do Mercado, Independencia, Estação e de outros arrabaldes, têm declive mais que sufficiente para escoar as aguas pluviaes nos ribeiros que rodeiam a cidade, conservando-se seccos os terrenos dos mencionados quintaes, sem perigo de exalações miasmaticas. E' verdade que as ruas da cidade se tornam intransitaveis, pela enorme lama, em tempo de chuva, mas apenas cessada esta apparece o predominante vento sul que produz os effeitos de um poderoso antiseptico acabando com o enfadonho lamaçal e varrendo do solo os perigosos microbios.

Feito este pequeno rodeio, vamos ao que serve.

E' bastante sabido que o erro é o inseparavel companheiro da humanidade e é impossivel a qualquer filho de Eva eximir-se ao pagamento desse tributo, e feliz aquelle que chega ao conhecimento do erro e procura corrigir-se.

As sciencias mathematicas são infalliveis quando convenientemente applicadas, mas quando os calculos, por qualquer razão, são deficientes induzem á erros gravissimos.

Victima, por certo, de alguns calculos erroneos foi *alguem*, quando affirmou que, arrecadadas as aguas do Valerio e todas as outras da Bocaina, seriam sufficientes para abastecerem 10 Bragança. Quem nos dera que assim fosse, mas, infelizmente, não passou de uma illusão, ou de uma força de bôa vontade da parte de quem tal affirmou. A Camara tentou todos os esforços, procorou novos mananciaes, mas tudo em vão.

A falta ainda existe e é mister procurar algum reparo. Como disse, no primeiro numero d'*A Notícia*, a falta de agua durante á noite, além de ser necessaria, é perigosa, e bem poderia a nossa Camara Municipal procurar algum expediente que, de algum modo, remediasse esse mal, por exemplo: mandar demolir todas as *privadas* dos quintaes das ruas acima referidas, substituindo-as pelos antigos poços, porque os quintaes, sendo extensos, conservando-se sempre seccos, não soffrerá o menor perigo a hygiene, ou a salubridade publica. Este expediente seria de grande utilidade, pois nas *privadas*, esperdiçam-se muito mais aguas do que as que se consomem no proprio uso diario.

Antes essa demolição de *privadas* que seria tão util, que mandar demolir, como fizeram, os chafarizes situados em varios pontos da cidade, com o fim de não esperdiçar aguas, pois podiam fechar os registos e não destruil-os, porque em caso de qualquer occorrencia poderia se utilisar delles ou conserval-os ao menos, até que chegasse o grande machinismo, encommendado na Allemanha, para extinguir incendios e o insupportavel pó das ruas.

Conseguido este *d-sideratum* ficando nós sem pó e prevenidos contra qualquer incendio só temos que encomiar a municipalidade por mais esse melhoramento.

OBSERVADOR

Fonte: CDAPH/ USF.

FIGURA 17 - Coluna Lembrando e Notando do jornal *A Notícia*, de 28/10/1905, n. 3, p. 01. Dimensões do jornal: 50 x 34 cm. Dimensões da nota: 22 x 12 cm.

O centro da cidade tendia a ser ocupado pelas elites letradas urbanas e os arrabaldes eram as áreas menos privilegiadas, como era caso da Rua do Mercado, da Independência e da Estação. Essas ruas eram tomadas como exemplos para o leitor do jornal compreender as ações executadas pela Câmara local, buscando extirpar as ameaças existentes à saúde na água, no ar, na poeira. A preocupação com o ar e a poeira deu origem a várias notas[87] no jornal *A Notícia* no ano de 1905.

Na mesma nota, ainda foi possível flagrar a opinião do redator com relação às privadas externas existentes nos quintais dessa rua, que além de consumirem parte da água dita como escassa, também propiciavam, segundo o autor da nota, o perigo de proliferação das epidemias.

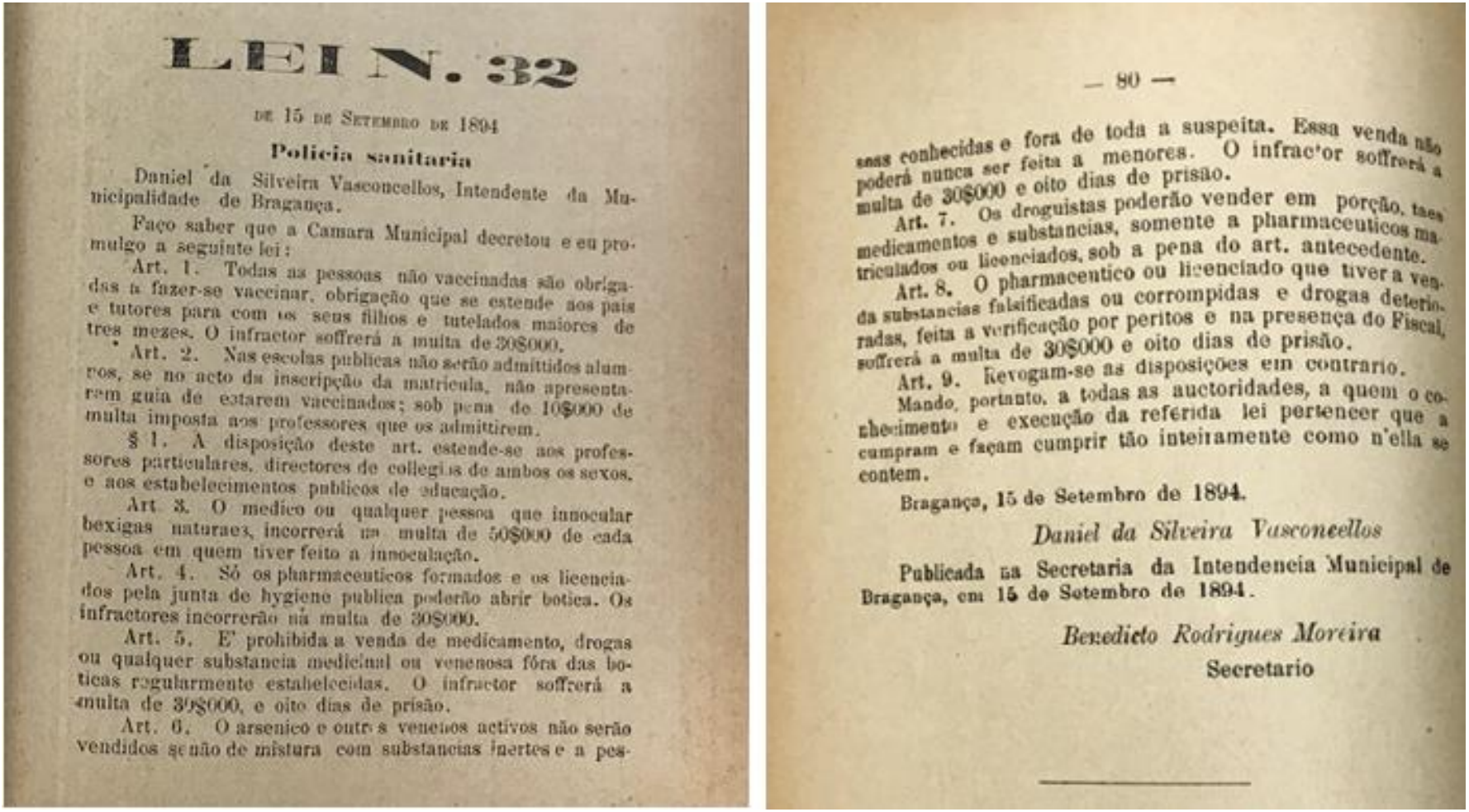
Como solução, o autor da nota parece rechaçar e criticar as práticas utilizadas no passado, como a construção de poços que, segundo ele, representava menos perigo de falta de higiene e salubridade, sugerindo então um movimento de "quebra-privadas". Tensões são evidentes quando o autor da nota revela sua insatisfação com a demolição dos chafarizes existentes nesses locais, por estes que poderiam sanar os problemas da falta de água, da poeira, enfim, dos problemas que, a seu ver, deveriam ser sanados antes da implantação da rede de água encanada, que ocorreria apenas no ano de 1900. A distribuição de água em Bragança a partir de 1893 passou a ser feita pela Caixa D'água instalada onde hoje se localiza o Jardim Público – *Parque Luiz Gonzaga da Silva Leme* –, chegando até as bicas, chafarizes e aos encanamentos distribuídos no centro urbano (ISHIZU, 2008).

Lopes (2002, p. 43) salienta que neste período a teoria miasmática ancorava discursos das elites letradas urbanas da época, segundo a qual "a renovação incessante do ar, da água e do escoamento do esgoto são postulados como condição para purificar o meio urbano e fazer funcionar a moradia". Logo, tal teoria se voltaria com maior vigor às áreas consideradas periféricas das cidades, as quais segundo Chalhoub (1995, p. 169) "(…) fez com que infectologistas, especialmente nas cidades, colocassem todo o ambiente – e as "classes perigosas" nele presentes – sob suspeição e constante inspeção".

A preocupação com o tema da higiene na virada do século XIX para o XX foi intensa. Ela se capilarizou por toda a estrutura social, passando da esfera mais ampla do governo do Brasil e chegando aos diferentes municípios. Bragança veio a possuir sua própria Polícia Sanitária, criada pela Lei nº 32, de setembro de 1894. Os regulamentos e normas de atuação

[87] Nas edições de número 11, 64, 65 foram publicadas notas com o título "poeira e doença" e trazia informações de cunho médico-sanitário, a fim de alertar o leitor do jornal com relação aos perigos ocasionados pela poeira.

dessa instituição pública estavam prescritos no livro *Coleção de Leis e Decretos da Municipalidade de Bragança*, que vigorou do ano de 1892 ao ano de 1895. Nessa *Coleção* identifiquei a obrigatoriedade da vacina para todos os moradores da cidade. A possibilidade de frequentar o ensino público estava condicionada à vacina; os pais, alunos e professores eram obrigados a portar a carteira de vacinação; caso que também se estendia aos colégios particulares. A atuação médica e o comércio farmacêutico também estavam sob vigilância constante da Polícia Sanitária, todos estes segmentos sociais estavam sob a ameaça de multas caso as leis e decretos não fossem cumpridos.



# LEI N. 32

DE 15 DE SETEMBRO DE 1894

## Policia sanitaria

Daniel da Silveira Vasconcellos, Intendente da Municipalidade de Bragança.

Faço saber que a Camara Municipal decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1. Todas as pessoas não vaccinadas são obrigadas a fazer-se vaccinar, obrigação que se estende aos pais e tutores para com os seus filhos e tutelados maiores de tres mezes. O infractor soffrerá a multa de 30$000.

Art. 2. Nas escolas publicas não serão admittidos alumnos, se no acto da inscripção da matricula, não apresentarem guia de estarem vaccinados; sob pena de 10$000 de multa imposta aos professores que os admittirem.

§ 1. A disposição deste art. estende-se aos professores particulares, directores de collegios de ambos os sexos, e aos estabelecimentos publicos de educação.

Art 3. O medico ou qualquer pessoa que innocular bexigas naturaes, incorrerá na multa de 50$000 de cada pessoa em quem tiver feito a innoculação.

Art. 4. Só os pharmaceuticos formados e os licenciados pela junta de hygiene publica poderão abrir botica. Os infractores incorrerão na multa de 30$000.

Art. 5. E' prohibida a venda de medicamento, drogas ou qualquer substancia medicinal ou venenosa fóra das boticas regularmente estabelecidas. O infractor soffrerá a multa de 30$000, e oito dias de prisão.

Art. 6. O arsenico e outros venenos activos não serão vendidos senão de mistura com substancias inertes e a pessoas conhecidas e fora de toda a suspeita. Essa venda não poderá nunca ser feita a menores. O infractor soffrerá a multa de 30$000 e oito dias de prisão.



Art. 7. Os droguistas poderão vender em porção, taes medicamentos e substancias, somente a pharmaceuticos matriculados ou licenciados, sob a pena do art. antecedente.

Art. 8. O pharmaceutico ou licenciado que tiver a venda substancias falsificadas ou corrompidas e drogas deterioradas, feita a verificação por peritos e na presença do Fiscal, soffrerá a multa de 30$000 e oito dias de prisão.

Art. 9. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como n'ella se contem.

Bragança, 15 de Setembro de 1894.

*Daniel da Silveira Vasconcellos*

Publicada na Secretaria da Intendencia Municipal de Bragança, em 15 de Setembro de 1894.

*Benedicto Rodrigues Moreira*

Secretario

Fonte: CDI da Câmara Municipal de Bragança Paulista.

FIGURA 18 - Lei n. 32, de 15/09/1894 - Polícia Sanitária Coleção Decretos e leis da Municipalidade de Bragança de 1892-1898, p. 79/80.

A formação de corpos dóceis, limpos e saudáveis para a cidade foi privilegiada nos diferentes artigos dos códigos de postura locais, em diferentes periódicos que circulavam na cidade e nas atas de registro da Câmara de Bragança, fato que se intensificou a partir do período republicano. Essas fontes revelam que as elites letradas urbanas da época preconizavam diferentes formas de viver, trabalhar, habitar e se portar no espaço urbano. Chama a atenção, a preocupação em demarcar e criminalizar práticas afeitas à vida no espaço rural, o espaço urbano se constitui na modernidade como contraponto ao rural. Nessa perspectiva, considerando-se que o espaço forma e conforma, emergem pressupostos de uma nova educação dos sentidos e das sensibilidades urbanas em detrimento daquelas herdadas do espaço rural, cuja população passa a ser tomada enquanto signo do atraso e das mazelas nacionais. Sob tal perspectiva, é preciso destacar que a educação é tomada como uma das principais estratégias das elites letradas urbanas para mudar o cenário nacional. A escola passa a ser um dos principais lugares de imposição e disseminação de novas sensibilidades assentadas em projetos de moralização social, de higiene e de civilidade. Os temas relacionados ao progresso, a organização familiar e as relações de trabalho são frequentemente articuladas à temática da educação.

No ano de 1892, a Câmara local discutia a construção de um novo mercado em Bragança. Diante da indicação registrada em ata[88] da Câmara Municipal pelo intendente Salles Pupo[89], realizada em sessão ordinária anunciava que

> (...) esta intendência *resolveo* fazer um novo mercado no terreno oferecido pelo cidadão Augusto Gomes Vieira de Castro, o qual fica entre as ruas laterais próximas ao cemitério velho, para qual foi encarregado o cidadão Samuel Saul de arranjar a planta e orçamento (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 11/09/1892, p. 2b).

Não foi citado pelo intendente o nome das ruas, mas suponho que fossem as ruas laterais do antigo cemitério velho – onde atualmente se localiza o Jardim Público. O novo mercado seria construído na Rua Abílio Dantas, possivelmente onde hoje se localiza o Asilo de Mendicidade São Vicente Paulo construído no ano de 1909. A mesma indicação ainda trazia as seguintes informações:

> 1º Que seja lançada a escritura da concessão do terreno feita pelo cidadão Vieira de Castro, para a construção do edifício para o Mercado, com a cláusula de ser começada a obra no prazo de um *anno* a contar-se da data que foi lavrada a escritura; findo este prazo sem que tenha tido o começo da obra, fica o cidadão Vieira Castro com o direito de *rehaver* o dito terreno.

[88] Ata de registro da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1892 a 1894.
[89] Foi intendente da Câmara Municipal dos anos de 1891 a 1893.

> 2º O serviço poderá ser feito por administração ou por empreitada - *Approvada*, deixando de votar o Intendente Oliveira, que declarou ser suspeito com relação à nova obra. (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 11/09/1892, p. 2b).

A construção do mercado em tal local não ocorreu, visto que o edifício construído em 1887 na antiga rua da Igualdade permanece lá até os dias atuais. Não sei ao certo se esse novo mercado viria a substituir o Mercado Público de Bragança. Não foram apontados os motivos da construção ou se este seria um segundo mercado projetado pela Câmara local – o que não acredito –, pois a cidade de Bragança não era uma cidade grande que comportasse dois edifícios desse porte, e o primeiro mercado construído possivelmente atenderia às necessidades do comércio de gênero que ocorria na cidade. Foi elaborada uma planta para o novo edifício de mercado que seria este localizado na rua Abílio Dantas, a qual foi registrado em ata que "a Paschoal Lansomi pague-se a quantia de 350$000 réis, importância da planta e orçamento elaborado pelo mesmo" (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 16/11/1892, p. 13).

Não encontrei nos acervos existentes em Bragança Paulista nem nos acervos da APESP ou da Biblioteca Nacional nenhuma planta ou orçamento completo realizado como apontam as indicações feitas pela Câmara sobre este novo edifício, ou mesmo do outro. Quem sabe este novo projeto não tenha sido aplicado no Mercado Público já existente, visto que este edifício passou por constantes reformas e adequações ao longo de sua existência? Essa questão será abordada em pesquisas futuras.

No próximo tópico, a rua, o pátio, e o dia-dia dos que circulavam no Mercado Público de Bragança ganha vida através das fontes encontradas ao longo da pesquisa, posto que a educação das sensibilidades

> (...) visa através das ações que emergem da cidade, construir um olhar sensível às mudanças propostas por elas, acreditando que a educação possa ser ancorada nas novas sensibilidades propostas pela modernidade (PESAVENTO, 2007a, p. 23).

## 3.3. O Lugar do Mercado Público de Bragança

Fonte: Museu Municipal Oswaldo Russomano. Autor desconhecido. Imagem digitalizada.

FIGURA 19 – Pátio interno do Mercado Público de Bragança em 1900.

O grande número de pessoas presentes no retrato ocupa quase todo o pátio ainda aberto do interior do mercado. Os objetos como cestos de palha, carriola de madeira que aparecem no primeiro plano revelam a relações entre Mercado e o espaço rural. As pessoas parecem disputar o espaço em meio à multidão. O destaque está nas autoridades presentes no centro da imagem.

**Sessão Ordinária da Câmara de Bragança**

> Officio do dito José Pereira Nascimento pedindo relevação da multa de 30$000 réis que lhe foi imposta injustamente pelo fato de ter comprado quatro cargueiros de toucinho para embarcar para São Paulo, como fez, e que por isso tem em seu favor o Regulamento do Mercado. Posto em discussão informou o sr. Olegário Leme que a pessoa de quem foi comprado este toucinho o trazia para o embarque, e o Peticionário comprando-lhe este gênero entendia não estar sujeito a revender no Mercado por ter de embarcá-lo, como fez, e assim somente ao imposto respectivo, pelo que levou ao Mercado para esse fim e *dalli* retirou para embarcar e quando essa multa fosse aplicada em virtude da *prohibição* do Regulamento, ainda a boa fé e a ignorância desta lei pelo peticionário – *exigião* a equidade da relevação da multa. Relevado à vista da informação (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 01/04/1889, p. 32).

Essa outra fotografia apresentada é uma das raras imagens encontradas no acervo do Museu Municipal *Oswaldo Russomano* que mostra o interior do Mercado Público de Bragança na virada do século XIX para o XX. Nela é possível observar elementos que compunham a arquitetura do primeiro edifício que abrigou e centralizou em um só espaço o comércio de gêneros alimentícios praticado na cidade. Edificado desde 1885 e inaugurado na gestão do vereador Emygdio da Silveira Vasconcellos[90] no ano de 1887, o Mercado Público de Bragança passou a regulamentar, ordenar e vigiar o comércio de gêneros alimentícios que ocorria na cidade.

O foco principal da imagem são as pessoas que, para dar alcance ao campo de visão do fotógrafo, se organizaram no pátio interno do Mercado Público de Bragança durante o dia. Essas pessoas diferem entre si por muitos aspectos: pelas roupas e acessórios, como sapatos e relógios, pela disposição dos corpos – os homens estavam organizados no centro da imagem e aparentam ser de classe mais abastadas que os homens organizados nas duas extremidades –; as diferenças do perfil dos homens organizados do lado esquerdo, que aparentam ser ainda muito mais pobres que os do lado direito, cujas roupas estão esfarrapadas e os pés descalços; a

[90] Foi presidente da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1887 a 1889, porém exerceu anteriormente os cargos de escrivão da Câmara dos anos de 1858 a 1864 e secretário da Câmara de 1864 a 1872. No ano de 1872 aparece como um dos sócios fundadores da Estrada de Ferro Bragantina apenas em um documento pertencente ao acervo virtual da ALESP, disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1872/lei-36-06.04.1872.html. Acesso em 15 abr. 2018. Na história local , o nome de Emygdio nunca aparecera vinculado a tal fato. Em um auto de execução encontrado no acervo do Judiciário existente no CDAPH- USF é apontado como proprietário de uma casa de negócios na Rua Direita n. 25, atual Rua Dr. Cândido Rodrigues de Oliveira. Ainda nas décadas de 1850, Emygdio é apontado como "professor particular de primeiras letras" (ALMANACK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 1858, p.282), fato também apontado pelo *Almanach de Bragança para 1900* (1899, p.24) que aponta o "colégio de Emygdio da Silveira localizado na Rua da Estação" - atual Rua José Domingues. Em ata de *Alistamento de eleitores de Bragança (1890-1910),* informava que deixava de ser eleitor *"*Emygidio da Silveira Vasconcellos, com 56 anos de idade, filho de Candido José da Silveira, casado, capitalista, por ter se mudado para a capital" (13/12/1992, p.3b).

presença da polícia também aparece na imagem central do policial, denotando que o espaço estava sob constante vigilância. A presença de mulheres no grupo fotografado pode passar despercebida ao olhar. Apenas uma, com lenço na cabeça, foi possível identificar na imagem, ao lado direito, junto das crianças mais bem vestidas. Outros elementos presentes na imagem, como o chão ainda de barro, os balaios ainda com alimentos e o carrinho de madeira sugerem o contexto da época em que se encontrava o edifício.

A proposta desta pesquisa foi primeiramente definir o Mercado como espaço público por excelência (VARGAS, 2001). Isso porque acredito que, para além das questões higiênicas, sanitárias ou de controle social, o Mercado Público de Bragança era um espaço acessível a todas as pessoas que viviam ou frequentavam a cidade. A pesquisa sobre o Mercado Público permitiu-me flagrar tensões, disputas e conflitos marcados pela hegemonia do urbano e silenciamentos das práticas e saberes rurais. Importante ressaltar que o Mercado é um espaço que permite flagrar a circularidade cultural entre saberes e práticas rurais, e os saberes e práticas urbanas atravessadas pela escolarização do cotidiano, como por exemplo, a imposição do SMD francês.

Isto posto, a revisão de multas aplicadas pelos fiscais remete a variáveis ocorridas na interpretação das normas, leis, códigos e regulamentos que geriam o comércio, na trama urbana da época. Ofícios recebidos de comerciantes, como o de José Pereira do Nascimento[91], "(...) pedindo relevação de multa de trezentos mil réis que lhe fora injustamente imposta pelo *facto d*e ter comprado quatro cargueiros de toucinho que seguiria para São Paulo (...) sujeitos a revender no Mercado" (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 01/04/1889, p. 32) são bastante comuns, e sinalizam para uma educação dos sentidos e de sensibilidades que surge com as novas demandas sobre as práticas comerciais que ocorreram no espaço urbano no processo de modernização de Bragança.

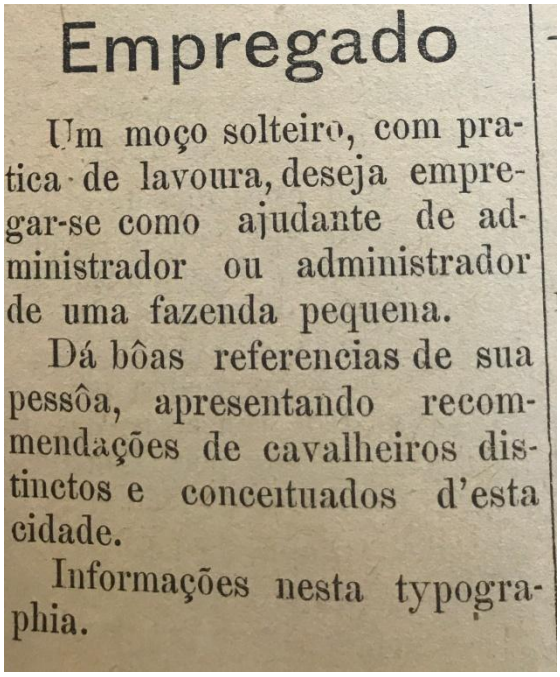
Pode-se dizer assim que o Mercado revela-se como espaço de imbricamento do rural com o urbano, na trama da cidade. Esse morador da zona rural e frequentador, muitas vezes diário, da cidade, deveria estar constantemente sob vigilância e sob a tutela de códigos, normas, regulamentos e leis. Mesmo considerados mais dóceis, honestos que os negros, eram portadores de hábitos rudes, seus saberes e práticas marcados pela transmissão oral da experiência (GUIMARÃES, 2013; CÂNDIDO, 1964; CHALHOUB, 2012). A definição social do "caipira", que emerge com a modernidade, segundo Candido (1964, p. 215), ocorre

[91] Ata da Câmara de Bragança dos anos de 1888 a 1892.

quando “(...) a incorporação à economia capitalista altera a posição na estrutura tradicional e possibilita a definição de outras fora dela”.

Segundo o *Anuário para Bragança* (1902, p. 36) dos anos de 1876 “(...) a população era de 11.623 almas”, e no ano de 1887, ano de inauguração do Mercado Público de Bragança, a população era “(...) de 16.214 almas”. Nos primeiros anos do século XX, o documento afirmava que “(...) hoje pode calcular-se no município, em 45.000 almas sendo 9.000 para a cidade”, o que sinaliza grande número de moradores das áreas rurais.

Notei que nesse momento esses periódicos passaram a apresentar anúncios de prestação de serviços oferecidos por moradores da área rural do município ao público leitor. Como as elites letradas urbanas também eram proprietárias de terras (BUENO, 2007; ISHIZU, 2008), no decorrer das pesquisas realizadas nas fontes, constantemente surgiam anúncios de oferta de trabalho para as lavouras locais.



Empregado

Um moço solteiro, com pratica de lavoura, deseja empregar-se como ajudante de administrador ou administrador de uma fazenda pequena.

Dá bôas referencias de sua pessôa, apresentando recommendações de cavalheiros distinctos e conceituados d'esta cidade.

Informações nesta typographia.

Fonte: CDAPH/USF.

FIGURA 20 - Oferta de emprego publicada no jornal *A Notícia*, de 24/06/1907, n. 182, p. 02. Dimensões do jornal: 50 x 34 cm. Dimensões da nota: 8 x 5,5 cm.

Ao longo da pesquisa, aquilo que soaria como um intrigante silêncio sobre as histórias e memórias do Mercado Público de Bragança foi sendo rompido através dos indícios e rastros flagrados sobre esse lugar em diferentes fontes. Era necessário encontrar relatos ou registros

do que seria parte do dia a dia do Mercado Público, e o que este lugar significava para a cidade Bragança nos anos finais do século XIX e início do XX, posto que

> (...) o historiador é aquele que, a partir dos traços deixados pelo passado, vai em busca da descoberta do como aquilo teria acontecido, processo este que envolve urdidura, montagem, seleção, recorte, exclusão. (PESAVENTO, 2007, p. 31).

Assim, tomei o Mercado Público de Bragança como um lugar que concentrava uma pluralidade de saberes e práticas matizadas pela oralidade. Para além dessa pluralidade, esse Mercado era um lugar que acolhia tensões, disputas e conflitos engendrados pelo processo de modernização urbana, da escolarização crescente do cotidiano e da emergência de normas, leis e regulamentos que instituíram novos saberes e práticas relativas ao comércio de gêneros alimentícios. Tais saberes e práticas estavam assentados em preceitos do higienismo e sanitarismo, pautados pela presença crescente do poder público normatizando a vida das pessoas. Por conseguinte, de novas sensibilidades urbanas relativas à limpeza, à saúde e ao que entendia por saudável e seguro, estas foram consoantes aos projetos urbanos. Para além do comércio de gêneros alimentícios, o Mercado se torna lugar de acontecimentos das classes populares (PINTAUDI, 2006; CHALHOUB, 2012). Assim, ao encontro de Lopes (2010, p. 03), faz-se necessário ressaltar que

> (...) é possível reconhecer os lugares de mercado enquanto espaços de *sociabilidade*, uma vez que estes constituem um *locus* de interação recíproca entre indivíduos, através de costumes predominantes ou pelo comportamento relacionado às múltiplas atividades, as quais neles, historicamente, teceram seu lugar.

Para além das normas que geriam o comércio praticado na cidade, notoriamente se encontram nesse *corpus* documental, resoluções que focalizavam as questões higienistas e sanitárias na cidade de Bragança no período tratado ao longo dessa pesquisa.

O incômodo e medo causado pela presença dos pobres e doentes, considerados como ameaça, circularam os debates ocorridos na Câmara local. Em registro feito em ata[92], foi apreciado o seguinte parecer feito pelo presidente da Câmara, Emygdio da Silveira Vasconcellos:

> No dia 24 de abril de 1889 próximo passado o Dr. Ulisses fez-me cônscio da existência de um menino indigente, morador da rua do *Commercio,* digo do Mercado *d'esta* cidade, o qual a meu pedido, a autoridade policial mandou remover contidamente para o lazareto, onde foi pelo mesmo doutor tratado de varíola que *desenvolveo-se* benignamente e teve alta no dia 06 corrente, cujo tratamento e fornecimento de utensílios o Procurador da Câmara *desprendeo* a quantia de 159$690 réis, que deve ser indenizado pelo

[92] Ata da Câmara Municipal de Bragança dos anos de1888 a 1892.

> *Thezouro*o Provincial e, portanto, indico que esta Câmara represente ao Exmº Governo Provincial a expedição da ordem para aquele pagamento. Sala das sessões, 1º de junho de 1889. *Approvada* (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 01/06/1889, p. 37).

Nesse sentido, Bresciani (2012) aponta para as ações voltadas à exclusão do espaço urbano a presença dos indesejáveis no momento em que as elites letradas urbanas almejavam o progresso e a civilidade, em que o corpo saudável e escolarizado da criança tornava-se objeto de debates em todo o país e a circulação de um menino indigente nas ruas do Mercado apontava para um dos perfis de frequentadores daquela região. A justificativa da ação policial e a reclusão para o lazareto voltou-se ao perigo não somente de saúde, mas possivelmente moral do Governo local. As condições de exclusão das camadas populares acentuavam-se na medida em que a pobreza, o analfabetismo, a doença eram tomados como características do atraso do País, e assim, tornava-se responsabilidade do Estado cuidar dos pobres e doentes.

> Os observadores sociais procuraram traduzir para a linguagem intelectual, considerada isenta ou objetiva de resíduos afetivos, as impressões causadas na imaginação pelos sentimentos de medo e de fascínio, dado passarem pelo filtro da razão (BRESCIANI, 2012, p. 137).

Foram ainda entrecruzadas informações das colunas policiais com os processos do Judiciário da Comarca de Bragança, que se encontram no CDAPH - USF. Algumas pesquisas[93] sobre a história da cidade, com o uso de processos do Judiciário da Comarca de Bragança, apontam para as potencialidades dessas fontes na construção do conhecimento histórico, o que reforça as considerações tecidas por Chalhoub (2012, p. 53), no sentido de que

> Os processos revelam de forma notória a preocupação dos agentes policiais e jurídicos em esquadrinhar, conhecer, dissecar mesmo, os aspectos mais recônditos da vida cotidiana. Percebe-se então, a intenção de controlar, de vigiar, de impor padrões e regras preestabelecidos a todas as esferas da vida. Mas a intenção de enquadrar, de silenciar, acaba revelando também a resistência, a não conformidade, a luta.

Foram também encontrados no acervo do Judiciário da Comarca de Bragança alguns processos-crime em que as ocorrências se deram na rua do Mercado ou na antiga Rua da Igualdade.Foi o caso do auto de corpo de delito[94] contra Maria de Tal, conhecida como "Maria meia-garrafa" que, no ano de 1877, "(...) causava algazarras e cometia ofensas

[93] Destaque para as pesquisas de Mestrado de SOUZA (2016) **"*El terrible anarquista"* Joseph Joubert**: por entre rastros, memórias e histórias e de FREITAS (2018) **Alice no país das maravilhas:** por entre memórias do Judiciário de Bragança Paulista, 2018, defendidos para o Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade São Francisco, *Campus* Itatiba e também de SILVA (2009). **No tempo da escravidão**: experiência de senhores e escravos em Bragança Paulista (1871-1888). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós- Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

[94] Caixa 88 pasta 8 - depositado no CAPH -USF

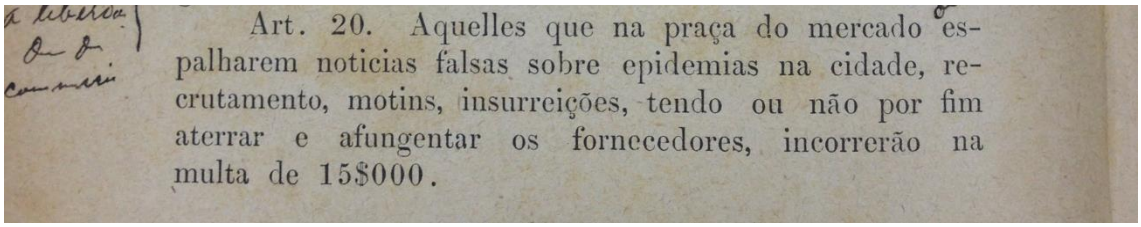
públicas pelas ruas da Igualdade" (COMARCA DE BRAGANÇA, 28/08/1877, p. 02). Ou ainda o auto de crime[95] contra Luiz Augusto da Silva que, no ano de 1896, "(...) na rua do Mercado desta cidade o *desvincionado* penetrou às onze horas da noite na residência de Dona Leopoldina, viúva de Antonio de Oliveira Leme sem licença da proprietária" (COMARCA DE BRAGANÇA, 07/06/1887, p. 02).

Souza (2016), em sua pesquisa sobre o anarco-sindicalista Joseph Juberth, que viveu em Bragança no século XX, e que mobilizou no ano de 1911 um movimento operário contra a exploração dos imigrantes nas fazendas de café existentes da cidade, aponta o processo crime[96] no qual este foi acusado de distribuir boletins da Liga Operária.

> (...) Joseph Jubert, Benedicto Ricci, Luciano Cândido Ribeiro e José do Patrocínio, por volta das 13 horas do dia 18/12/1910, distribuindo o Boletim na Rua do Comércio para transeuntes, em especial, para colonos e moradores dos sítios, enquanto Norberto Ferreira Barbosa declarou que, às 13 horas, encontrava-se no mercado de Bragança, quando, ali, apareceram Benedicto Ricci e Joseph Jubert e começaram a fazer profusa distribuição do Boletim (SOUZA, 2016, p. 56).

A existência de um movimento operário no início do século XX fora, até a realização da pesquisa de Souza (2016), um fato silenciado ao longo da história local. Esses processos crimes podem apontar que a Rua do Mercado era uma rua bastante movimentada por colonos imigrantes[97] e também trabalhadores rurais, bem como lugar onde a incidência de insurreições e motins tinham grandes chances de acontecer, dado ao fato do Mercado Público concentrar pessoas pertencentes às camadas populares. Segundo Thompson (1998, p. 208) ao observar tais tensões relacionadas com economia moral do pobre aponta para "(...) um padrão sofisticado de comportamento coletivo, uma alternativa coletiva a estratégias individuais e familiares de sobrevivência", ou seja, um movimento emergindo, novas sensibilidades urbanas. Esses movimentos eram previstos pelas elites e, no *Regulamento da Praça do Mercado de Bragança*, o artigo 20, determinava penas a manifestações ocorridas dento do espaço.

[95] Caixa 126 pasta 8 - depositado no CAPH -USF
[96] Caixa 167 pasta 4 - depositado no CAPH -USF
[97] O boletim distribuído tinha na parte frontal um texto em português e no seu verso o mesmo texto em italiano.



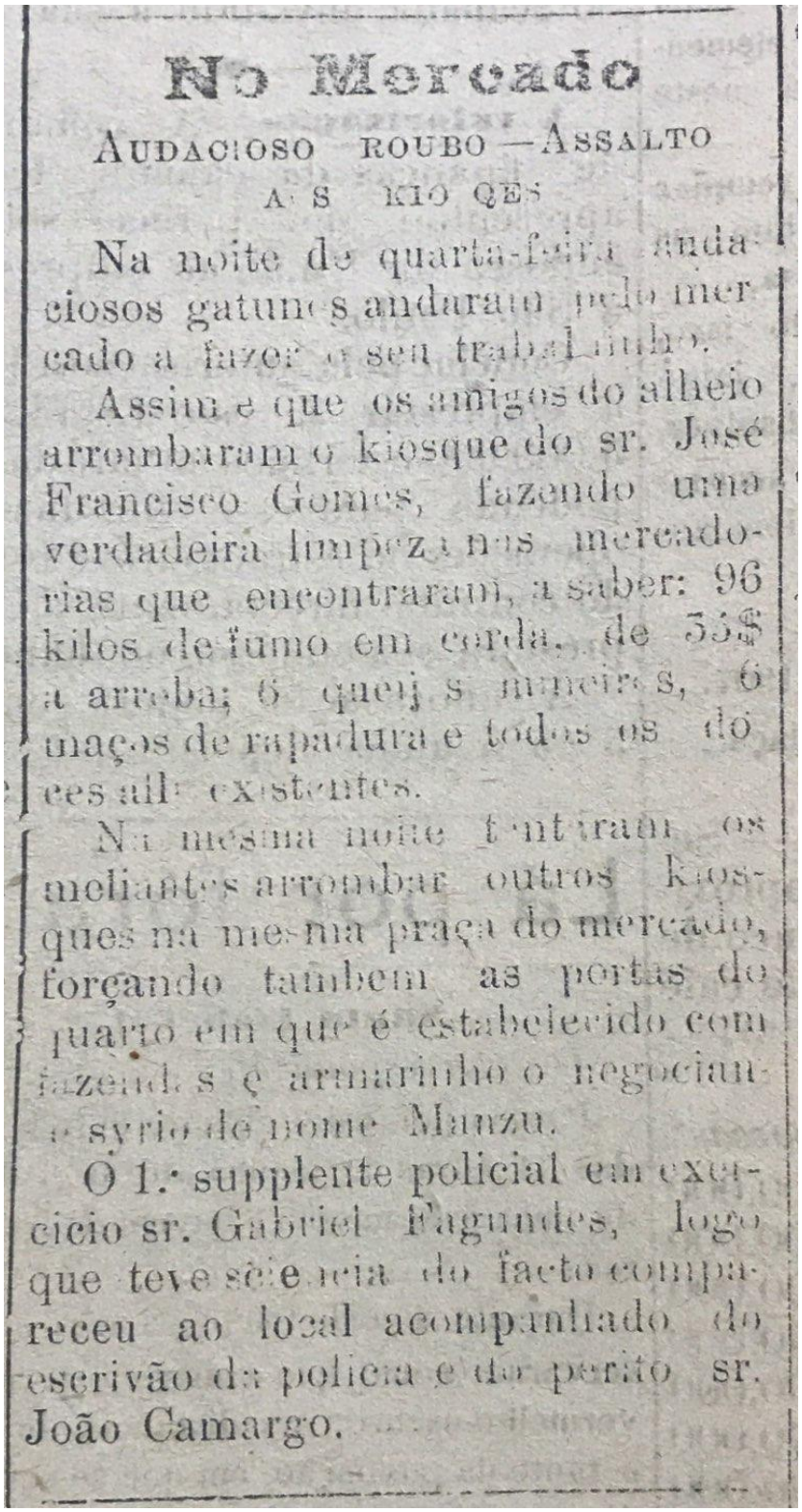
Art. 20. Aquelles que na praça do mercado espalharem noticias falsas sobre epidemias na cidade, recrutamento, motins, insurreições, tendo ou não por fim aterrar e afungentar os fornecedores, incorrerão na multa de 15$000.

Fonte: CDI da Câmara Municipal de Bragança Paulista.

FIGURA 21 - Artigo 20 do Regulamento da Praça do Mercado de Bragança, 1887, p. 10.

Na tentativa de entrecruzar processos criminais com as colunas policiais publicadas nos periódicos que circulavam pela cidade entre as décadas finais do século XIX e a primeira do XX, mas nada foi possível. Sobre as notas policiais que trazem informações sobre assaltos, brigas e confusões ocorridas no interior do Mercado Público, fato para o qual, até o momento, não encontrei explicação.

Numa dessas colunas policiais publicadas pelo jornal *A Notícia* denunciava ao leitor do jornal os acontecimentos da noite de quarta-feira, 04 de julho de 1906 no interior do Mercado Público de Bragança. O enunciado da notícia “NO MERCADO: Audacioso roubo - assalto aos kiosques” chama a atenção do leitor. Em letras grandes, o lugar do acontecimento é destacado pelo jornal.



# No Mercado

## Audacioso roubo — Assalto a kiosques

Na noite de quarta-feira audaciosos gatunos andaram pelo mercado a fazer o seu trabalhinho.

Assim é que os amigos do alheio arrombaram o kiosque do sr. José Francisco Gomes, fazendo uma verdadeira limpeza nas mercadorias que encontraram, a saber: 96 kilos de fumo em corda, de 3$ a arroba; 6 queijos mineiros, 6 maços de rapadura e todos os doces ali existentes.

Na mesma noite tentaram os meliantes arrombar outros kiosques na mesma praça do mercado, forçando tambem as portas do quarto em que é estabelecido com fazendas e armarinho o negociante syrio de nome Manzu.

O 1.º supplente policial em exercicio sr. Gabriel Fagundes, logo que teve sciencia do facto compareceu ao local acompanhado do escrivão da policia e do perito sr. João Camargo.

Fonte: CDAPH/USF.

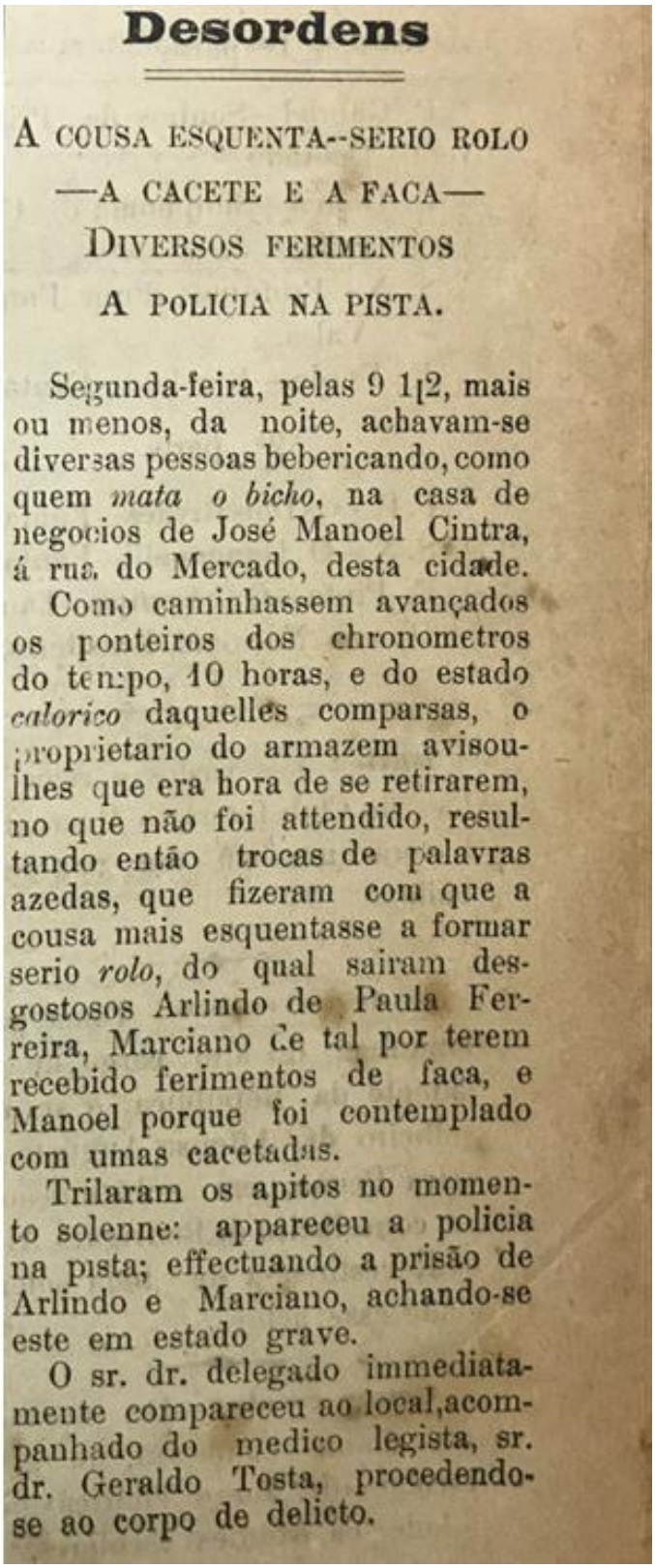
FIGURA 22 - Nota policial publicada no jornal *A Notícia*, de 22/06/1907, n. 173, p. 02. Dimensões do jornal: 50 x 34 cm. Dimensões da nota: 15 x 5,5 cm.

A reportagem explicava que na noite de quarta, “audaciosos gatunos” invadiam o Mercado “para fazer o seu trabalho”. Referia-se ao roubo das mercadorias: “96 *kilos* de fumo, 6 queijos mineiros, 6 maços de rapadura e todos os doces *alli* existentes dos quiosques pertencentes a José Francisco Gomes”, e da tentativa de roubo de outros quiosques e também do quarto de fazendas e armarinhos do negociante do imigrante Manzu. Devido à ocorrência, foi acionado pelo administrador do Mercado, o policial Gabriel Fagundes, que compareceu ao local junto do escrivão e do perito João Camargo. Busquei no acervo do Judiciário do CDAPH maiores informações sobre este e outros casos policiais ocorridos no Mercado ou nas ruas próximas, mas nada foi localizado até o momento.

Chalhoub (1995, 2012) ressalta que o contexto histórico marcado pela abolição da escravidão nivelou, do dia para a noite, a condição de escravos e libertos para assalariados, e ressaltou a preocupação dos governantes locais com relação ao ócio e à ameaça da ordem por tais indivíduos. O conceito de trabalho emergido nos anos finais do século XIX fundamentou-se como atributo moral, criando formas de resistência em que

> (...) milhares de indivíduos que, não conseguindo ou não desejando se tornar trabalhadores assalariados, sobreviviam sem se integrarem ao tal “mercado”, mantendo-se como ambulantes, vendedores de jogo do bicho, jogadores profissionais, mendigos, biscateiros etc. (CHALHOUB, 1995, p. 123).

Ainda no jornal *A Notícia,* outra coluna policial foi publicada em 27 de junho de 1906apresentava em letras garrafais e em destaque o título da coluna “**Desordens”** e logo abaixo os dizeres “A *cousa* esquenta - sério rolo – A cacete e a faca – diversos ferimentos - a polícia na pista”. Na notícia policial, o repórter revela como ocorrera o fato naquela noite e que legistas registraram o corpo de delito:



# Desordens

## A COUSA ESQUENTA--SERIO ROLO
## —A CACETE E A FACA—
## DIVERSOS FERIMENTOS
## A POLICIA NA PISTA.

Segunda-feira, pelas 9 1[2, mais ou menos, da noite, achavam-se diversas pessoas bebericando, como quem *mata o bicho*, na casa de negocios de José Manoel Cintra, á rua do Mercado, desta cidade.

Como caminhassem avançados os ponteiros dos chronometros do tempo, 10 horas, e do estado *calorico* daquelles comparsas, o proprietario do armazem avisou-lhes que era hora de se retirarem, no que não foi attendido, resultando então trocas de palavras azedas, que fizeram com que a cousa mais esquentasse a formar serio *rolo*, do qual sairam desgostosos Arlindo de Paula Ferreira, Marciano de tal por terem recebido ferimentos de faca, e Manoel porque foi contemplado com umas cacetadas.

Trilaram os apitos no momento solenne: appareceu a policia na pista; effectuando a prisão de Arlindo e Marciano, achando-se este em estado grave.

O sr. dr. delegado immediatamente compareceu ao local, acompanhado do medico legista, sr. dr. Geraldo Tosta, procedendo-se ao corpo de delicto.

Fonte: CDAPH/USF.

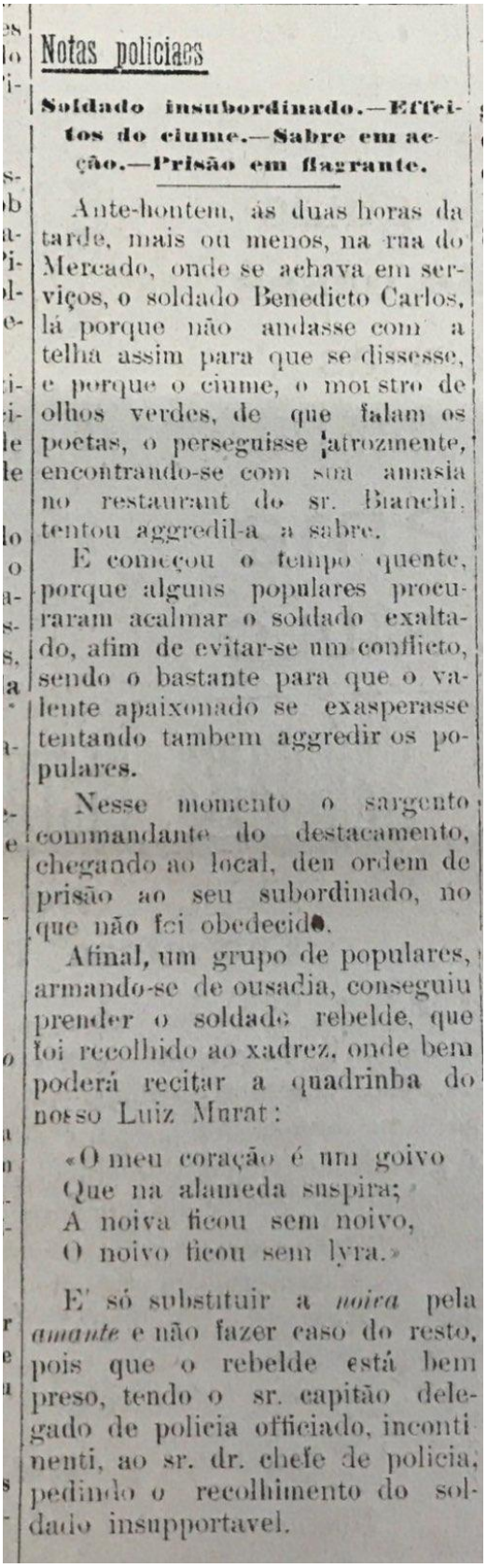
FIGURA 23 - Nota policial publicada no jornal *A Notícia*, de 14/11/1906, n. 111, p. 01. Dimensões do jornal 50x34 cm. Dimensões da nota 22x12cm.

A coluna policial registra dois aspectos. Um é o surgimento de novas profissões da modernidade, “dentre as quais o fotógrafo, além de novas especialidades na área da saúde, como a medicina legal e a psicologia social” (GUIMARÃES, 2013, p. 45). O outro é que apesar da presença do delegado e de um médico legista, a ocorrência pode ter dado origem a um inquérito, porém não encontramos nem este e nem qualquer processo-crime relativo ao fato.

Outra nota policial publicada no mesmo jornal relatava a cena de ciúmes do soldado em exercício Carlos Benedito, ao ver sua amasiada no restaurante do Sr. Branch localizado na rua do Mercado. Segundo o repórter da notícia, o soldado tentou agredi-la, bem como os presentes que, na tentativa de impedi-lo, também foram agredidos por Carlos Benedito. Em tom sátiro, o texto relata que o soldado fora preso e lá permaneceria possivelmente até o julgamento dos fatos. Sobre esta ocorrência não foi encontrado nenhum processo no acervo do Judiciário. Importante ressaltar as condições socioculturais relativas à mulher nesse contexto histórico, reforçadas pelos modelos de dominação da ordem social burguesa que vigorava na época (CHALHOUB, 2012; RAGO, 2002).

Freire (2018, p.75) chama a atenção para a violência contra a mulher, analisando através do letramento jurídico, as imagens e sensibilidades femininas a partir de um processo criminal da Comarca de Bragança, de 1950. A modernidade como reveladora de novos hábitos condicionou um estereótipo de mulher ideal voltada à maternidade, aos cuidados do lar, e a educação das crianças. Estas não eram bem vistas circulando pela cidade sem seus pais, maridos, ou acompanhantes. Na virada do século XIX para o XX, a representação socialmente construída de mulher condicionou o comportamento das mulheres, momento em que “(...) abarca uma concepção positiva e almejada para as figuras do sexo feminino, por outro lado, há também uma imagem criada e posta como o mais baixo nível social desejado: a prostituta”.

Pelas ruas do Mercado, a violência contra a mulher também foi registrada nas colunas policiais dos periódicos, como foi o caso publicado no jornal *A Notícia*, relatando as cenas de ciúmes e agressão do soldado Benedito Carlos à sua amasia.



## Notas policiaes

**Soldado insubordinado.—Effeitos do ciume.—Sabre em acção.—Prisão em flagrante.**

Ante-hontem, ás duas horas da tarde, mais ou menos, na rua do Mercado, onde se achava em serviços, o soldado Benedicto Carlos, lá porque não andasse com a telha assim para que se dissesse, e porque o ciume, o monstro de olhos verdes, de que falam os poetas, o perseguisse atrozmente, encontrando-se com sua amasia no restaurant do sr. Bianchi, tentou aggredil-a a sabre.

E começou o tempo quente, porque alguns populares procuraram acalmar o soldado exaltado, afim de evitar-se um conflicto, sendo o bastante para que o valente apaixonado se exasperasse tentando tambem aggredir os populares.

Nesse momento o sargento commandante do destacamento, chegando ao local, deu ordem de prisão ao seu subordinado, no que não foi obedecido.

Afinal, um grupo de populares, armando-se de ousadia, conseguiu prender o soldado rebelde, que foi recolhido ao xadrez, onde bem poderá recitar a quadrinha do nosso Luiz Murat:

«O meu coração é um goivo
Que na alameda suspira;
A noiva ficou sem noivo,
O noivo ficou sem lyra.»

E' só substituir a *noiva* pela *amante* e não fazer caso do resto, pois que o rebelde está bem preso, tendo o sr. capitão delegado de policia officiado, incontinenti, ao sr. dr. chefe de policia, pedindo o recolhimento do soldado insupportavel.

Fonte: CDAPH/USF.

FIGURA 24 - Nota policial publicada no jornal *A Notícia*, em 24/06/1906, p. 02. Dimensão do jornal: 30 x 60 cm. Dimensão da nota: 17 x 5,6 cm.

Os jornais parecem olhos vigilantes das elites letradas urbanas sobre os acontecimentos da cidade de Bragança. Se fosse fácil encontrar relatos que fazem a apologia, que exaltam as funções e a natureza das edificações e a importância para o progresso local sobre o Mercado Público de Bragança, como encontrei os relatos sobre o Grupo Escolar Doutor Jorge Tibiriçá, sobre a Santa Casa de Misericórdia, sobre as Praças Raul Leme e José Bonifácio, possivelmente os atores seriam outros e seus interlocutores também. A *Rua da Igualdade*[98], nos exemplares do *O Guaripocaba (1877-1879)*, sempre é apresentada como espaço que acolhia o mendigo, o doente, o professor anarquista, as crianças órfãs, o vendedor de toucinhos, a mulher arruaceira, as crianças órfãs, e possivelmente também as prostitutas. Após a construção do Mercado, essa rua passou a levar seu nome, chamando-se *Rua do Mercado.*

Na sequência, a Rua do Mercado é o dispositivo usado como gatilho para a escrita da história de Bragança Paulista. Nela, os indícios da colonização do presente pelo passado (GUIMARÃES, 2013) serão articulados às representações locais, aos projetos e acontecimentos da época e que chegam até os dias atuais como permanências do passado.

[98] Os documentos investigados apontam diferentes formas de ortografia para esta rua, onde foram encontradas as seguintes: a Rua da “Egualdade”, “Eghaldade” e Igualdade.

## 3.4. De rua da Igualdade à rua do Mercado

Fonte: Museu Municipal de Bragança Paulista Oswaldo Russomano. Imagem digitalizada.

FIGURA 25 - Estabelecimento localizado na Rua do Mercado, 1890-1910.

Nesta imagem o olhar das crianças para o fotógrafo e possivelmente para todo o aparato utilizado para a realização da fotografia podem revelar-se em sentimentos de temor, curiosidade e fascínio das quais emergem novas sensibilidades proposta pela modernidade. Essas crianças, diante de suas condições sociais e dada a época do retrato, jamais tiveram se quer a chance de ver essa fotografia e se ver em um retrato, algo tão corriqueiro para as crianças da contemporaneidade.

A fotografia em preto e branco reproduzida para compor o diálogo neste momento da pesquisa apresenta um edifício grande, que ocupa toda a proporção da imagem, parecendo ser difícil para o fotógrafo enquadrá-lo por completo no ângulo da máquina fotográfica. Esse edifício parece ser um estabelecimento comercial, quem sabe um possível armazém dos anos finais do século XIX e início do XX, considerando sua arquitetura eclética (ISHIZU, 2008), com elementos mais modernos, como as formas geométricas localizadas no canto direito da imagem. As grandes portas de madeira e os ornamentos de ferro em cima das portas também sugere tratar-se de uma construção do período referido (NICOLETTI, 1978). A placa colocada no canto direito do edifício relata a localização do armazém, a *Rua do Mercado.*

Em frente a este possível armazém localizado na Rua do Mercado da cidade de Bragança, algumas pessoas, quem sabe clientes ou passantes, posaram para a fotografia. Na porta, um homem branco bem vestido, que se destaca pela altura resultante por estar na parte de dentro do edifício, sugere que ele era o dono do estabelecimento. Na calçada do lado de fora, em perspectiva mais baixa, outros dois homens brancos, também bem vestidos, olham para a câmera fotográfica, assim como os homens negros com roupas mais humildes. A postura uniforme e ereta, com as mãos nos bolsos, representada por todos os fotografados sugere que o ato da fotografia demandou tais posições por questões técnicas. As crianças esfarrapadas com os pés descalços naquele que se projeta ser um dia de frio, pelo cachecol usado por um dos homens no momento da captura da imagem, podem revelar um pouco o perfil dos frequentadores da Rua do Mercado e do edifício que lhe atribuiria este nome como indicado em ata[99] de registro da Câmara de Bragança.

Indicações do dia:

> Indico que se mude o nome da rua da Igualdade para a do Mercado, como é hoje pelo povo chamada, incumbindo se ao Procurador a fazer a mudança. Paço da Câmara Municipal, 1º de Agosto de 1887, Martins Ferreira. (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 1887, p. 536).

A citação traz a indicação do então Presidente da Câmara de Bragança em exercício no ano de 1887, vereador Emygidio da Silveira Vasconcellos, para que fosse mudado o nome da rua que abrigaria, a partir do dia 15 de outubro de 1887, o novo edifício para a venda de gêneros alimentícios. Reforça que a denominação de rua da *Igualdade*, que perdurou até aquele momento, passaria a se chamar rua do *Mercado*. Atribui tal mudança pelo fato de ela ser assim "pelo povo chamada". A definição de *povo* é bastante delicada, uma vez que nesse

[99] Ata de registro da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1880 a 1889.

período a expressão povo remetia aos grupos formados pelos trabalhadores das classes populares. Para Bresciani (1982), a denominação era usada de maneira pejorativa.

> A errônea designação de povo que determinava uma sociedade criminalizada corrompia a cidade. Nas cidades as multidões são classificadas como classe industrial. Denominava o povo, o trabalhador das manufaturas, [...] associando assim trabalho, pobreza e crime (BRESCIANI, 1982, p. 69-70).

A permanência do edifício do Mercado na rua atualmente chamada Rua Coronel Teófilo Leme ainda configura-se como referência na memória dos moradores da cidade de Bragança Paulista, quando se referem ao edifício do Mercado para explicar a localização dessa rua, o que sinaliza a permanência, mesmo na atualidade, de sua antiga denominação e das práticas que ele acolhe na memória local (GUIMARÃES, 2013).

Esta rua localiza-se na área que se configura como o centro histórico da cidade segundo o CONDEPHAC/ BP. A Rua Coronel Teófilo Leme, antes de se tornar a Rua do Mercado e possivelmente até boa parte de sua existência como tal, era considerada região periférica da cidade. Isso significava que a área mais valorizada da cidade, como a Praça da Matriz (atualmente Praças Raul Leme e José Bonifácio), acolhia a Igreja Matriz, alguns casarões de ricos cafeicultores e casas comerciais; como a Rua Direita (atualmente Rua Dr. Cândido Rodrigues) na qual se localiza o Clube Literário Recreativo de Bragança, Agência dos Correios, entre outros muitos consultórios médicos, escritórios de advocacia e armazéns com variedades de produtos importados e a Rua do *Commércio* (atual Rua Coronel João Leme), que abrigava a maioria das casas comerciais de gêneros alimentícios da cidade (GUIMARÃES, 2013; ISHIZU, 2008).

Importante ressaltar que esses fatores legitimavam a preferência por essa área nas primeiras ações de implantação de benefícios, como energia elétrica e redes de água e esgoto na cidade de Bragança nos anos finais do século XIX e início do XX. Área que ainda acolheu o primeiro grupo escolar da cidade, o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, que se configura como um símbolo republicano até os dias atuais (ISHIZU, 2008; MEDEIROS, 2013; FRANCESCHI, 2013).

Relatos da circulação pelas ruas da cidade de vendedores ambulantes, de mascates viajantes aparecem em diferentes periódicos locais e em atas da Câmara que remontam ao período pesquisado. A região que acolhia a antiga Rua da Igualdade era uma das áreas urbanas mais problemáticas da cidade, segundo a imprensa da época, porque vendedores ambulantes, feirantes e comerciantes circulavam por entre ruas de terra que quando chovia viravam lamaçais e becos que à noite eram mal iluminados e frequentados por mulheres de vida duvidosa, vagabundos e desocupados. O ritmo do comércio local fugia ao controle do

poder público, as atividades estavam espalhadas por toda a região, diferentes cheiros, ruídos e vozes tomavam de surpresa a um passante mais distante dos padrões rurais, por vezes, um cavaleiro ou carroça quase atropelava as pessoas, e crianças corriam em algazarra... A escuridão dos becos de uma cidade ainda iluminada por lampiões, poeira das ruas ainda de terra e o vai e vem das tropas de muares e dos carros de boi carregados de gêneros alimentícios eram constantemente alvos de reclamação nos periódicos que circulavam na cidade no período.

Uma pequena nota publicada no jornal *O Guaripocaba* de 1877 sugere que o *Becco do Payssandú* (atualmente Rua Nicolino Nacaratti), localizado entre as ruas do *Commércio* e da *Igualdade*, foi uma rua movimentada nas décadas finais do século XIX, merecia certa atenção da Câmara Municipal de Bragança. Nela, segundo o periódico, acontecia diariamente o trânsito de entrada de gêneros que abasteciam os armazéns e a população local, sugerindo que ali se entrecruzavam os mais diversos perfis de moradores e frequentadores da cidade, abrigando as mais diversas atividades remuneradas do período. A nota trazia as seguintes informações:

> **Obras *municipaes*.** É de urgência que nossa edilidade *tracte* de certos melhoramentos em algumas ruas *d'esta* cidade. Atravessamos justamente a estação apropriada para esses reparos, e com o *facto* ocorrido na ponte do *lava-pes*, esperamos que esses consertos não *sejão* demorados. Entre outros lembramos o *becco do Payssandú*, que a rua do *Commercio* desce para a da Igualdade; *becco* que há muito se encontra em estado deplorável, sendo aliás o mais frequentado pelo *tranzito* de gêneros que entram diariamente para o consumo. (*O GUARIPOCABA*, 26/06/1879, nº 108, p. 2).

Textos sobre as condições precárias da cidade não eram raros. A imprensa local cobrava através de editoriais e notas, melhoramentos em algumas áreas consideradas mais problemáticas. As análises dos redatores dos textos publicados estavam ancoradas pela modernidade, e as concepções higienistas ressaltavam as necessidades de reformas urbanísticas no encontro com a prosperidade local.

Fonte: Museu Municipal Oswaldo Russomano. Imagem digitalizada.

FIGURA 26 - Ladeira do *Payssandú*, atual Rua Nicolino Nacaratti (1930).

À direita é possível notar os fundos do Mercado Público de Bragança e a ladeira ainda de terra por onde trafegavam os gêneros alimentícios vindos dos bairros do Guaripocaba e do Estado de Minas Gerais.

O espaço de comércio passava pelo crivo das elites letradas urbanas, e o receio com as más condutas praticadas no comércio de gêneros alimentícios mobilizaram os debates das sessões realizadas na Câmara Municipal, como era o caso da constante presença de atravessadores existentes no Mercado Público de Bragança, apontada pelo Intendente[100] Municipal Satiro Zotico[101].

> Que sejam reprimidos os atravessadores de gêneros no Mercado, estabelecendo um monopólio predialíssimo nas épocas de carestia de gêneros. Devendo o Fiscal cumprir exatamente, e com toda a imparcialidade, a todos os infratores. Intendência Municipal – *Approvada*. (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 24/01/1890).

Essa questão, relacionada aos atravessadores do comércio de gêneros, era bastante delicada e recorrente em Bragança entre as três décadas finais do século XIX e a primeira do XX. A questão da carestia de gêneros prejudicava o bom andamento da cidade, visto que boa parte da população estava sob um processo de transição para uma nova ordem social burguesa e não possuía bens, tampouco economias para comprar grandes quantidades de alimentos (CHALHOUB, 1995; 2012). Os atravessadores, ao comprarem certa quantidade de gêneros, fossem para revenda ou para estoque, ocasionavam a impossibilidade de aquisição destes gêneros pelas populações mais pobres.

Segundo Thompson (1998), muitos movimentos sociais ocorridos nas cidades inglesas estiveram relacionados à fome que assolava a população do século XVIII, bem como pelos maus procedimentos no comércio e aumento de preços, mas afirma não serem estas as únicas forças que desencadeavam os motins Na economia moral, a proposta do Estado em regular o preço e a distribuição de alimentos caminhava consoante ao desenvolvimento urbano, e possivelmente poderia ter relações com projetos de construção dos mercados, visto que, nesses espaços, o controle sobre as más condutas nas práticas comerciais eram reprimidas pelos funcionários do mercado. Thompson ressalta que essa temática traz consigo o intuito de

> (...) reconstruir o modelo paternalista do mercado de alimentos, dotado de expressão institucional protetora e de rotinas de emergências em momento de escassez, [...] e mostrar como em tempo de preços elevados e de penúria, a multidão podia, como uma vigorosa ação direta, impor ao mercado um controle protetor e regulação dos preços, reivindicando às vezes uma legitimidade derivada ao modelo paternalista (THOMPSON, 1998, p. 204).

Possivelmente, assim como a Rua do *Commércio* recebia esse nome por concentrar estabelecimentos comerciais ao longo de seu percurso, a *Rua da Igualdade* era assim

[100] Intendente da Câmara Municipal de Bragança dos anos de 1890 a 1891.
[101] Intendente da Câmara Municipal de Bragança de 1890 a 1891 (CADERNO DE MEMÓRIA, 1992, p.48).

chamada, quem sabe, pelo fato de concentrar uma diversidade de frequentadores de muitas partes da cidade e da região ou, quem sabe, por ser o caminho que se abria a outros que não fossem os moradores urbanos para a chegada até a cidade. O termo igualdade, que pressupõe a intenção de não se apresentar diferenças nem de qualidade e nem de valores sugere que nesta rua se davam as fronteiras entre as práticas e saberes do campo e as novas, propostas pela vida citadina. Ainda a referência do termo parece relacionar-se com os lemas da Revolução Francesa – *Igualdade, Liberdade e Fraternidade* –, até mesmo porque a existência da Rua da Liberdade, duas quadras à direita da Rua da Igualdade, salienta para a nomenclatura das ruas da cidade imbricadas com os movimentos de caráter iluministas.

Na *Rua da Igualdade* e em seu entorno possivelmente se cruzavam trabalhadores rurais de perfil modesto – dentre eles alguns negros e libertos –, mas a grande maioria, ainda vivendo sob o regime escravocrata, praticava o comércio ambulante, e muitos imigrantes que naquela época prestavam serviço como ferreiros, marceneiros, padeiros, pedreiro, bem como alguns mais abastados, que eram donos de lojas e armazéns, como apresentado no *Annuário de Bragança* para 1902, que revela na Rua do Mercado a existência de:

> 01 médico - José Spicacci; 01 professora de piano - Anna Rodrigues da Fonseca; 02 costureiras - Francisca Moreira; Elisa Bueno de Oliveira; 03 carpinteiros/construtores - Rafael Fiorillo; João Bonaparte; Rolando João Antonio; 01 fábrica de caixões para finados - Joaquim Pereira Bueno; 02 cocheiros - João Francisco da Silva; João Ilhéo; 02 ferradores - Vicente Lanúncio; Cenerozo Borges dos Santos; 03 ferreiros e serralheiros - Vicente Lanúncio; Arístedes Chiaratto; Benedito Somi; 01 fábrica de macarrão - Carlos Armani; 03 fogueteiros - José Luiz dos Santos; Raymundo Alves de Souza; José Pedro Godoy; 01 fábrica de carros e carroças - Arístedes Chiaratto; 02 funileiros - Braz Russi e Martini; Cezzarini & Irmão; 01 restaurante - Augusto Branchi; 01 sapataria - Francisco Moreno; 02 machinas de beneficiar café - Joaquim de Souza Dias Guimarães; Natali Montesante; 01fábrica de chapéu de sol - Nicolino Nacaratti; 04 lojas de fazendas e armarinhos - Nassif Fadel; Alfredo Alberti; Massud Fagih; Manoel da Costa Marques; 01casa de secos e molhados por atacado - Figueiredo e Comp.(*Annuário de Bragança*, 1902, p. 175-184).

Fonte: CDAPH/USF. Imagem digitalizada.

FIGURA 27 - Cartão postal de Bragança – Rua do Mercado no início do início século XX.

Dimensões 14 x 8,6 cm.
A esquerda em vermelho está o Mercado Público de Bragança. Na rua em frente ao edifício é possível notar as pessoas, em grande maioria negra, bem como a quantidade de crianças de aparência pobre circulando pelas proximidades do edifício. A largura da rua que aparenta ser ainda de terra sugere releva ações municipais votadas à circulação das mercadorias.

A mudança de nome da Rua do Mercado para Rua Coronel Teófilo[102] Leme aconteceu após o falecimento deste que na cidade de Bragança atuou como vereador da Câmara local, sendo seu presidente dos anos de 1920 a 1922. Teóphilo Francisco da Silva Leme, ou apenas Coronel Teóphilo Leme, era filho mais velho do Coronel Luiz Manoel da Silva Leme, considerado pelos memorialistas locais como responsável pelo desenvolvimento da cidade de Bragança, atuando como integrante do governo local entre os anos de 1857 a 1870 e sendo inclusive um dos fundadores da Estrada de Ferro Bragantina, que foi inaugurada somente em 1884, ano de seu falecimento.

Anterior ao período republicano, a nomenclatura das ruas da cidade eram atreladas à identificação dos moradores com o lugar, como era o caso da Rua do Mercado, que mesmo antes do início das atividades de comércio de gêneros alimentícios que ali passaram a ocorrer, através da construção do edifício, já era pelo povo chamada de Rua do Mercado, assim como a rua do *Commércio*, por ali existirem casas comerciais. Da mesma forma aconteceu com outras ruas, como por exemplo, a rua da Palha, que remetia a existência de estábulos e cocheiras; a rua dos Porcos, que sinalizava a existência de criadouros de porcos; a rua Alegre, que remetia à existência de moças de vida duvidosa circulando pela rua; enfim, nomes que remetiam ao cotidiano e às culturas da população e que foram trocadas para dar lugar aos nomes de ricos cafeicultores de uma determinada família – a Família Leme (GUIMARÃES 2013; 2015), como apresentou Chiarion em suas colunas publicadas semanalmente no jornal Cidade de Bragança, chamada *Um Pouco da Nossa História*, justificando a mudança dos nomes.

> Bragança foi berço de famílias ilustres, cujos membros muito trabalharam pelo seu desenvolvimento e por essa razão merecem ter seus nomes dados a logradouros públicos e estabelecimentos de ensino em nossa cidade (CHIARION, 05/08/2012, s/p).

Para Guimarães (2013; 2015), a troca dos nomes dos logradouros e edifícios públicos se atrelava ao fato de que as antigas denominações "(...) não condiziam com os ares liberais e republicanos de modernização, civilização e progresso econômico e cultural que se almejava implantar e reconhecer na cidade daquele período" (2015, p. 96). Porém é notória a resistência e a permanência de antigas denominações na memória da população. Eu mesmo, como moradora desta cidade, muitas vezes recorro a antigas nomenclaturas para me localizar ou para explicar a alguém a localização de determinadas ruas atreladas aos edifícios que nelas

[102] A grafia atualmente utilizada para nomear a Rua é cel. Teófilo Leme, porém o nome do homenageado é Coronel Théophilo Francisco da Silva Leme.

são encontrados, como é o caso da rua do Mercado, que até os dias atuais ainda é assim chamada pela grande maioria dos moradores da cidade de Bragança Paulista.

A valorização do centro da cidade como lugar de origem da trama urbana e logo como espaço que comportou as primeiras ações de urbanização e modernização ocorridas nas décadas finais do século XIX e primeira do XX realizadas pelas elites letradas urbanas são pautadas como referências do patrimônio cultural local e acolhem a maioria dos projetos de preservação propostos pelo CONDEPHAC-BP, bem como pelos diversos veículos de comunicação que circulam e trazem informações sobre a história de Bragança (jornais, revistas, textos memorialísticos impressos, eletrônicos ou virtuais) e que se perpetuam através do ensino local.

# CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Até o momento da elaboração desta dissertação de mestrado, foi possível compreender como se deu o processo de emergência do Mercado Público de Bragança, espaço dedicado à prática de comércio de gêneros alimentícios, antes ocorrido pelas ruas e caminhos que interligavam Bragança a outras cidades e vilas circunvizinhas, e que era realizada em sua grande maioria por moradores das áreas rurais, dentre eles, muitos negros na condição de escravos e imigrantes pobres que, na tentativa de se enquadrarem nas novas formas de se viver propostas pela modernidade, buscavam através desta prática comercial se ajustar às novas ordens capitalistas.

Atualmente o Mercado faz parte do centro histórico da cidade de Bragança Paulista, onde governo local e os permissionários buscam fazer dele um espaço de representações de tradições voltadas ao rural. Através de cereais expostos, em sacarias organizadas no chão do Mercado, de frutas, verduras, temperos, peixe e carne, produtos comumente comercializados neste edifício desde sua origem, na atualidade dividem o espaço com formas comerciais mais modernas, como lanchonetes, restaurantes, bares, banca de jornal, sorveteria, entre outros produtos.

Nesta pesquisa observei que o projeto para construção do Mercado Público de Bragança esteve ancorado nos pressupostos higienistas e sanitários da época, que visavam atender tais normas amplamente difundidas pela Europa no Brasil a partir da década de 1870.

Foi possível perceber que nas atas de registro da Câmara de Bragança, bem como nos periódicos locais que circulavam na cidade da época, os temas relacionados à urbanização, dos quais os projetos de edificação de hospital, presídio, cemitério, matadouro público e mercado, estiveram dentre os primeiros a emergirem na cidade. A salubridade não apenas do espaço físico, mas também dos corpos, é revelada pelos periódicos que visavam estabelecer qualidades e excluir do espaço urbano os indesejáveis.

Na busca por uma educação dos sentidos e das sensibilidades possível, com a edificação do Mercado Público de Bragança no século XIX, reportei-me às fontes de época, como periódicos, fotografias, atas da Câmara do período, regulamentos, leis, códigos, processos criminais, a fim de suscitar experiências, histórias e memórias envoltas por esse espaço e que evidenciam tal possibilidade através da sua arquitetura, dos objetos que surgiram para dar conta das novas formas de se medir e pesar os produtos ali comercializados, pela sua

localização no momento de construção, pelos ruídos propostos naturalmente pela atividade, pelos odores exalados dos produtos e dos corpos dos trabalhadores, pelos sabores dos alimentos, entre outros que por ele estiveram envoltos e fizeram parte do cotidiano do espaço na época.

Momento em que a escolarização das camadas populares e a formação para o trabalho estiveram entre os projetos mais audaciosos dos republicanos que, através da construção dos grupos escolares, entendiam que o progresso da nação se daria por meio do ensino de caráter moderno e nacional e que considerava os preceitos do nacionalismo, fato que alcançou Bragança no início do século XX com a construção do Grupo Escolar Doutor Jorge Tibiriçá. Nele, o método intuitivo visava ao aprendizado que considerava a observação e a intuição do educando na relação com os objetos, com as coisas, com os fenômenos naturais para a educação dos sentidos e foi amplamente utilizado.

Percebi que as transformações urbanas ocorridas no período dedicado a esta pesquisa mobilizavam as elites letradas urbanas que se constituíam na época em Bragança, onde fazendeiros e seus filhos, dentre eles muitos médicos, advogados, engenheiros, juízes, e outros magistrados na Europa, além de fazerem parte do governo local, também direcionaram seus desejos, medos e receios na construção de uma cidade moderna que relacionava-se a um cenário mais amplo do país.

Diante do contexto sociocultural mais abrangente, considerei as transformações políticas, econômicas e religiosas que ocorriam no País e que, guardadas as proporções, também aconteciam na cidade de Bragança. Estas engendraram tensões, disputas e conflitos, posto que visaram transformar drasticamente o modo de vida das sociedades tradicionais. No momento em que se passou a discutir a construção de um Mercado Público em Bragança, os debates em torno da proliferação de epidemias, da vacinação obrigatória, da higiene pessoal, da criminalidade e da escolarização da população circulava entre os assuntos das elites letradas urbanas de Bragança e nos projetos de extrema urgência, como apontam as atas da Câmara Municipal de Bragança.

Logo deparei-me com tensões, disputas e possíveis conflitos em torno do Mercado Público de Bragança e das atividades de comércio de gêneros alimentícios que, no momento de expansão da cafeicultura no Estado de São Paulo, pelo olhar dos redatores dos periódicos, pareceu forçar uma condição de cidade produtora de tal produto, execrando e distanciando da realidade da época: a economia de gêneros alimentícios, muito importante para o desenvolvimento do município. Essas tensões, disputas e possíveis conflitos, por estarem diretamente ligadas ao espaço rural, tenderam a ser silenciadas, e quando tomamos a história

da cidade de Bragança Paulista, fica evidente a perpetuação de uma versão monolítica do passado que atribui apenas ao café, os projetos urbanísticos ocorridos na cidade.

É claro que o café contribuiu para as transformações ocorridas na virada do século XIX para o XX, porém as permanências são indiscutíveis, uma vez que no Mercado Público de Bragança, o comércio de gêneros alimentícios continuou ativo e suas representações são possíveis, diante da continuidade da produção de toucinho e banha de porco ou diante da presença de cargueiros de alimentos circulando pela cidade, mesmo sendo proibidos após a construção do Mercado.

As resistências dos sujeitos que frequentavam o Mercado Público de Bragança também foram relevadas ao longo desta pesquisa, porque o espaço regrado, condicionado às novas lógicas de estar e viver no espaço urbano, onde os gestos, as posturas ou as condições para se comercializar gêneros alimentícios nesse espaço reverberavam em manifestações contrárias a tal lógica. É o caso, por exemplo, dos pedidos de relevação de multas aplicadas aos comerciantes muitas vezes por estes não compreenderem as normas impostas pelos códigos, leis e regulamentos que regiam a cidade da época, e se sentiam prejudicados, muitas vezes rebelando-se contra o novo sistema imposto pelo governo local.

Fronteiras culturais (PESAVENTO, 2002) foram passíveis de análise, uma vez que, com a construção do Mercado Público de Bragança em 1887, representações que menosprezam o espaço rural em detrimento de outros saberes e modo de viver possíveis, quando em comparação com o espaço urbano, alertaram-me ao momento em que os sentidos e as sensibilidades também foram educados pelas vias do comércio de gêneros alimentícios. Uma vez que a existência do elo entre essa atividade e o espaço rural esteve vinculado ao desejo de apagar as marcas do período imperial relacionado às trevas e dar lugar ao novo, que simbolizava a República, a luz.

Logo saliento que pensar no Mercado Público de Bragança como um espaço de educação não escolarizada, constituída na relação com o edifício, com as atividades comerciais (re)formuladas com a economia capitalista, com os objetos, produtos, cheiros, sons, visões, gostos além de mobilizarem a educação dos sentidos e das sensibilidades em outras épocas, apontando para as pluralidades existente na cidade de Bragança.

Foi possível até agora dar visibilidade às práticas de comércio de gêneros alimentícios ocorridas em Bragança e ao desconforto relacionado à presença dos sujeitos praticantes, de seus saberes marcados pela oralidade. Mesmo dizendo sentir saudades do caipira de outros tempos, este era representado como uma figura jocosa, pois com a modernidade, o espaço

rural esteve vinculado ao lugar do atraso e de concentração de uma das maiores mazelas nacional – o analfabetismo.

Além do mais, ainda foi possível perceber permanências de ações de repressão no Mercado Público de Bragança, uma vez que na atualidade, nesse espaço, a vigilância e a apreensão de pessoas acontecem com intensidade, através da constante presença do ônibus da Guarda Municipal estacionado na frente do edifício. Isso revela tentativas de coibir a presença ou permanência de pessoas indesejáveis nesse espaço, como bêbados e indigentes, que regularmente são encontrados circulando pelo Mercado, bem como possíveis atos de vandalismo, furtos ou confusões, ações que se assemelham às ocorridas frequentemente nas praças centrais da cidade.

Tomado como Patrimônio Cultural local, o Mercado Público de Bragança atualmente propicia experiências diferentes daquelas que foram pautadas no momento de sua emergência, mas suas histórias e memórias foram e continuam sendo silenciadas, pois tornando simulacros de edifícios encontrados nos grandes centros urbanos, como é o caso do Mercadão de São Paulo, tomado como principal referência pelo governo atual, visa direcionar suas atividades para o desenvolvimento do turismo local, da culinária *gourmet*, trazendo para o espaço atrações culturais e eventos que ocorrem na cidade.

# REFERÊNCIAS


ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BAPTISTA, Wesley. **Patrimônio e educação das sensibilidades:** por entre memórias e processos de significação do espaço urbano nas praças centrais da cidade de Bragança Paulista (2000-2015). 2017, 157f. Dissertação (Mestrado em Educação). Itatiba: Universidade São Francisco. 2017.

BENJAMIN, Walter. **Paris a capital do século XIX -** A boêmia; *Flâneur*; A modernidade. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, Higienizar e Regenerar:** Uma História da Eugenia no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

BRAGUINI, Kátia M.Z. In: O que os objetos científicos nos contam sobre a educação dos sentidos na passagem do século XIX para o XX. TABORDA DE OLIVEIRA (Org.). **Diálogos sobre a educação dos sentidos e das sensibilidades.** Curitiba: Editora UFPR, 2017, p 34.

BRAGUINI, Kátia M.Z; MUNAKATA, Kazumi; TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A.: **Diálogos sobre a educação dos sentidos e das sensibilidades.** Curitiba: Editora. UFPR, 2017.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo:** século XV-XVIII: os jogos das trocas, vol. 2. São Paulo: WMF Matins Fontes, 2009.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX:** o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Metrópoles: a face de um monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**. v. 5, nº 8/9. São Paulo, 1984/85.

_____. Imagens de São Paulo. Estética e cidadania. In: _____. **Encontros com a História. Percursos históricos e historiográficos de São Paulo.** São Paulo: Ed.Unesp/Fapesp/Anpuh-SP, 1999.

_____. A compaixão na política como virtude republicana. BREPOHL, M. (et al) (Orgs.). In: **Sentimentos na História:** linguagens, práticas, emoções. Curitiba: Editora UFPR, 2012, p.137.

BUENO, Maria de Fátima Guimarães. **O corpo e as sensibilidades modernas**: Bragança (1900-1920). 2007. Tese (Doutorado). Campinas: Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, 2007.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito:** Estudo sobre o caipira paulista e transformação dos meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 1964.

CENTRO de Memória Regional IFAN/USF. **Catálogo da coleção de periódicos 1992.** Instituto Franciscano de Antropologia. Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 1992.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque.* 3ª ed. Campinas Cia das Letras, 2012.

COSTA, Ângela M.; SCHWARCZ, Lilia M. **1890-1914**: no tempo das certezas. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

FARIA FILHO, Luciano M. A instrução elementar no século XIX. In: **500 anos de educação no Brasil.** VEIGA, C.G.; LOPES, E.M. (Org.). 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FRANCESCHI, Marcel Teixeira. **Grupo escolar José Guilherme:** uma história em três atos-Bragança (1910-1944). Dissertação (Mestrado em Educação). Itatiba: Universidade São Francisco, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. Algumas notas sobre conscientização. In: **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos.** FREIRE, P. (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE. Tamires S. **Alice através do espelho:** reflexões sobre representações do feminino no letramento jurídico em um processo criminal da Comarca de Bragança Paulista (1950). 2018, 98f. Dissertação (Mestrado em Educação). Itatiba: Universidade São Francisco, 2018.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. **Corpo e Cidade:** sensibilidades, Memórias e Histórias**.** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

_____. Patrimônio Cultural e Ensino de História: problematizando a colonização do presente pelo passado. In: ZAMBONI, E. (et al) (Org.). **Memória, sensibilidades e saberes.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2015.

HOBSBAWN, Eric. **A Era das Revoluções.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ISHIZU, Andreia Luri. **Evolução da malha urbana e arquitetura de Bragança Paulista – 1884-1967.** 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008.

KUHLMANN JÚNIOR, Moisés. **As grandes festas didáticas:** educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

LANE, Nelly Bolliger. Joseph Cooper Reinhardt: um atuante médico, naturalista e capelão na cidade de Campinas. **SARAO memória e vida de Campinas**. Vol. 3, n.7. Campinas: CMU, 2005.

LARROSA, Jorge: **Tremores**: escritos sobre a experiência. 1ªed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LEITE, Beatriz Westin Cerqueira. **Região Bragantina**: Estudo Econômico e Social (1653 - 1836). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Marília – S.P. – 1974.

LE BRETON, David. Antropologia dos Sentidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEME, Lida L. M. **Histórico e trajetória da Comunidade Sorriso**: 25 Anos (1978 – 2003)- Coordenação de Lida Leme Montanari Leme. Piracicaba, 2003

LISPECTOR, Clarice. **A Cidade Sitiada.** Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1949.

LOPES, Myriam Bahia. **O Rio em Movimento:** quadros médicos e(m) história 1890-1920. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

LOPES, Ricardo F. Considerações sobre os mercados públicos: relação de sociabilidade e vitalidade urbana nas cidades. III Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade: uma relação de origem. **III CINCCI – III Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade,** São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/3_cincci/032-ricardo-lopes.pdf. Acesso em 05 mar. 2017.

LOWY, Michael. **Aviso de Incêndio.** Uma leitura das teses de Walter Benjamin sobre o conceito de história. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARTINS, Nelson Silveira; LAURITO, Domingos. **Bragança 1763-1942**. Vol. III São Paulo: Mario M. Ponzini & Cia, 1943.

MEDEIROS, Daniel A. C. **O grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá:** das escolas isoladas à escola idolatrada (1890-1910). 2013, 120f. Dissertação (Mestrado em Educação). Itatiba Universidade São Francisco, 2013.

MIRANDA, L.F.A. Viajantes do início do século XIX e a representação do sertão brasileiro. In: **X Simpósio Internacional Processo Civilizador.** 01, 02, 03, 04 de abril de 2007, Campinas S. P. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos_PDF/LUIZ_FRANCISCO_ALBUQUERQUE_DE_MIRANDA.pdf. Acesso em: 03 de ago. 2018.

MORENO, Andrea; SEGANTINI, Verona F. Conhecer a história pelos cinco sentidos: na Cidade com Alfredo Camarate e Machado de Assis. In: **Sentidos e Sensibilidades: sua educação na história.** TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. (org.). Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

MURILHA, Douglas. **O higienismo e a construção dos mercados e matadouros públicos.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2011.

NICOLETTI. Roberto. **O ferro como ornamento na arquitetura de Bragança (1890 - 1930)**. Dissertação (Mestrado). Escola de Educação e Artes de São Paulo. São Paulo 1978.

PESAVENTO, Sandra J. In: Além das Fronteiras. Martins, Maria Helena (Org.). **Fronteiras Culturais. Brasil-Uruguai-Argentina.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

_____. **História e História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007a.

_____. **Sensibilidades na História:** memórias singulares e identidades sociais. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007b.

_____. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [Em ligne], Colloques, mis em ligne le 04 février 2005. Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/229. Acesso em: 29 out. 2018.

PESSOA, Fernando. "O Guardador de Rebanhos". In **Poemas de Alberto Caeiro**. Fernando Pessoa. (Nota explicativa e notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor.) Lisboa: Ática, 1946 (10ª ed. 1993).

PINTAUDI, Silvana Maria. Os mercados públicos: Metamorfoses de um espaço na História urbana. **Revista Cidades**. v.3, n.5. São Carlos: UNESP, 2006.

RAGO, Margarete. **Os prazeres da noite**. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2ª ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2008.

ROCHA, Heloísa H.P. **A higienização dos costumes:** educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). São Paulo: Fapesp, 2003.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** Coleção primeiros passos. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1995.

SCHWARCZ, Lilia de M; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

SILVA, Jacinto da. **No tempo da escravidão**: experiência de senhores e escravos em Bragança Paulista (1871-1888). Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Prática:** história da escola primária do Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

SOUZA, Sandra Aparecida de. "***El terrible anarquista"* Joseph Jubert**: por entre rastros, memórias e histórias. 2016, 179f. Dissertação (Mestrado em Educação). Itatiba: Universidade São Francisco, 2016.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação,** v. 16, 2008. p. 147-169.

_____. Educação dos sentidos e das sensibilidades: entre a moda acadêmica e a possibilidade de renovação no âmbito das pesquisas em história da educação. **Revista História da Educação.** (p. 116-133). Porto Alegre, v. 22, n.56, set/dez 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/76625. Acesso em 02 out. 2018.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. T.; BELTRAN, C. X. H. Uma educação para a sensibilidade: circulação de novos saberes sobre a educação do corpo no começo do século XX na Ibero-América. **Revista Brasileira de História da Educação,** Campinas, v.13, n.2 (32), p.15-43, maio/ago. 2013. Disponível em: http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/346/pdf. Acesso em: 04 abr. 2018.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VARGAS, Heliana C. Comércio e cidade: uma relação de origem. IN: **Memórias do comércio paulista:** guia do acervo. SESC São Paulo. Org. Museu da Pessoa. São Paulo: Editora SESC SP, 2012.

_____. **Espaço terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: SENAC, 2001.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e educação na trama da cidade:** a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VIDAL, Diana G.; FARIA FILHO, Luciano M. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. 2000, n. 14, p. 19-34. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03.pdf. Acesso em 25 mai. 2018.

VIGARELLO, Georges. Trabalho do corpo e do espaço. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História.** v. 13. jan./jun. 1996. p. 07- 20.

ZUIN, Elenice de S. L. **Por uma nova *Arithmetica*:** o sistema métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em Educação Matemática). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2007.

## FONTES

### Almanaques e Anuários

ALMANACK DE BRAGANÇA PARA 1900. Bragança: Tipografia Commercial, 1899.
ANNUARIO DE BRAGANÇA PARA 1902. Bragança: Typ. Da Cidade de Bragança,1901.
ANNUARIO DE BRAGANÇA PARA 1904. Bragança: Typ. Da Cidade de Bragança,1901.
ALMANACH BRAGANTINO 1914. Bragança: Papelaria Almeida

### Atas de registro da Câmara Municipal de Bragança

1860-1863
1861-1869
1876-1878
1877-1879
1880-1889
1888-1892
1892-1894

### Documentos oficiais (Códigos de Postura, Regulamentos e Leis)

RELATÓRIO SOBRE A EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE 1867. Typ. de Julio Claye. Paris, 1868.
REGULAMENTO DA PRAÇA DE MERCADO DE BRAGANÇA. Typ. Baruel Pauperio & Comp. São Paulo, 1887.

### Jornais

O GUARIPOCABA. Bragança. O Guaripocaba, 1877-1888.
A NOTÍCIA. Bragança. A Notícia, 1905-1907.